

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,  
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 5.200

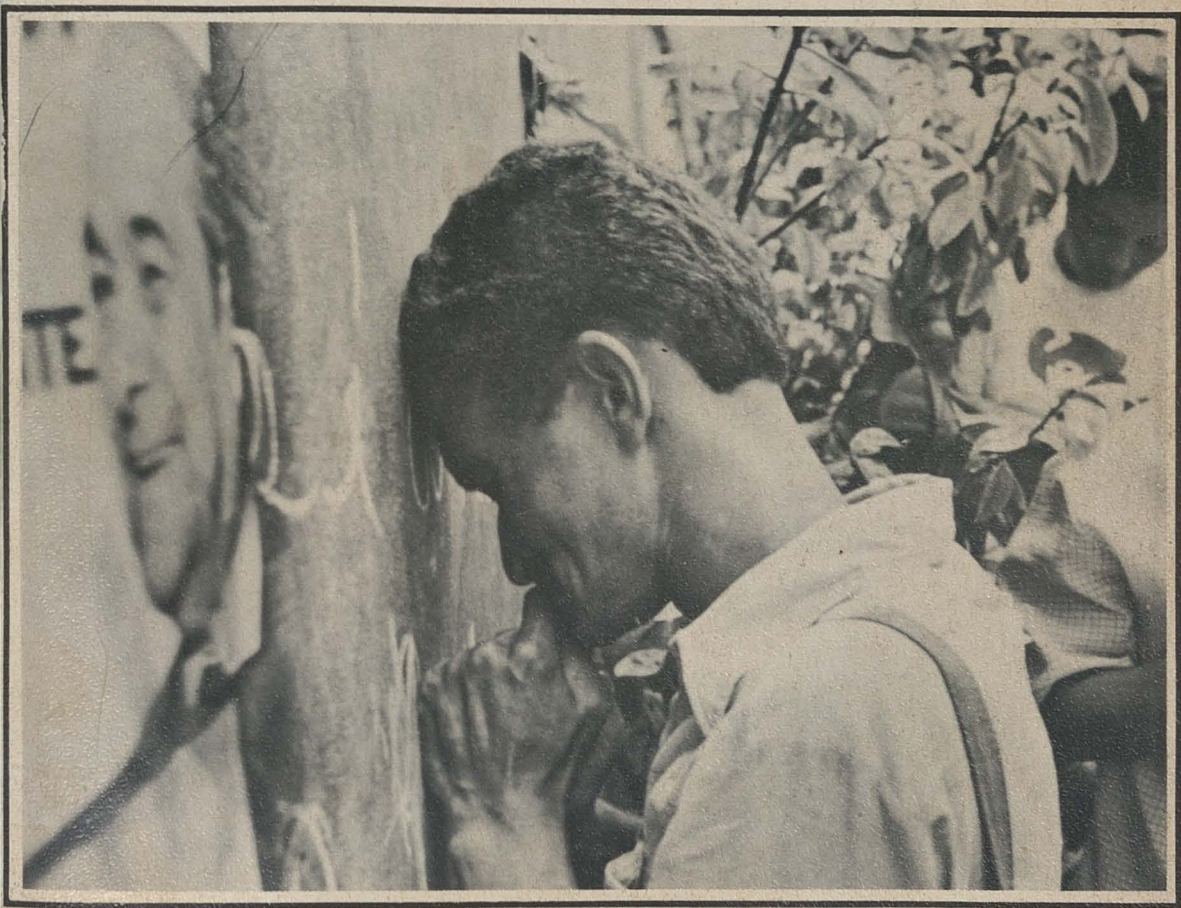
cadernos do

# terceiro mundo

Cr\$ 4.000 - Ano VII - Nº 77

**URTEGA  
EXCLUSIVO**

# BRASIL



**ENTRE A ESPERANÇA E A CRISE**

# Angola, terra da liberdade.



**TAAG**

LINHAS AERÉAS DE ANGOLA  
A Serviço da Reconstrução Nacional

## Brasil: os sobressaltos da transição

Depois de esperar quase 21 anos pelo fim do regime militar, os brasileiros foram obrigados a conter mais uma vez as comemorações destinadas a saudar a volta de um civil à presidência da República. Horas antes de tomar posse, o presidente eleito Tancredo Neves foi submetido a uma operação de emergência e não pôde receber a faixa presidencial de seu antecessor. No lugar dele, assumiu a chefia do governo o vice, José Sarney, um político conservador que durante anos foi o presidente do Partido Democrático Social (PDS), criado pelos militares para apoiar a ditadura.

A doença de Tancredo foi um banho de água fria em milhões de brasileiros que esperavam ansiosamente uma aceleração do processo de redemocratização. De repente, todos descobriram que as esperanças estavam concentradas num único homem. E quando a saúde deste homem se mostrou frágil, as dúvidas e incertezas tomaram conta de quase toda a população brasileira. A vulnerabilidade da transição do autoritarismo para um regime civil dominado pelas elites políticas tradicionais saltou aos olhos da opinião pública, tornando incerto o

futuro da democracia no país. Essa difícil conjuntura brasileira é a nossa reportagem de capa.

O outro assunto de destaque nesta edição é uma entrevista exclusiva com o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega.

Também recomendamos a leitura do Especial, uma carta do jesuíta nicaraguense Fernando Cardenal onde o ministro da Educação refuta as críticas do Vaticano à participação de religiosos num processo revolucionário.

Finalmente, uma boa notícia para nossos leitores: a partir deste número, volta a circular a edição de *cadernos* para o Rio da Prata, após uma interrupção de 10 anos provocada por proibições políticas. Com isso, passamos a ter quatro edições simultâneas: duas em português (Brasil e Portugal e África de língua portuguesa) e duas em espanhol (Rio da Prata e México).

Para nós, a nova edição em espanhol tem um significado muito particular, porque foi em Buenos Aires, em 1974, que *cadernos do terceiro mundo* foi fundada.

E também porque a nossa volta é uma consequência dos avanços democráticos registrados na Argentina e no Uruguai.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Editor Geral**  
Neiva Moreira

**Editores Associados**  
Pablo Piacentini e Beatriz Bisio

**Conselho Editorial Internacional**  
Darcy Ribeiro - Juan Somavía  
Henry Pease García  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett+

Revista Mensal nº 77  
Abril - 1985  
Preço de Capa: Cr\$ 4.000,00  
Nºs atrasados: ao preço do  
último exemplar

● **Edições em português**

**BRASIL**

**Diretor e Editor**  
Neiva Moreira

**Administração**  
Marinete Silva

**Secretário de Redação**  
José C. Gondim

**Arte**  
Samaral (editor de arte)  
Sonia Freitas/Miguel Efe

**Revisão**  
Cláudia Guimarães

**Documentação e Arquivo**  
Lidia Freitas  
Eunice H. Senna  
Jessie Jane V. de Souza

**Composição**  
Ronaldo Fonseca

**Depto. de Circulação,  
Assinaturas e Promoção**  
Henrique Menezes  
Inácio dos Santos  
Macário Costa

**Representantes**  
**Clóvis Sena** (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60086 - CEP 05033  
**Josemar Pinheiro Silva**  
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1  
65000 - São Luís (Maranhão)  
**Horacio Verbitsky**  
Lavalle 1282 - 19º piso  
oficinas 12 y 14  
Tel.: 358194  
Buenos Aires, Argentina  
**Fernando Reyes Matta**  
Casilla 16637 - Correo 9  
Providencia - Santiago, Chile  
**Rafael Roncagliolo**  
Apartado 270031, Lima 27 - Peru

**Fotolito e Impressão**  
Ébano Gráfica e Editora Ltda.  
Rua Gal. Bruce, 799  
Tels.: 580-4476/580-4326

**Circulação em 70 países**  
editora terceiro mundo Ltda.  
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106  
Tel.: 242-1967/Telex: 2133054CTMB/BR  
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ  
Registrado na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291  
C. C. C. (ME) nº 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual nº 81.341.400  
Registro no SCDP/SR/DFP  
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

**Capa: Mariano**

ANGOLA - CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

**Editor**  
Artur Baptista

**Redação**  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Alice Nicolau  
Guiomar Belo Marques

**Documentação e Arquivo**  
Cristina Assis

tricontinental editora Ltda.  
Calçada do Combro, 10/10  
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200  
telex 42720 CTM TE P

**Representantes**  
**Angola**  
Luis Henriques, CP 3593 - Luanda  
**Moçambique**  
Etevaldo Hipólito  
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

● **Edições em espanhol**  
MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

**Editor**  
Roberto Remo

**Gerente Geral**  
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.  
Calle California, 98A - Coyoacán  
México, 21 DF - telefone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA  
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

● **Edições em inglês**  
ESTADOS UNIDOS - CANADÁ  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

**Editor**  
Fernando Molina

**Editor Consultivo**  
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

**DISTRIBUIDORES**

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdoba 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517 590, Reg. Sempid Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeun Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Usita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedoras y Vocadoras de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Savoy de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, Managua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramela, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 378, Lima 1. PORTUGAL: Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 35, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaigla Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.



## Nova promoção com mais opções e brindes

Saiu  
o guia do  
terceiro mundo

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura, ou 1 Guia ou 3 livros da "Estante" do Terceiro Mundo"
3 assinaturas da revista com Guia	1 assinatura + 1 Guia, ou 1 Guia + 3 livros da "Estante"
3 compras de Guia	1 Guia ou 1 assinatura
3 pedidos diferenciados	1 assinatura ou 1 Guia + 2 livros da "Estante"

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

**CUPOM DO BRINDE**

Desejo receber: A - ( ) Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000,); B - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 35.000,); C - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 62.000,); D - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 35.000, + porte ao receber)

Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Profissão: ..... Tel.: .....

Desejo receber: A - ( ) Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000,); B - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 35.000,); C - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 62.000,); D - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 35.000, + porte ao receber)

Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Profissão: ..... Tel.: .....

Desejo receber: A - ( ) Uma assinatura de Cadernos do Terceiro Mundo (Cr\$ 39.000,); B - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 35.000,); C - ( ) Uma assinatura anual de Cadernos do Terceiro Mundo mais um Guia do Terceiro Mundo (Cr\$ 62.000,); D - ( ) Um Guia do Terceiro Mundo pelo reembolso postal (Cr\$ 35.000, + porte ao receber)

Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Profissão: ..... Tel.: .....

em ..... em .....  
 Dentro do(s) brinde(s) a que tenho direito, escolho:  
 De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$.  
 ( ) cheque nominal ou ( ) vale postal - Ag. Central - em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Profissão: .....

# estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 77, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador:  não-assinante  já assinante  assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: ..... Data ..... / ..... / .....

Profissão: ..... Idade: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: ..... CEP: ..... Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

## TABELA DE DESCONTOS

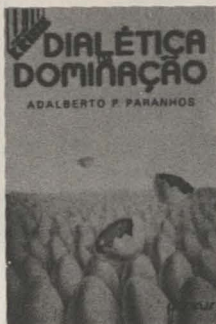
- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.

### DIALÉTICA DA DOMINAÇÃO

De Adalberto P. Paranhos  
Sem pactuar com o lugar-comum, o autor mostra a natureza contraditória-dialética da dominação ideológica e da consciência de classe na sociedade capitalista. 96 pág.

E-53 Cr\$ 12.000,



### FLAUTA RÚSTICA

De Clóvis Sena  
Espécie de viagem-pra-dentro, de reencontro com a identidade cultural numa área do litoral norte da América do Sul. Livro saudado como "poema em prosa", "feliniano", "fascinante", "virgiliano". 236 pág.

E-55 Cr\$ 10.000,00



### COMUNICAÇÃO E COTIDIANO

De Mário L. Erbolato e Júlio César T. Barbosa  
O leitor, sem perceber, tem seus sentidos e atenção despertados para a análise de certos aspectos da realidade que, por se nos apresentarem como banais no dia-a-dia, fogem de uma reflexão mais rigorosa e acentuada. 192 pág.

E-54 Cr\$ 21.000,



### APESAR DO BLOQUEIO UM REPÓRTER CARIÓICA EM CUBA

De Mário Augusto Jakobskind  
"Não adianta tapar a boca, fechar os olhos e fazer barulho para que não ouçamos o que Cuba está fazendo. Os 'três macaquinhos' da censura não conseguem esconder a realidade cubana" (João Saldanha). 105 pág.

E-52 Cr\$ 10.000,



- 6 Cartas  
8 Panorama Tricontinental  
16 Editorial: Velha ordem do pós-guerra versus  
nova ordem econômica

Matéria de capa – Brasil: entre a esperança e a crise

- 18 A transição, *Neiva Moreira*  
22 Faoro: “Constituinte, já”  
29 O novo papel dos militares, *René Dreifuss*  
35 A encruzilhada econômica, *Ladislau Dowbor*

América Latina

- 40 Nicarágua: A dívida ameaça a democracia, entrevista com o  
presidente Daniel Ortega  
45 Uruguai: O país reencontra sua identidade, *Beatriz Bissio*  
50 Peru: Como a Esquerda Unida governaria?, *Horacio Verbitsky*

África

- 55 Moçambique: Os acordos de Nkomati 13 meses depois,  
*Baptista da Silva/Sol de Carvalho*  
59 São Tomé: Cooperação em tempos de crise  
63 Camarões: As tensões dentro do governo Biya, *Carlos Castilho*

Oriente Médio

- 68 Em busca da negociação

Ásia

- 72 Índia: Bhopal: lições de uma tragédia, *Claude Alvares*

Economia

- 77 Notas

Comunicação

- 80 Chile: Os jornalistas combatem a censura, *Jorge Andrés Richards*

Cultura

- 82 A chantagem dos dólares, *Guiomar Belo Marques*  
85 Notas

Especial/Documento

- 86 Nicarágua: Carta a meus amigos, depoimento do ministro da  
Educação, padre Fernando Cardenal

- 96 Humor



Presidente Ortega:  
unir os devedores



Ministro Veloso:  
um balanço de Nkomati



Bhopal: os culpados  
da catástrofe

## Clube de amigos

(...) Coordenamos aqui no Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) pesquisas sobre celulose e carvão vegetal com madeiras nativas e exóticas do trópico amazônico brasileiro. Gostaríamos de trocar experiência e fazer um intercâmbio nesse campo com os colegas do Terceiro Mundo, especialmente os de língua portuguesa.

**Antônio de Azevedo Corrêa** — Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — Estrada do Aleixo, 1756 — Manaus — AM — Brasil.

## Os armênios

(...) Sou um latino-americano, nascido na cidade de Montevideu — Uruguai, que atualmente vive em São Paulo. Nas ocasiões em que tive oportunidade de ler *cadernos*, fiquei gratamente surpreendido com o nível e qualidade do conteúdo dessa revista. Quero aproveitar este momento para fazer um pedido: eu gostaria muito que fosse publicada alguma reportagem referente à história, vida e cultura do povo armênio (povo que foi vítima do segundo maior genocídio do século). Acredito que estas páginas tristes da história da humanidade ajudarão muitas pessoas a compreender melhor o significado da palavra *fé*. Sigam sempre "adelante". Vocês levam não somente cultura, como também esperança a muitos leitores que desejam viver algum dia num mundo sem injustiças sociais.

**Daniel Marx Guediguan** — Santo André — SP — Brasil.

*Uma longa reportagem sobre os armênios já foi publicada por cadernos do terceiro mundo, no nº 58, correspondente ao mês de setembro de 1983 ("Por que lutam os armênios?").*

## Leitor pessimista

(...) Nosso desejo é que no menor espaço de tempo possível os países dependentes do Terceiro Mundo se tornem livres e soberanos, como já ocorre em alguns casos (à custa de muito sofrimento e sacrifício). Considero, entretanto, quase que totalmente improvável qualquer mudança nesse sentido para os países da Amé-

rica do Sul. Justifico minha afirmação com o exemplo da própria história desse continente. Sempre, quando houve alguma esperança trazida por regimes realmente populares, que assumiram o poder devido a suas propostas progressistas e contrárias aos interesses das oligarquias dominantes, desencadearam-se golpes militares, autoritários, de efeito "dominó". Algumas das ditaduras nascidas desses golpes persistem até hoje (como no Chile e Paraguai).

No momento, ventos democráticos sopram na América Latina. Mas as mudanças que estão ocorrendo se resumem, normalmente, na troca de ditaduras militares por oligarquias civis (o que se pode dizer da Aliança Democrática, no Brasil? José Sarney, ex-presidente do partido do governo, torna-se vice-presidente do Brasil!)

(...) Acho que devemos aproveitar esse ciclo democrático para procurar conscientizar os povos de sua real importância nesse processo, senão poderemos viver um novo ciclo de ditaduras *Made in USA*. Será que estou muito pessimista?

**Alvaro R. de Oliveira** — Rio Claro — SP — Brasil.

## "cadernos" na fronteira uruguaia

Primeiramente, quero lhes dar os parabéns. Recentemente tive a oportunidade de ler um exemplar de *cadernos* em Porto Alegre (por enquanto não é possível lê-lo em meu país) e me senti na obrigação de escrevê-los para dizer que a qualidade das reportagens e entrevistas publicadas é excelente. Tudo é interessante nos *cadernos* e o artigo sobre a Frente Ampla e o novo governo em nossa pequena República foi extraordinário.

**Héctor F. Fernández** — Montevideu — Uruguai.

## Comitê argentino contra o apartheid

Formei, junto com outros companheiros, o Comitê Argentino Latino-Americano contra o *Apartheid*. Através dele nos dedicamos a informar sobre o "maldito sistema" chamado *apartheid* na República Argentina, tão desinformada da realidade do nosso sofrido Terceiro Mundo; além disso, denunciaremos as violações da República Argentina às resoluções das Nações Unidas.

O Comitê pretende lançar este ano uma campanha de assinaturas pela liberdade incondicional de Nelson Mandela, que se manterá nos próximos anos até que consigamos esse objetivo.

Contamos com a solidariedade dos companheiros brasileiros.

**Juan C. Pinedo Zelaya** — Maipú, 484, 1º piso (1000) — Buenos Aires — Argentina.

## Reivindicações feministas

(...) Admirador dos jornalistas e *a priori* um colega deles, estou de posse dessa bem elaborada revista; no caso tenho em mãos o nº 67. Parabéns, os *cadernos* estão ótimos! (...) As mulheres têm às vezes cegamente pleiteado através do chamado movimento feminista, o tão propalado *mesmo direito* em relação aos homens. Acredito que esse direito já existe. (...) Mas considero que as mulheres às vezes falham ao apresentarem de má forma as suas reivindicações.

**Aníbal M. de Figueiredo** — Rio de Janeiro — Brasil.

## "Guia 1984/85": um livro de história

Gostaria de enviar uma saudação a todos os meus irmãos de Angola que têm me enviado inúmeras cartas, depois de coloquei meu nome no "Intercâmbio". Também de Moçambique e Guiné-Bissau me escreveram, comprovando o grande laço de união que existe entre os povos africanos de língua portuguesa e o Brasil.

Queria parabenizá-los pela excelente publicação que é o *Guia do Terceiro Mundo*. Não é um simples almanaque estatístico, a exemplo da maioria dos que conheço. É um dos melhores livros de história da atualidade, pois resgata a verdade da luta, desenvolvimento e formação de cada Nação. É um livro para se ler de ponta a ponta.

Também desejo fazer eco aos que protestaram contra o "Rock in Rio". Este sr. Roberto Medina parece que não está satisfeito com a pusilanidade do seu irmão, Rubem, que foi um dos que votaram contra as diretas (não compareceu para votar, o que é a mesma coisa) e quer variar um pouco em matéria de entreguismo: além do político, promove o entreguismo cultural. (...) O povo carioca, cuja



composição étnica é bastante diferente da maioria dos que foram ao "Rock in Rio", não pode continuar a ser humilhado dessa forma. Não basta só ficar combatendo a corrupção, os escândalos financeiros. É preciso lutar contra o colonialismo cultural. Acho que é chegada a hora de uma CPI da música estrangeira no Brasil. Espero que os políticos pensem mais neste assunto.

**Orlando Manuel de Oliveira** — Rio de Janeiro — Brasil.

### Opinião de uma estudante

(...) Achei maravilhosa a proposta dessa revista de mostrar a situação sócio-político-econômica dos países do Terceiro Mundo. Sem dúvida, o seu valor para estudo é muito grande, especialmente para nós, estudantes. (...) A forma dinâmica como os diversos assuntos são abordados também merece elogio, pois a clareza e objetividade são as características das melhores reportagens.

**Marisa H. Ferreira** — Sorocaba — SP — Brasil.

### Estender a cobertura de cadernos

(...) Além de aproveitar esta oportunidade para vos saudar, quero aqui deixar igualmente a minha crítica. O Terceiro Mundo é muito vasto e tão desconhecido, que existem alguns países sobre os quais cadernos não tem publicado matérias. Gostaria que fossem, em breve, assunto de vossa revista países como o Níger e Togo e gostaria de ver uma reportagem so-

bre a atual situação da Frente Polisario em relação à aliança líbio-marroquina.  
**Rogério Correia - Ferreiras - Portugal**

### O problema da terra

O homem brasileiro sabe o que é terra devoluta, ou seja, a mata virgem que Deus deu de graça para todos. No momento atual, a gente se pergunta: mas onde estão essas terras? Nas mãos de quem elas estão?

(...) Hoje, após 17 anos de vigência do famoso estatuto da terra, constatamos que quase nada foi feito para modificar a estrutura agrária do Brasil. A desapropriação de terra por interesse social, a qual consta na Emenda Constitucional nº 10 da Carta Magna, ao invés de beneficiar os pequenos camponeses, agravou o problema da concentração da propriedade, que termina indo sempre para a mão dos grandes latifundiários. Em decorrência disso, expan-

diu-se o êxodo rural, com a expulsão em massa de colonos, agregados e assalariados das fazendas, além de terem se multiplicado os conflitos armados e os assassinatos no campo.

(...) Quanto à participação do capital estrangeiro no processo de concentração de terra, mesmo não havendo um levantamento completo, sabemos que essas empresas transnacionais não adquirem menos de 40 mil hectares, e algumas ultrapassam um milhão, como a Volkswagen, com cinco milhões de hectares. (Dados da CPI de 1980).

(...) O sr. Delfim Netto ainda teve a coragem de se pronunciar abertamente contra a Reforma Agrária (em artigo no Mundo Econômico, nº 0, 1967, sob o título de "Agricultura e Desenvolvimento"), dizendo que o Brasil não precisava de nenhuma revolução agrícola!

**Francisca Santos** — Itapuranga — GO — Brasil.



### Intercâmbio

- **Dirnei de Paula André**  
Rua Vivaldino Maciel, 146  
Santana do Livramento — RS  
CEP: 97.570 — Brasil
- **Diogo das Dores**  
Travessa do Douro, casa 10 — Bairro Comandante Nelito Soares — Luanda Angola
- **Sebastião Vera Cruz**  
Rua dos Gusmões, 568 — ap. 58  
Centro — São Paulo — SP  
CEP: 01212 — Brasil
- **Bernardita Astorga Sepúlveda**  
Casilla 356 — Correo Central Valparaíso — Chile
- **Héctor F. Fernández**

- Casilla de Correo 13.030 — Distrito 3 — Montevidéu — Uruguai
- **Oscar Luis Rebello Cardoso**  
C. P. 89 — Benguela — Angola
- **Antonio Amaral Flinco**  
Avenida Imperador, 45 — Vila Rio Branco — São Paulo — SP  
CEP: 03745 — Brasil
- **Carlos Duarte**  
Rua Riachuelo, 948 — ap. 801  
Centro — Porto Alegre — RS  
CEP: 90000 — Brasil
- **Guilherme da Cunha Fino**  
C. P. 665 — Luanda — Angola
- **Reginaldo Gil Braga**  
Rua Carlos Gomes, 80 — ap. 504  
Porto Alegre — RS — CEP: 90000  
Brasil
- **Eduardo José Gomes Pimentel**

- Rua Jerusalém, 190 — Bairro Glória Belo Horizonte — MG — CEP: 30000 Brasil
- **Dolores Maria Reis**  
Rua Liberato Salzano, 440  
Cândido Godói — RS — CEP: 98970 Brasil
- **M'nguito Fernando**  
a/c de João Antônio Teixeira — 2º Sector Aviação dos C. T. T. A.  
Estação Postal Central — Luanda Angola
- **Marisa Helena Ferreira**  
Rua Celina Stela Lorradi Beu, 312  
Sorocaba — SP — CEP: 18100 — Brasil
- **Antônio Mário Brandão**  
Rua Vítor José Fernandes, 390  
Bairro Novo — Olinda — PE  
CEP: 53000 — Brasil

### Sudão: o fim inglório de Numeiry

□ O general Gaafar Numeiry não sobreviveu à 17ª conspiração para acabar com os seus 16 anos de poder. Ele foi derrubado quando voltava de uma viagem a Washington, depois de tentar durante 10 dias convencer o governo norte-americano a salvar o seu governo, num momento em que, no Sudão, quase todos esperavam o fim dos trágicos dias do regime Numeiry.

O presidente sudanês deposto forçou de todas as maneiras a sua visita aos Estados Unidos num gesto desesperado para tentar ganhar tempo, depois que o Departamento de Estado norte-americano deu sinais evidentes de que não estava mais disposto a garantir a sobrevivência do seu outrora aliado incondicional, nas manobras de desestabilização contra a Líbia e a Etiópia.

Numeiry caiu praticamente sozinho, porque seu governo havia atingido um tal grau de impopularidade e desgaste que a sua permanência era considerada impossível por todos os setores políticos e até mesmo pelos militares do Sudão. O ex-presidente, depois de pôr em prática um malabarismo político inescrupuloso durante anos, acabou se indispondo tanto com o Fundo Monetário Internacional, quanto com seus amigos da Arábia Saudita e Egito, bem como com a influente burguesia islâmica do norte do Sudão. Isso, sem falar nos grupos fundamentalistas muçulmanos e no movimento autonomista do sul, que, desde 1978, reacendeu a guerra civil no país.

A tão decantada habilidade política de Numeiry sucumbiu ao agravamento das tensões eco-

8 - terceiro mundo



Gaafar Numeiry

nômicas, sociais e políticas no Sudão. Ele impôs, em setembro de 83, a lei islâmica na justiça e nos negócios, mas a decisão destinada a agradar os setores muçulmanos do país acabou provocando críticas quase unânimes. Depois, o ex-presidente se voltou contra os grupos republicanos moderados que exigiam uma redemocratização liberal e mais recentemente mandou prender os principais dirigentes da Irmandade Islâmica, um grupo que sempre foi forte no governo, mas que desde o final de 84 exigia mudanças ainda mais profundas no sistema legal e financeiro do país.

Enquanto isso, a rebelião no sul tomou conta das principais províncias da região tornando claro que o país voltaria a mergulhar numa guerra civil ainda mais sangrenta do que a travada entre o norte (islâmico) e o sul (não-islâmico) entre 1956 e 1972, e que deixou um saldo de

um milhão de mortos. Numeiry chegou ao poder em 69 através de um golpe, prometendo seguir uma política nacionalista, que pretendia reviver o anticolonialismo mahdista do século passado e imitar o nasserismo egípcio. Mas toda a ideologia progressista acabou sendo abandonada e Numeiry se transformou num presidente autocrata, repressivo e dependente do apoio norte-americano.

O novo governo, fortemente influenciado por jovens oficiais do exército, tem diante de si uma tarefa extremamente difícil. Além de ter que resolver uma catastrófica crise econômica (que já levou o Sudão a ser considerado tecnicamente falido em três oportunidades nos últimos cinco anos), deverá pagar uma dívida de oito bilhões de dólares; terá que dar comida a quase meio milhão de famintos; e será obrigado a resolver o problema da autonomia das províncias do sul, como querem os guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação do Sudão. O novo governo terá que contentar a ambiciosa burguesia do norte e os rebeldes do sul, que não aceitam mais a dominação exercida pela elite comercial e agrícola de Cartum, a capital do país. A política do novo regime deve ser acompanhada muito de perto pelos governos dos Estados Unidos, Egito, Líbia e Arábia Saudita. É que o Sudão foi durante o governo Numeiry um sólido aliado de Washington na região, garantindo a posição dos regimes anticomunistas no Cairo e Riyad. Qualquer mudança nesse jogo de alianças pode acelerar drasticamente a situação estratégica no norte da África, uma região que o Departamento de Estado norte-americano considera de fundamental importância para seus interesses geopolíticos.

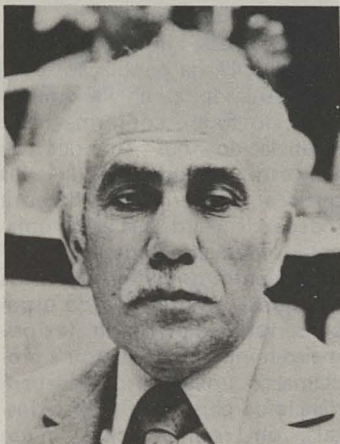
## Rasd recebe grande apoio internacional

Dezesseis países da América Latina já mantêm relações diplomáticas com a República Árabe Saarauí Democrática (Rasd), sendo esse o continente — depois da África — com maiores vínculos formais com o Estado criado pela Frente Polisario em fevereiro de 1976. Trinta nações africanas reconhecem a Rasd até o momento, o que tornou possível, pelo sistema de maioria simples, sua admissão

O presidente argelino, Benjedid Chadli (ao lado), ofereceu seu país como sede de uma reunião de mandatários do Maghreb, "desde que o povo saarauí esteja representado"

como membro pleno da Organização da Unidade Africana (OUA), integrada por 51 países.

A esta altura, já chega a 61 o número de governos que reconheceram o Estado saarauí: além



dos mencionados na África e América Latina, devem-se acrescentar oito países asiáticos, seis do Pacífico sul e um europeu, a Iugoslávia. A presença oficial do governo saarauí, porém, continua sendo fraca a nível do Mundo Árabe, ao qual pertence, e na Europa, tanto capitalista quanto socialista.

O 99º aniversário da Rasd confirma que aumenta o apoio diplomático que recebe, enquanto a nível internacional se continua procurando soluções para o seu conflito com o Marrocos.

O presidente argelino Benjedid Chadli ofereceu seu país como sede de uma conferência de mandatários do Maghreb, que está sendo promovida pela Tunísia, mas "com a condição que o povo saarauí esteja representado", o que ainda não foi aceito por todos os eventuais participantes e continua sendo rejeitado pelo rei Hassan do Marrocos. O governo de Argel apóia há dez anos a Frente Polisario, através de ajuda econômica, política e militar, mas alega que isso não significa uma posição de hostilidade para com o Marrocos, com o qual deseja manter relações normais.

Os observadores consideram que essa orientação da diplomacia argelina tem conseguido bons resultados com o Egito e a Jordânia nos últimos meses. Tanto o governo do Cairo como o de Amã estariam atualmente muito mais sensíveis à posição argelina de reconhecimento da República Árabe Saarauí Democrática. O Egito não descarta a possibilidade de que uma delegação da Rasd possa ser convidada a participar da próxima reunião do birô do Movimento dos Países Não-Alinhados, presidido pela Índia.

Calcula-se também que Nova Déli poderia anunciar o reconhecimento da Rasd coincidindo com a visita à Argélia em data próxima do primeiro-ministro Rajiv Ghandi.



## Zimbábue: adiadas as eleições gerais

□ O governo do primeiro-ministro Robert Mugabe adiou para o próximo mês de junho ou julho as eleições gerais inicialmente previstas para março e que renovarão o Parlamento de 100 membros instalado logo após a independência em 1980. O principal motivo do adiamento foram as dificuldades para registrar e organizar as listas eleitorais dos quase quatro milhões de cidadãos aptos para votar.

Mas, mesmo com o novo prazo, é tida como certa a vitória do partido Zanu (União Nacional Africana do Zimbábue), que atualmente já detém 57 cadeiras no Parlamento. Segundo os últimos prognósticos, o partido de Mugabe talvez venha a ganhar mais sete cadeiras, no mínimo, o que representará cerca de 80% dos votos dos eleitores negros do país. O principal partido de opo-

sição, União Popular Africana do Zimbábue (Zapu), liderado por N'Komo, deverá ficar com, no máximo, 16 deputados, enquanto todos os demais pequenos partidos deixarão de ter representação parlamentar.

Os 100 mil brancos do Zimbábue, apesar de constituírem apenas 1,4% da população total, têm 20 cadeiras no Parlamento (20% do total), conforme ficou estabelecido nos Acordos de Lancaster House através dos quais a Inglaterra reconheceu a independência de sua ex-colônia, então chamada Rodésia. A tendência entre os eleitores brancos é a queda do prestígio do ultra-conservador Ian Smith (ex-primeiro-ministro que tentou a proclamação unilateral da independência do país em 1965 para instalar um regime racista) e um fortalecimento dos independen-

### Timor Leste: denunciado mais um massacre

O bispo de Dili, capital do Timor Leste, monsenhor Carlos Ximenes, acusou o exército indonésio pelo assassinato em agosto de 84 homens, mulheres e crianças na localidade de Vila Claras, distrito de Viqueque. Segundo o dirigente religioso, o novo massacre aconteceu logo depois de um ataque das Forças Armadas de Libertação Nacional do Timor Leste (Falintil) contra uma guarnição do exército indonésio, ocasião em que foram mortos 16 soldados e oficiais.

Moradores de Vila Claras forneceram ao monsenhor Ximenes uma lista com os nomes de todas as pessoas executadas pelos soldados do

exército invasor, encontrando-se entre elas várias crianças que frequentavam uma escola do povoado. As autoridades indonésias negaram o massacre denunciado pelo bispo de Dili, apesar das provas apresentadas por parentes das vítimas.

A invasão do Timor Leste, uma ex-colônia portuguesa na Oceania, foi deflagrada em dezembro de 1975 e, nesses quase dez anos de guerra contra a ocupação estrangeira, mais de 200 mil timorenses já perderam a vida, ou seja, cerca de um terço da população do país. Segundo dirigentes da Frente de Libertação Nacional do Timor Leste (Frelin), os militares indonésios admitem terem perdido mais de 20 mil homens desde o início da invasão.

tes de centro-direita favoráveis a um diálogo com o governo da maioria negra.

Mugabe já deixou claro que se a Zanu conseguir mais de 80% dos votos do eleitorado africano vai considerar esse resultado como um apoio claro ao plano de mudar os Acordos de Lancaster House para implantar o sistema de partido único. O governo tentará também até o final de maio conseguir que o Parlamento altere o sistema eleitoral acabando com as listas de candidatos para implantar o voto distrital. Pela Constituição em vigor, o primeiro-ministro Robert Mugabe pode prolongar o mandato dos atuais parlamentares por dois períodos sucessivos de seis meses. Assim, caso o sistema de voto distrital não seja implantado até julho, o governo poderá adiar novamente as eleições para o segundo semestre.

O fortalecimento da Zanu ganhou maior intensidade desde o começo do ano, quando a economia do Zimbábue apresentou uma rápida recuperação após três anos de seca. O prestígio de Mugabe também vem aumentando constantemente, em consequência de sua política de redistribuição dos recursos nacionais junto à população mais pobre. As dificuldades do governo correm por conta da atividade de grupos dissidentes da Zapu, apoiados pela África do Sul e que deflagraram há quase dois anos uma campanha terrorista na província de Matabele. A onda de violências ameaçou deflagrar um confronto sangrento entre adeptos da Zanu e da Zapu, mas Mugabe conseguiu até agora controlar a situação. Muitos dos políticos mais veteranos da Zapu estão deixando o partido para se juntarem à Zanu no esforço para criar um partido único capaz de aglutinar todo o eleitorado africano na difícil batalha com a minoria branca que ainda controla quase 60% da economia do país.

## Mais de dez milhões de refugiados no mundo



□ Chega a mais de dez milhões o número de pessoas refugiadas no mundo. As mais altas taxas são registradas na Somália, Paquistão, México e França, segundo revelou Paul Hartling, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). Essa cifra tende a crescer enquanto se observam manifestações de xenofobia nos países que recebem refugiados assim como também se constata a violação do direito de asilo. O problema mais grave se apresenta na África

ca, onde os maiores contingentes de refugiados se concentram nos países mais pobres da região, mergulhados na tragédia da fome por causa de conflitos armados e das violentas secas.

O México é o país que abriga o maior número de exilados na América Latina, com um total de 363 mil refugiados, segundo dados do Acnur. No continente, seguem-se a Guatemala, com 70 mil refugiados; Honduras, com 39.500; Nicarágua, com 18.500; Costa Rica, com 16.900;

Argentina, com 11.500 e o Brasil, com 5.400 pessoas refugiadas.

O funcionário da Acnur destacou que "o desrespeito ao direito de asilo é acompanhado de uma tendência a se fazer de surdo quando se fala de soluções".

O Acnur, com representação em 88 países, dirigiu aos governos duas reivindicações básicas com relação aos refugiados: dar-lhes asilo político e um mínimo de proteção jurídica e física, e não repatriá-los à força. "A volta de um refugiado deve ser um ato voluntário, livre e individualmente decidido", apesar de admitir que o lugar onde ele será alojado "é uma decisão soberana de cada país". Durante 1984, o organismo das Nações Unidas recebeu 410 milhões de dólares, aos quais se somaram doações voluntárias de diversos países. A quantia prevista para esse ano não chega a 430 milhões de dólares.

Os maiores gastos serão feitos no Paquistão (61,8 milhões de dólares), Sudão (39,6), Somália (36,5) e Tailândia (25 milhões de dólares).

## ANC e Swapo pedem embargo de petróleo contra a África do Sul

□ Numa entrevista coletiva à imprensa realizada em Lusaka, Zâmbia, dois líderes dos movimentos de libertação da África do Sul e da Namíbia fizeram um apelo para um embargo internacional contra o regime de Pretória. Oliver Tambo, presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), e Sam Nujoma, presidente da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), exortaram a comunidade internacional a "deixar de lubrificar a maquinaria bélica da África do Sul", convidando-a a "dar uma

genuína contribuição à paz em nossa região".

O comunicado conjunto declara que "o petróleo é um fator chave para o regime racista que ocupa ilegalmente a Namíbia e para manter o povo sul-africano num estado de terror, repressão e morte". Ambos os líderes lembraram que em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução aplicando um embargo petrolífero contra a África do Sul. No entanto, destacaram que Pretória continuou se abastecendo de óleo cru

com a assistência financeira, tecnológica e logística de governos e companhias internacionais ocidentais.

Em fins de fevereiro passado, o regime de Pretória anunciou o descobrimento de sua primeira jazida de petróleo, mas tanto Tambo quanto Nujoma disseram que a África do Sul ainda é muito vulnerável a um embargo e que continuará dependendo de fontes externas para cobrir uma parte significativa de suas necessidades nesse item.

O anúncio oficial de Pretória sobre o poço de petróleo indica que nas águas em frente ao litoral da Cidade do Cabo começaram a ser extraídos dois mil barris de óleo cru leve e um milhão de metros cúbicos de gás por dia.

## Haiti: Anistia Internacional denuncia terror organizado

□ O regime ditatorial de Jean-Claude Duvalier seleciona os adversários mais influentes na opinião pública do Haiti para prendê-los, torturá-los ou matá-los. Foi essa a conclusão a que chegou um relatório pormenorizado da Anistia Internacional.

O documento informa que a polícia secreta e a milícia do presidente vitalício desse país caribenho perseguem, principalmente, jornalistas, dirigentes oposicionistas e sindicalistas, os quais são detidos e mantidos em prisão sem que as autoridades cumpram nenhum procedimento judicial. As detenções arbitrárias, a tortura e os homicídios eram, até 1977, práticas indiscriminadas. Mas a perseguição do regime se tornou, a partir de então, muito mais seletiva.

Segundo pôde comprovar a Anistia Internacional, a partir dos casos analisados, os presos políticos são frequentemente mantidos incomunicáveis, quase sempre nus por longos períodos, "em celas escuras, sujas e úmidas no quartel Dessalines" de Porto Príncipe, a capital do Haiti. Alguns presos políticos permanecem durante anos nessas dependências da polícia secreta sem que as autoridades reconheçam sua condição de presos. O relatório incluiu nomes de pessoas cuja prisão era conhecida e que depois desapareceram.

Em depoimento pormenorizado e frio sobre sua participação nas violações aos direitos humanos, um ex-soldado e ex-agentes policiais chegaram a admitir à Anistia Internacional que estran-

gulavam presos políticos no quartel Dessalines e que seus corpos eram posteriormente baleados e jogados em áreas de Porto Príncipe onde são registrados altos índices de criminalidade.

Por sua vez, ex-integrantes da tristemente célebre milícia presidencial (chamada oficialmente "Voluntários da Segurança Nacional", porém mais conhecida como *Tonton-Macoutes*) declararam que justificavam os homicídios políticos com o fato de que as vítimas tinham cometido atos de traição ou "dito coisas ruins contra o governo".

Jean-Claude Duvalier, presidente vitalício, chefe de estado e de governo, chefe supremo das forças armadas, da polícia e dos Voluntários da Segurança Nacional, assumiu o poder em 1971 depois da morte de seu pai, também presidente vitalício e, como seu antecessor, já conta com uma igualmente longa história em matéria de violações aos direitos humanos.

## Quinze transnacionais controlam o mercado mundial de chá

□ Todo o chá consumido no mundo é produzido por países da África, Ásia e América Latina, mas são as empresas transnacionais com sede na Inglaterra que controlam a comercialização do produto em escala mundial. Ao todo, as 15 empresas têm uma receita global de 1,9 bilhão de dólares por ano com a venda do chá.

Entre as maiores, existem cinco grandes, das quais a *Unilever* fica com a parte do leão nas vendas realizadas em 156 países, onde a marca *Lipton* detém uma fatia considerável do mercado consumidor. Em segundo lugar, vem a *Allied-Lyons*, possuidora das marcas *Tettley* e *Lyons*, seguin-

do-se a *Brooke Bond Liebig* que controla 20% do mercado mundial de chá e 75% das vendas na Índia.

A quarta maior empresa mundial do ramo é a *Associated British Foods*, cuja marca *Twining* é vendida em 90 países do mundo. Além de serem hegemônicas no comércio, as cinco grandes do chá controlam também boa parcela das plantações. A *Brooke*, por exemplo, é proprietária de 1/4 das terras produtoras de chá no Quênia e Tanzânia. Um país como o Malawi tem 90% de suas terras dedicadas ao cultivo do chá controlados por empresas transnacionais, enquanto Bangladesh tem 60% nas mãos de es-

trangeiros e a Índia, 40%.

Em Sri Lanka, metade das exportações são feitas pelas grandes transnacionais, onde também aparecem nomes conhecidos como a *Unilever*, *British Foods* e *Brooke*. Elas têm o controle vertical de quase todo o processo, desde a plantação, colheita e beneficiamento até a industrialização e comercialização. Graças a esse complexo mecanismo, elas têm condições de evitar o pagamento de impostos e influir decisivamente na fixação do preço do chá em todo o mundo.

E para se ter uma idéia da lucratividade das grandes transnacionais, basta o exemplo do Malawi, onde os trabalhadores da empresa *Easter* têm como salário diário um pão. Em 1980, a *Easter* lucrou um milhão de dólares só com a exploração do chá na África.

## Paquistão: Zia anuncia restabelecimento da democracia

□ No quadro de um inusitado clima de tranquilidade, os paquistaneses compareceram às urnas para eleger os 207 parlamentares da Assembléia Nacional e os membros das assembléias provinciais, nas primeiras eleições nacionais que se realizam desde que o presidente Mohamad Zia ul-Haq assumiu o poder por meio de um golpe de estado em 1977.

Apesar do apelo à abstenção feito pelos 11 partidos de oposição, mais da metade dos 35 milhões de eleitores em potencial compareceu às urnas. Zia conseguiu uma cômoda maioria na Assembléia Nacional, com base na qual anunciou sua intenção de implementar medidas no sentido de restaurar a Constituição atualmente suspensa.

Embora não tenha precisado a data em que seria revogada a lei marcial que impera no país, o presidente do Paquistão declarou que "serão restabelecidas as instituições democráticas". Acrescentou que deverão ser in-



Zia ul-Haq

troduzidas emendas na atual Constituição destinadas a mudar o sistema de estilo parlamentar por uma presidência mais executiva.

Além dos problemas de ordem política, o Paquistão enfrenta outros não menos prementes. Um assunto chave é o econômico, em consequência de uma queda vertical da produção agropecuária e do sério déficit orçamentário. No plano interna-

cional, a presença de mais de três milhões de refugiados afegãos que vivem em acampamentos ao longo da fronteira noroeste, de onde atacam o governo de Cabul, criou uma tensa situação que pode desestabilizar o regime de Zia.

Mas talvez o maior dos problemas seja o projeto paquistanês de adquirir armas nucleares. Nos primeiros dias de março, um cidadão paquistanês foi detido nos Estados Unidos quando tentava tirar desse país material apropriado para dispositivos empregados em bombas nucleares. Levava também uma carta que o vinculava à Comissão de Energia Atômica do Paquistão. A possibilidade de que o regime de Islamabad seja capaz de fabricar armamento nuclear condiciona a ajuda econômica e militar de 3,2 bilhões de dólares que o governo norte-americano tem prevista para o presente ano. Em alguns círculos de Washington, considera-se que o Congresso pode se opor à ajuda, ainda que a administração Reagan possa tentar convencê-lo de que vale a pena prestá-la a um leal aliado que está dando os seus primeiros passos no caminho da democracia.

## Fome: reunião de Genebra intensifica ajuda

□ Depois de uma conferência internacional sobre o problema da fome realizada na Suíça no começo de março passado, funcionários da ONU admitiram que houve uma maior sensibilidade dos possíveis fornecedores de ajuda, mas o montante total de recursos ainda não havia alcançado, até então, a cifra de um bilhão e meio de dólares.

A conferência, que reuniu delegados dos países afetados pela seca na África e especialistas em

alimentação, discutiu medidas de curto e médio prazos para resolver o drama de milhões de pessoas desnutridas e à beira da morte por inanição. Foram decididas mudanças na orientação das prioridades de ajuda e no encaminhamento dos donativos às populações mais atingidas.

Muitos países ocidentais prometeram doar dinheiro e alimentos, mas os funcionários da ONU evitam fazer estimativas mais precisas alegando que é ne-

cessário distinguir entre doações antigas e novas ofertas. A Arábia Saudita, por exemplo, prometeu liberar 30 milhões de dólares em donativos novos. Mas a oferta norte-americana de fornecer 50% da ajuda alimentar necessária para impedir uma nova mortandade na África deixou algumas dúvidas sobre o que já havia sido prometido e o que é considerado contribuição adicional.

Entre os países do Terceiro Mundo que se comprometeram a dar ajuda aos africanos, estão a Índia, que ofereceu 100 mil toneladas de trigo, e o Marrocos, que anunciou uma doação de 10 milhões de dólares.

## Venezuela: "missionários" dos EUA extraem minérios ilegalmente

□ Missionários norte-americanos foram acusados de espionagem e contrabando de minerais estratégicos na vasta e quase inexplorada selva amazônica venezuelana. As denúncias foram apresentadas perante a Comissão de Energia e Minas da Câmara de Deputados de Caracas e se referem à extração e saída ilegal de tântalo de vários pontos desse território por parte do grupo religioso, com sede nos Estados Unidos, denomina-

do "Novas Tribos".

O tântalo é um metal de alta densidade e resistência, utilizado fundamentalmente na indústria aeroespacial. Também é encontrado nessa região, em forma de óxido, um composto chamado tantalita, empregado pelos norte-americanos na fabricação dos circuitos eletrônicos dos aviões F-16. Esses modernos caça-bombardeiros são construídos pela transnacional *General Dynamics* que, segundo as denúncias, fi-

## A ONU questiona as transnacionais na África Austral

□ A Comissão sobre empresas transnacionais das Nações Unidas realizará audiências públicas para denunciar as "más práticas" das grandes corporações na África do Sul e Namíbia. Pretende-se fazer com que essa iniciativa, prevista para o fim deste ano, coincida com o 25º aniversário da declaração sobre a independência dos países e povos colonizados.

Um comitê *ad-hoc* de quatro membros está estudando os detalhes para a realização dessas audiências, que serão feitas na sede do organismo internacional em Nova Iorque. Uma resolução aprovada pelo Conselho Econômico e Social da ONU em 1982 estabeleceu que as audiências sobre as empresas transnacionais devem permitir identificar as medidas concretas que governos e organismos governamentais e não governamentais possam ado-

tar para erradicar o sistema do *apartheid* aplicado pelo regime racista de Pretória.

Um relatório de dez páginas assinala que nessa comissão serão examinadas, também, as tendências, volume de negócios e orientação das transnacionais de países ocidentais que têm grandes investimentos na África do Sul e Namíbia. Quatro temas centralizarão a atenção dos participantes: as atividades e operações das transnacionais para determinar o grau de sua contribuição à manutenção do *apartheid*; seu papel nas áreas militar e de energia nuclear na África do Sul e Namíbia; o impacto sócio-econômico de sua atividade em ambos países; a exploração dos recursos da Namíbia através da ocupação ilegal de seu território por parte da África do Sul e, em particular, a entrega de concessões e licenças de mineração.

nância, junto com a *Westinghouse*, os 139 integrantes da seita em suas atividades no território da Venezuela. Foi a essa conclusão que chegou um relatório elaborado pelo capitão Antonio Marino Blanco, chefe militar venezuelano para o território amazônico.

A conexão entre a seita e as transnacionais também foi denunciada em outros países latino-americanos. Presentes em várias regiões virgens do continente, essas missões têm se caracterizado mais por suas atividades de mapeamento e exploração do subsolo do que por seu papel evangelizador. Em 1978, foram expulsas da Colômbia quando realizavam atividades parecidas junto com o "Instituto Linguístico de Verão" (*Summer Institute of Linguistics*), do qual dependem. Essas missões haviam recebido autorização para plantar arroz em uma zona do país e se descobriu que, na verdade, pesquisavam a existência de silício e cobalto no local.

Segundo as denúncias apresentadas perante o Parlamento venezuelano, os missionários tiraram do país o tântalo através de numerosos aeroportos que construíram na região. O tráfico é facilitado pela falta de vigilância na extensa zona, pelo fato de terem à disposição uma pequena frota de aviões de propriedade da *General Dynamics* e por contarem com maiores recursos logísticos em matéria de comunicação do que as próprias autoridades venezuelanas.

Como exemplo da falta de defesa dessa região amazônica rica em minerais estratégicos, vale lembrar que há alguns anos foi encontrado no local um cidadão francês que realizava trabalhos de mapeamento do solo. Descobriu-se então que era o chefe do Escritório de Energia Atômica da França e que não havia passado por nenhuma alfândega do país.



# Velha ordem do pós-guerra versus nova ordem econômica

Quarenta anos já transcorreram desde que, no dia 1º de maio de 1945, a 2ª guerra mundial chegou ao fim. Com ela, desapareceu da história o sinistro espectro do nazi-fascismo disseminado pelas potências do Eixo. As últimas quatro décadas, assim como o presente e o futuro previsível, estariam marcados pela rivalidade global e planetária entre as potências aliadas vitoriosas, e, portanto, entre o capitalismo liberal e o socialismo.

O conflito teve como protagonistas as nações do Norte, mas a ordem mundial emergente naquelas latitudes condicionaria as possibilidades de desenvolvimento econômico e as opções políticas dos países subdesenvolvidos do Sul. Em outras palavras, os centros de poder mundial se projetariam decisivamente sobre a periferia. Mas, ao mesmo tempo, a rivalidade ideológica e geopolítica entre os dois sistemas vitoriosos — a bipolaridade Estados Unidos versus União Soviética — constituiria uma realidade dialética cheia de contradições, que não caberia imaginar no caso de uma guerra ganha por um grupo de nações identificadas com os mesmos interesses e com a mesma orientação ideológica. Nesse contexto, se inseriram as lutas e aspirações dos povos do Terceiro Mundo pela sua libertação, entendida na sua mais ampla acepção, que une a independência política à autodeterminação e ao desenvolvimento econômico.

Fazendo uma retrospectiva, saltam à vista as vertiginosas transformações políticas ocorridas nesses 40 anos, diante de mudanças econômicas lentas e desiguais que, em alguns casos, foram verdadeiros retrocessos. No conjunto, as nações subdesenvolvidas enfrentariam decepções e frustrações a nível econômico. Com exceção dos países latino-americanos, há muito independentes, quase toda a África e grande parte da Ásia se encontravam, em 1945, subjugadas pelo colonialismo.

O rápido processo independentista que caracterizou, nesses dois continentes, os anos 50 e 60 foi a resposta a um complexo de fatores, entre os quais se destacam: 1) a disputa Leste-Oeste e o conseqüente esforço dos blocos rivais em atrair para sua esfera de influência os países do Sul; 2) a nova situação dos povos colonizados pelas potências perdedoras; 3) a vontade dos Estados Unidos, menos comprometidos que seus aliados europeus com o colonialismo clássico, de penetrar economicamente nas possessões deles (esse objetivo era dificultado ou mesmo totalmente impedido na medida em que a situação colonial implicava a sujeição à esfera econômica da metrópole).

Assim como o espaço colonial estava obstruído, por definição, ao comércio e aos investimentos estrangeiros, a independência política acarretaria a abertura ao livre comércio, onde vence a lei do mais forte. Já que todas as nações da Europa estavam em ruínas quando a guerra acabou e os Estados Unidos tinham surgido como a primeiríssima potência mundial, era lógico que seus políticos e empresários concordassem com a União Soviética na necessidade de favorecer, cada um à sua maneira e com objetivos diferentes, a descolonização.

No final dos anos 60, o mapa político já havia se transfigurado. As colônias do tipo tradicional só existem hoje em dia em algumas pequenas ilhas e pequenos territórios, que constituem uma ínfima parte da superfície e da população do planeta.

Esse processo linear não encontra correspondência no ziguezagueante caminhar da economia nos países do Terceiro Mundo, onde vivem dois terços da população mundial.

Desde os primeiros anos do pós-guerra, o poderio produtivo dos Estados Unidos não parou de se consolidar, enquanto a Europa ocidental e o Japão

usufruíam das delícias daquilo que na época se chamou "milagre econômico". Por sua vez, os países socialistas rivalizavam com as nações capitalistas em maior processo de expansão — Japão e Alemanha Federal — na obtenção das taxas de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) mais altas do mundo. Isso quer dizer que, no Norte, tanto os vencedores quanto os vencidos, capitalistas e socialistas — ou seja, todos —, conheceram a expansão e o desenvolvimento harmônico de suas economias. No Terceiro Mundo, o crescimento econômico continuou vinculado, como há séculos atrás, aos preços de matérias-primas cujos mercados os países produtores não controlavam — nem controlam. Isso significa que quando a demanda dos centros industriais é grande, o volume de vendas e os preços dos produtos básicos aumentam. Por outro lado, quando a oferta é grande as cotações caem, às vezes catastroficamente, junto com o volume de negócios.

Essas oscilações ocorrem no contexto do intercâmbio desigual crônico que marca a ferro e fogo as relações entre os países produtores de matérias-primas e as nações industrializadas que as consomem. Os produtos manufaturados têm um alto valor adicionado — tanto pelo trabalho operário quanto pela remuneração do capital — e são trocados no comércio mundial por matérias-primas de muito baixo valor adicionado. Assim, a capacidade de compra de uma tonelada de grãos ou de sisal cai constantemente em relação aos automóveis, armas ou equipamentos que são comprados com aquelas exportações. Dessa forma, as nações industrializadas contam com a plataforma para um crescimento autcentralizado e contínuo, só afetado pelas crises periódicas. As economias periféricas, por sua vez, mesmo nos anos de aumento de suas exportações, não conseguem obter do comércio internacional um excedente suficiente para seu desenvolvimento industrial, que possibilite um crescimento harmônico. Desde o pós-guerra até nossos dias, o Terceiro Mundo conheceu ciclos de relativa bonança, assim como de crise. Mas, nesse longo período, não conseguiu o fundamental: modificar sua situação de fornecedor de matérias-primas,

com o subdesenvolvimento e a dependência econômica consequentes.

Isso significa que tanto os países latino-americanos que alcançaram a independência política a princípios do século passado, como os africanos e asiáticos que a conseguiram há poucos anos, vivem ainda sob o colonialismo econômico ou, pelo menos, sob uma forte dependência externa. Há, naturalmente, diferenças importantes no vasto e colorido leque terceiro-mundista. Há um grupo de países de independência recente que praticamente deixaram intactos seus vínculos com as metrópoles e as novas empresas (norte-americanas e de outras potências capitalistas) estabelecidas para explorar suas riquezas primárias. Nesses países, a reduzida burguesia local, geralmente corrupta, se aliou aos estrangeiros e conseguiu enriquecer. Esse fenômeno teve como consequência uma modernização dos principais centros urbanos, acompanhada da introdução de hábitos e consumos copiados das classes mais ricas dos países do Ocidente.

A drenagem de recursos para essa modernização e a manutenção do nível de vida da alta burguesia mediante importações, implicou a ausência de recursos para o interior do país, a miséria das massas camponesas e o seu êxodo em direção às cidades, onde lhes espera um destino de mão-de-obra subempregada ou, simplesmente, o desemprego.

No extremo oposto, um grupo de países empreendeu o caminho da libertação, incluindo o estabelecimento de relações diversificadas Leste-Oeste. Essa alternativa permite, entre outras coisas, generalizar o acesso à educação e à saúde — isto é, a distribuição equitativa dos recursos disponíveis — e solucionar portanto problemas fundamentais.

Mas o desenvolvimento econômico requer também capital e tecnologia, que as economias subdesenvolvidas só poderiam obter se conseguissem grandes excedentes provenientes do comércio internacional. A falta deles gera um círculo vicioso que só pode ser quebrado com sacrifícios ao longo de muitos anos.

Alguns países pareceram escapar à dura lei do intercâmbio desigual. Trata-se dos países

exportadores de petróleo membros da Opep, que em 1973 conseguiram assumir o controle do mercado de óleo cru e, portanto, fixar eles mesmos os preços do produto.

Foi a única experiência conhecida até hoje no sentido de inverter a deterioração dos termos de intercâmbio. Os preços do petróleo, de fato, cresceram a tal ponto que as mesmas quantidades do produto passaram a ter um maior poder de compra em relação aos manufaturados, para não falar das outras matérias-primas. As circunstâncias que envolvem o comércio do petróleo são excepcionais e portanto o modelo da Opep é virtualmente impossível de ser copiado por outras associações de produtores. Mas, além disso, nos últimos anos a organização perdeu o controle do mercado, devido a uma complexa conjugação de fatores (ver Editorial, *cadernos* nº 75) e os preços terminaram caindo. Os observadores se interrogam, portanto, acerca do futuro da Opep. O atraso e a dependência dos países do Terceiro Mundo fizeram com que a crise recessiva mundial iniciada no começo desta década os atingisse com uma violência inusitada. Significou um retrocesso marcante, expresso nas quedas dos Produtos Nacionais Brutos, das exportações e importações e no aumento exorbitante da dívida externa.

Essa, a mais longa e profunda recessão desde o pós-guerra, pôs a descoberto os males da dependência que descrevemos, assim como os ilusórios "cantos de sereia" emitidos pelos centros capitalistas para a periferia.

Um relatório recente do Banco Mundial revela que a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, que totalizava 610 bilhões de dólares em 1980, chegará à assombrosa cifra de 970 bilhões de dólares — quase um trilhão de dólares — no fim desse ano. Impulsionada pelas altas taxas de juros nos Estados Unidos, a dívida incha desmesuradamente e absorve enormes recursos das exportações só para pagar os juros.

A dívida foi contraída para financiar projetos de desenvolvimento através de créditos que os países terceiro-mundistas só poderiam obter no exterior. No início, o custo dos créditos parecia tolerável, mas o aumento das taxas de juros os encareceram exageradamente. O resultado é que, pela primeira

vez no ano passado — sempre segundo dados do Banco Mundial — o Terceiro Mundo pagou 92 bilhões de dólares pelo serviço da dívida, e captou somente 85 bilhões de dólares em forma de novos créditos, investimentos, cooperação e demais fluxos de capitais.

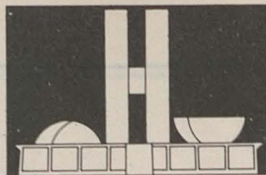
Isso quer dizer que os países do Terceiro Mundo se defrontam agora com um déficit crédito (de sete bilhões de dólares em 1984), que implica ser o custo de sua dívida superior a todos os fluxos de capital que recebem. E, ao mesmo tempo, a dívida cresce e torna gigantesco um drama sem saída previsível.

Diante de tão grave situação, a comunidade internacional não tem nenhuma resposta. Na verdade, as soluções podem ser perfeitamente alcançadas e constam das propostas enumeradas pelo Movimento dos Países Não-Alinhados para estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional.

Seriam necessárias transferências de recursos e de tecnologia orientadas no sentido de atenuar o desequilíbrio mundial e de fornecer aos países pobres a possibilidade de saírem do subdesenvolvimento. Ficou conhecido por Diálogo Norte-Sul a tentativa de se fazer os países industrializados e os subdesenvolvidos chegarem a um acordo, sobre bases mínimas, para introduzir critérios de equidade nas relações econômicas internacionais.

Até meados da década passada parecia possível superar a intransigência das potências industrializadas em fazer concessões, já que alguns países do Norte passaram a defender mudanças. Mas os "duros" se impuseram e os acontecimentos posteriores (entre eles, a eleição e reeleição de Ronald Reagan) demonstraram a inutilidade de um diálogo, que na verdade nunca começou. Hoje o quadro se apresenta tão grave que, mesmo o Diálogo Norte-Sul não passando de uma mera ilusão, não há força sequer para se voltar a convocá-lo.

A chamada comunidade mundial, que teve sua expressão institucional na criação das Nações Unidas e suas diversas agências, quando as cinzas da 2ª guerra mundial ainda estavam mornas, parece incapaz de encontrar paliativos para o maior drama do nosso tempo.



# A transição

**O**s processos de transição, como o que vive o Brasil, são difíceis e complexos. Exigem muita firmeza mas, também, flexibilidade.

Os dois melhores exemplos de transições bem conduzidas são os da Espanha e do Uruguai. Em ambas, o fim

das ditaduras fora marcado por significativos avanços políticos e, no caso da Espanha, já mais consolidado, também econômicos e sociais. Esses avanços deram a esses dois povos a sensação de mudança.

No Brasil, esse processo de mudança foi, pelo menos temporariamente, truncado pela doença do presidente Tancredo Neves. No entanto, antes mesmo que o presidente tivesse de abandonar a cena pública, já se delineavam sinais de que as classes e grupos que apoiaram e depois conduziram o regime autoritário não estavam decididos a renunciar ao controle do país.

Essa talvez seja a marca mais evidente do complexo momento que estamos vivendo.

## As condições do continuísmo

Negando-se habilmente a aceitar o processo do voto direto para a escolha do sucessor do general João Figueiredo, o núcleo do poder autoritário criou as condições do continuísmo. Não havia qualquer dúvida de que, surgindo de uma coligação oposicionista, em torno da qual, além do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) também se reuniram outras forças, a candidatura do dr. Tancredo Neves, pelas eleições diretas, estaria de antemão vitoriosa.

A grande manobra do núcleo de poder da ditadura foi impedir as diretas e impor a existência de um Colégio Eleitoral, no qual pouco mais de 600 eleitores, com mínima representação popular, substituíram o eleitorado do país, que já se aproxima dos 50 milhões de votantes.

No momento em que a Câmara dos Deputados derrotou por duas escassas dezenas de votos, a

## *Os desafios da herança de duas décadas de arbítrio e repressão*

aprovação da emenda constitucional que instituiu as eleições diretas, o regime conseguia um tento decisivo: retirava do povo para as mãos de uma pequena minoria de políticos a transcendente escolha do presidente que deveria comandar a batalha pela reconquista democrática.

Mas essa manobra foi ainda mais competente, embora eivada de uma marca de oportunismo: os mesmos setores do partido governamental, o PDS (Partido Democrático Social), que com o seu voto levaram à derrota a emenda das Diretas, romperam na undécima hora com o situacionismo e se converteram, no Colégio Eleitoral, no fator decisivo da eleição do dr. Tancredo Neves.

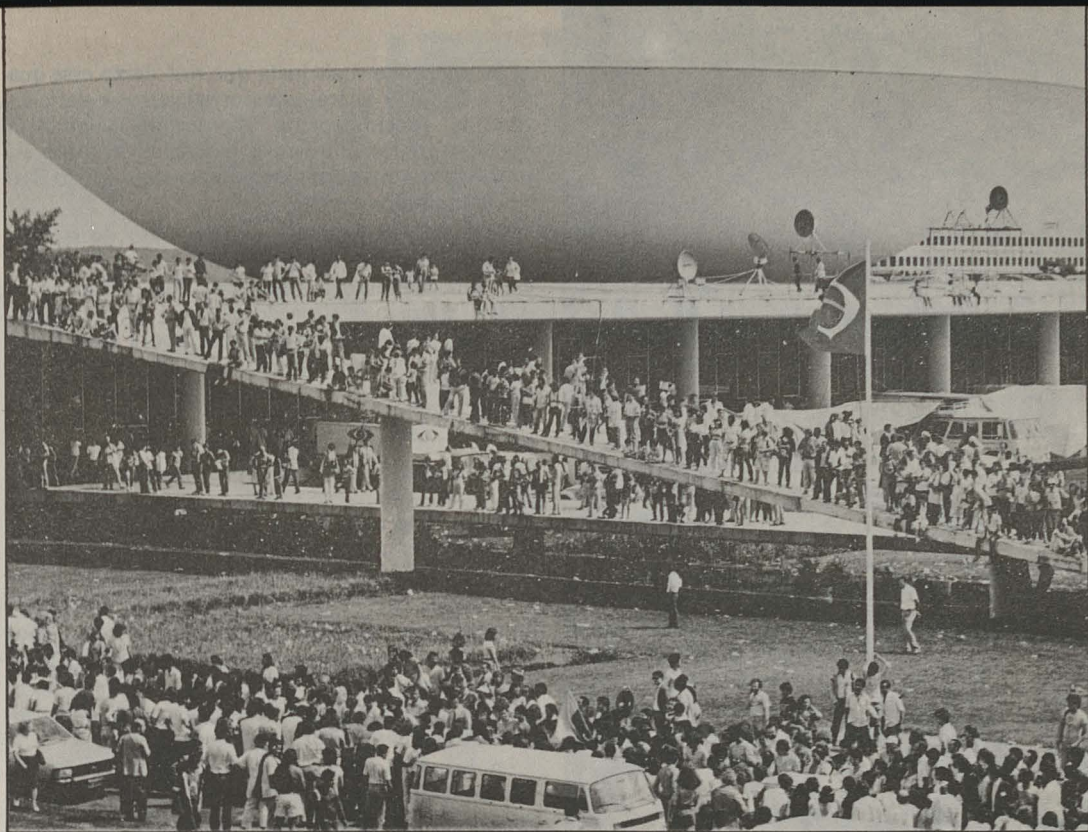
## A autenticidade ameaçada

A partir desse momento, a transição teria que passar pelo crivo dessa dissidência e todo o projeto político de mudanças levantado pela oposição sofreria um progressivo processo de desidratação que modificou, na essência, a sua autenticidade.

Isso explica como, num passe de mágica, o presidente do PDS, José Sarney, que na véspera jurava fidelidade ao presidente João Figueiredo e comandava no Parlamento a batalha contra as Diretas, resurgiu como um dos líderes da redemocratização e candidato à vice-presidência na chapa da oposição, junto ao dr. Tancredo Neves.

A candidatura do senador José Sarney, mais do que um projeto pessoal oportunista bem sucedido, representa a incrustação, no próprio centro das decisões, de setores políticos e econômicos comprometidos com as concepções do regime anterior.

Mas esse não é um caso individual, senão que caracteriza todo um amplo espectro de adesões da mesma origem. O Ministério, de corte marcadamente conservador e continuísta, reflete uma correlação de forças que poderia ser outra se o comando do PMDB, apoiado num dos maiores movimentos populares da nossa história, tivesse dado outro rumo à campanha das diretas.



A campanha das diretas poderia ter tomado um outro rumo, se o PMDB tivesse agido de forma diferente para capitalizar a força desse enorme movimento popular

O melhor conhecimento, hoje, da situação do regime autoritário no seu último período, permite concluir que o governo Figueiredo não estava em condições de resistir à mobilização nacional para a mudança do sistema de escolha do presidente.

O fato é que essa etapa passou à história e deve ser mencionada apenas como uma referência para a avaliação do que fazer hoje.

Como resultado de uma híbrida composição de forças políticas, que reuniu na mesma mesa, os cassadores de mandato e os cassados, os que impediram as eleições diretas e os que lutaram por ela, os que sofreram a repressão e os que a apoiaram, os que entregaram nossas riquezas ao estrangeiro e os que se opuseram a isso, era inevitável que o programa mínimo da Oposição, exposto na sua plataforma eleitoral, não pudesse ser posto em prática, como o povo esperava.

#### A presença do FMI

Essa realidade já se refletiu nas primeiras medidas do novo governo, anunciadas no discurso preparado pelo presidente Tancredo Neves e que o vice-presidente leu ao Ministério. O programa é recessivo e recorda muito o receituário do Fundo

Monetário Internacional. Até a sra. Ana Maria Jul, representante do FMI, já voltou por aqui, impondo critérios e passando pitos em funcionários recalitrantes. O programa é evidentemente recessivo sem ter força para conter a inflação.

Embora seja difícil condenar a herança ditatorial na presença dos srs. José Sarney, Aureliano Chaves, Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel e tantos outros expoentes do autoritarismo, o fato concreto é que vem do regime ditatorial a grande crise que vivemos. O levantamento de cifras feito pelo novo ministro do Planejamento, João Sayad, é terrível.

Os déficits são brutais. Oito trilhões no Orçamento Fiscal, 12 trilhões nos gastos de custeio das empresas estatais, oito trilhões na Previdência Social e uma defasagem de nove trilhões na previsão de financiamento da safra. Ao todo, 37 trilhões de cruzeiros, ou seja, cerca de sete bilhões e meio de dólares.

O corte nos gastos públicos de quase dois trilhões do orçamento da República e as medidas complementares de congelamento de novos investimentos pelos bancos oficiais contribuíram para paralisar a vida econômica e levar à falência não poucas empresas.



A composição do governo não atrai a mobilização do povo para os sacrifícios que seriam necessários

De onde o governo vai tirar esses recursos imensos? Dos grandes empresários, não é de se esperar. Eles são ministros, altos funcionários ou estão cobertos pelo apoio da dissidência do PDS (Frente Liberal), na qual quase todos militam. Do superávit da balança comercial, também não. Além de ser muito inferior ao que Delfim Netto prometeu ao FMI — 12,700 bilhões de dólares —, o superávit está todo empenhado no pagamento de juros de uma dívida externa superior a 110 bilhões de dólares.

### Soluções audaciosas

Os recursos rotineiros serão insuficientes para enfrentar esse déficit colossal. As mágicas comuns ao regime anterior já não têm como ser repetidas e mais recessão não apenas ampliará as áreas de fome, como aumentará a pressão do desespero social.

20 - terceiro mundo

A impressão mais justa que nos deixa esse quadro é que não se trata de corrigir erros e deficiências de funcionamento do sistema capitalista, senão contê-lo em algumas partes, substituí-lo em outras e sair para soluções audaciosas fora do figurino fundo-monetarista.

Isso seria impensável no interinato do sr. José Sarney. Falta-lhe autoridade política para comandar uma mudança a esse nível. Mas, mesmo para o dr. Tancredo, a situação não será fácil. Os fatores que edificaram pedra sobre pedra esse monstro que é hoje a economia do país estão aninhados nas entranhas da Nova República. E terão poder de dificultar, impedir ou sabotar qualquer política que vise modificar esse panorama.

Por outro lado, nada poderia ser feito sem a participação do país e a verdade é que o Ministério, com exceções conhecidas, não atrai a mobilização do povo para um mutirão de sacrifícios, já que não se tem a segurança das mudanças que o justifiquem.

O mais certo é que as forças oposicionistas que lutaram pela mudança se reorganizem a curto prazo, se constatarem a frustração dos seus objetivos. As bases de uma nova Oposição estão lançadas e elas poderão marcar o destino do país nas próximas consultas eleitorais.

A direção do PMDB, tendo à frente o presidente Ulysses Guimarães, que tem desempenhado nesses episódios um papel importante e positivo, sabe disso e teme pagar a fatura dessa frustração nacional. Tem consciência de que pode enfrentar a curto prazo uma dissidência de grande porte que se juntará a outras forças na constituição daquilo que se poderia chamar a Nova Oposição. Líderes partidários como Leonel Brizola, Luís Inácio da Silva (Lula) e outros terão um papel central nessa recomposição democrática.

Mas ela só alcançará os seus objetivos se as novas forças da sociedade brasileira — as comunidades de base, as associações de bairro ou de setores de trabalho, os sindicatos, entidades de profissões liberais, a esquerda política, os jovens, as associações camponesas e outras — constituírem o núcleo desse imenso esforço de mobilização e participação.

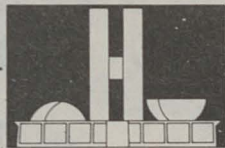
O Brasil hoje é outro e, se os líderes não o entenderem assim, estarão cometendo erros graves. Com todas as suas carências e frustrações, o governo Tancredo Neves terá um papel importante nessa batalha: assegurar ao povo os espaços de liberdade para que ele possa traçar livremente os seus destinos, com maior clareza ideológica e coerência política.

Poderá fazê-lo? As opiniões que se seguem, a começar pela importante entrevista do dr. Raymundo Faoro, ajudarão no esclarecimento de um quadro político difícil e imprevisível. (Neiva Moreira)



Desde que o presidente Goulart (à esq., acima) foi deposto, em 1964, o Brasil esteve governado por regimes militares. Em nome da segurança nacional, eles impuseram um modelo de desenvolvimento dependente, voltado para o consumo e exportações, em detrimento das camadas mais pobres da população, condenadas ao desemprego e à fome. Em 1985 houve a eleição – indireta – de um civil para a Presidência: Tancredo Neves. Porém, o destino foi cruel e não permitiu que ele assumisse. Agora, se discute como será assegurada a continuidade democrática nas atuais circunstâncias





## Faoro: “Constituinte, já”

**E**m 1975, os advogados brasileiros começaram a se movimentar contra a tortura e contra arbitrariedades cometidas pelos serviços de repressão do regime militar. Foi a primeira associação de profissionais liberais a se articular na luta pela defesa dos direitos humanos. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançou a expressão Sociedade Civil (criada por Jean Jacques Rousseau), um termo que passou a designar distintos setores sociais, profissionais e políticos que discordavam de forma aberta do autoritarismo.

A tomada de posição dos advogados praticamente se confundiu também com a posição assumida, meses mais tarde, pelo presidente da OAB, Raymundo Faoro, um gaúcho, que se autodefine um liberal (embora reconheça ser difícil caracterizar um liberal). No final da década de 70, Faoro foi um personagem chave no movimento que se esboçava na sociedade civil a favor do restabeleci-

*O ex-presidente da OAB avalia a situação atual e conclui que a ditadura só acabará com uma Constituição, cujos redatores deverão ser eleitos na base “um homem-um voto”*

mento das garantias constitucionais e do retorno ao Estado de direito. Tão marcante foi a atuação do presidente da OAB que ele logo passou a ser procurado pelo governo, na época cada vez mais isolado dos civis e principalmente daqueles que fizeram da defesa da lei a sua profissão.

O doutor Faoro assistiu os primeiros passos do recuo do regime militar, no processo que ficou conhecido como “Abertura”. Dez anos depois do início da articulação dos advogados, o país volta às mãos dos civis, em meio ao renascer de muitas esperanças numa redemocratização completa e rápida.

Como testemunha de alguns momentos críticos da história recente do Brasil, o agora ex-presidente da Ordem dos Advogados está numa posição única para analisar as perspectivas institucionais da nação. É o que ele faz nesta entrevista, feita num estilo informal, quase um desabafo.



*Qual é o balanço que o senhor faz hoje da legislação em vigor do ponto de vista daqueles ideais antiautoritários que o senhor defendeu como presidente da OAB?*

— A Constituição vigente é realmente muito autoritária. Toda a legislação criada nos últimos anos tem base nesta Constituição. A lei de segurança nacional foi abrandada duas vezes depois de 77, mas ainda é uma lei pesada, castiga a liberdade do dissidente político, faz uma confusão entre o dissidente político e o sedicioso. Na verdade, ela ainda tem um efeito inibitório muito grande. Se um jornal ou revista correm o risco de serem punidos, eles não terão a mesma franqueza, o mesmo desembaraço em abordar certos assuntos delicados envolvendo interesses do governo.

A estrutura corporativa dos sindicatos será daqui por diante o tema que se deve discutir com mais intensidade. A estrutura sindical brasileira ainda é a da Carta de 1937, ainda é do Estado Novo, que por sua vez copiava a legislação fascista da *Carta del Lavoro* de Mussolini. A estrutura ainda é corporativa. O sindicato é um delegado, ele exerce funções delegadas do poder público e o subsídio que recebe vem do imposto que o governo recolhe e repassa. Há uma intervenção na vida sindical muito grande. De modo que sem uma liberdade sindical autêntica e sem sindicatos que usem essa liberdade, inclusive com o direito pleno de greve, não acredito que essa transição que está aí se consolide democraticamente.

*E quanto aos poderes da Federação?*

— Imagine que a Constituição de 1967, que está em vigor, mudou o nome do país, que passou a ser República Federativa. Quando aqui se muda o nome de alguma coisa, a gente pode saber que não o é mais. (O nome era Estados Unidos do Brasil, adotado em 1891.)

Realmente, a Federação acabou em 67. E acabou em muitos sentidos. Não há nenhum programa estadual hoje que possa viver autonomamente. Os recursos são sempre repassados à União. A Federação, além de suas vantagens econômicas, da sua eficiência administrativa, tem também uma carga política, uma significação política muito grande, muito mais democrática.

No nordeste, por exemplo, quase todas as obras são feitas por agências da União. Os estados poderiam ter recursos da União, ou tributar a União, mas a aplicação devia ser responsabilidade local, até pelo aspecto democrático da fiscalização, daquele contato entre a pessoa que faz e a pessoa que é beneficiária. O Brasil está cheio de obras que a população não pediu e muitas coisas que a população pede nunca foram realizadas.



Raymundo Faoro:  
"No Brasil não há outra solução senão a Constituinte"

### Uma Constituinte com novas bases

*A solução seria uma Constituinte?*

— Acho que esse é o caminho indicado pela experiência dos últimos anos. O Uruguai não precisou de Constituinte, nem a Argentina. Lá, os militares montaram sobre a Constituição um aparelhamento que em certo momento desapareceu e a Constituição emergiu. Em Portugal, já isso não foi possível, nem na Espanha. Nesses países, a Carta Magna foi retalhada, a legislação autoritária entrou na Constituição; a sua estrutura básica ficou completamente diferente do que era. Aqui também. Tanto que, no Brasil, não há outra solução senão a Constituinte, não só como formalismo jurídico, mas para a inversão do processo político, para que haja soberania popular na base.

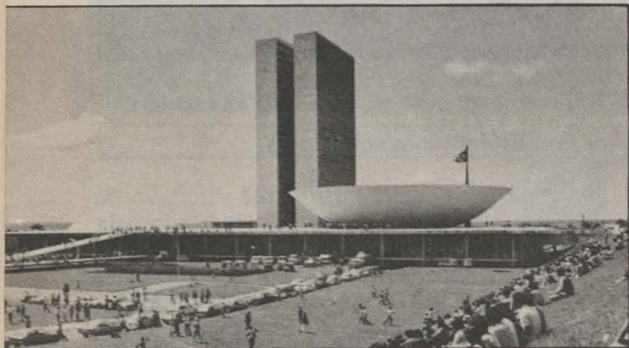
*De acordo com o seu raciocínio, parece que para que essa Constituinte possa ter um mínimo de representatividade ela não poderia ser eleita com a viciada legislação eleitoral atual..*

— Exatamente. Aliás eu passo muito por anarquista em certos setores da esquerda porque acho um absurdo completo fazer a Constituinte dentro do Congresso. Vou dar um exemplo de como isso é uma distorção e uma falsidade: o Congresso, pela Constituição atual e seguindo uma tendência que vem desde 1934, tem um componente oligárquico na própria representação, quando estabelece que cada estado terá um mínimo de oito deputados e um máximo de 60. Então, o peso do voto passou a ser diferente por estado.

Em segundo lugar, o Congresso é infelizmente no Brasil quase que um braço do Executivo. Por que um político está no Congresso? Ele está lá por

que se ligou ao governador. Em geral é o governador que consegue fazê-lo se eleger. Esse sistema de coronelismo, clientelismo, fará com que uma constituinte feita dentro do Congresso seja moldada pelo governo.

Essa foi a tragédia das constituintes republicanas, no começo do século. Foram feitas para um estatuto de poder, para um determinado grupo de poder. Assim foi em 1891, quando surgiu um federalismo que só funcionava para São Paulo e Minas; o resto simplesmente não existia. O general Flores da Cunha, por exemplo, um gaúcho, foi eleito anos e anos pelo Ceará e morreu sem ir ao Ceará para, pelo menos, ver a cara do eleitor dele. Era a chamada política dos governadores.



Mônica Leme

“O Congresso levaria de 250 a 280 anos para remover todo o entulho autoritário deixado pela ditadura”

A Constituição de 1934 foi um processo sério, por incrível que pareça. Mas ela durou pouco. Em 1946, foi feita uma nova Carta a pretexto de redemocratizar o país. Os interventores nos estados se elegeram, elegeram seus amigos e fizeram a Constituição, que em muitos aspectos, sobretudo nos dois aspectos fundamentais, — a estrutura sindical e a tutela militar — mantinha o Estado Novo. Na estrutura sindical, manteve o Estado Novo quase que com as mesmas palavras. Na tutela militar, ela manteve a tradição republicana toda. Os militares intervieram em 1954, 55, 64, porque a Constituição dizia que eles eram os seus garantes e, portanto, os árbitros.

Foram as constituições republicanas que, para manter a situação de privilégio de uma classe, colocaram os militares como árbitros da situação e de eventuais conflitos. Os militares, na verdade, mantiveram o status-quo. Em 1891, a Constituição dizia que eram garantes, o mesmo acontecendo em 34 e 46. Na Constituição de 37 e de 67 dizia-se que os militares *mantêm* o poder constituído. Em 37, o poder constituído era deles; em 67 também. Então passaram a manter. Mas quando não são os sustentadores, são os árbitros. Isso está na Constituição. Como então acreditar que as elites de hoje,

só porque mudou o presidente da República, vão votar uma Constituição que instale a autonomia sindical e afaste os militares da tutela?

*Antes da Constituinte ser eleita, que passos o senhor acredita que devam ser dados para garantir um mínimo de representatividade?*

— Tem que ser eleita sem a distorção representativa, o voto tem que valer aqui tanto quanto vale no Maranhão, um homem e um voto. Deve ser um corpo independente, que vai se dissolver na hora que terminar o seu trabalho, que é o de redigir a nova Constituição. Ela tem que sair de um movimento popular. Um movimento popular que inequivocamente não aceite o jogo de tutelas. Isso vai ser difícil, mas também se não for assim, vai continuar tudo como está, apenas com alguns retoques.

Agora, quanto a medidas prévias, eu ouço falar aí que a Constituição só surgirá depois da remoção do “entulho” autoritário. Eu acho isso um sofisma. Porque são mais ou menos 400 leis para remover. Se removerem uma por mês, são 400 meses. A remoção seria feita pelo Parlamento. O Parlamento removeu até agora muito pouca coisa. Existem 200 projetos revogando a lei de segurança nacional, nenhum teve andamento. Há milhares de projetos sobre a consolidação democrática, mas nenhum teve andamento. Esse Congresso vai levar entre 250 e 280 anos para remover o “entulho” autoritário. Quer dizer, se não houver a inversão do processo político — o povo na base, exigindo essa Constituinte —, vai haver um simples retoque constitucional. Não vai mudar muita coisa.

*Que pontos o senhor veria como fundamentais nessa discussão da Constituinte?*

— Eu entendo que uma Constituição não deveria regular muita coisa. Teria que regular basicamente a constituição dos poderes e assegurar as garantias dos direitos, inclusive sociais que não estão previstos, como, por exemplo, a garantia do direito de greve e de reunião. Eu tenho a impressão de que essa Constituição que foi adotada em 1934 não é muito válida, porque é uma constituição programática. Ela diz “haverá creches, haverá trabalho para todo mundo, a educação será um direito de todos”. Quando o sujeito vai reclamar esses direitos descobre que eles não existem na prática, porém não há também mecanismos para impô-los. A mim me parece que esse sistema deve ser abandonado. Quer dizer, deve se garantir a possibilidade de que haja uma participação popular, de partidos, de entidades, no processo político brasileiro. Acho que Constituição é para isso. Deixar que a sociedade resolva os seus problemas, utilizando de todas as liberdades, não só aquelas tradicionais no liberalismo. Todo artigo da Constituição devia ser normativo, isto é, exigir garantias efetivas.



“O presidente Tancredo foi eleito da mesma maneira que o presidente Figueiredo”

*Em que pontos básicos se deveria definir a participação popular?*

— Assegurando o direito de reunião, de associação, a livre organização dos partidos políticos, sem distinção entre clandestinos ou não. Essa distinção é uma coisa sem nenhum significado. É uma hipocrisia, porque as pessoas têm uma posição partidária que aparece de qualquer maneira. Se houver a restrição para um partido, essa restrição vai necessariamente repercutir em todos os partidos. Aí já não é mais soberania popular. Assegurados esses direitos, a sociedade brasileira já tem condições de se organizar.

**O voto dos militares**

*O senhor não acha que também é necessário haver alguma cláusula que contrabalance o peso do fator econômico?*

— Esse assunto eu acho que é a quadratura do círculo. Como evitar o poder econômico? O código eleitoral pune a presença do poder econômico, entretanto o poder econômico está aí. A única defesa contra ele é o voto ser o mais amplo possível. Assim o poder econômico ficará mais enfraquecido. É, por exemplo, dar o direito de voto aos analfabetos...

*O voto para os militares também?*

— Eu não faria restrições ao voto dos militares. Eu acho bom que os militares levem a política para os quartéis. Os militares poderiam assim assumir a sua identidade, poderiam dizer: eu sou do PDS, sou do PDT, do PMDB, qual é a dificuldade?

*O senhor colocaria a instituição militar no mesmo nível das outras instituições?*

— Como instituição ela não é partidária, mas as pessoas são. Porque se não for reconhecido assim,

eles continuam sendo partidários e se valem do apartidarismo para muitas aventuras. De modo que parece que toda restrição é ruim nesse sentido. E, de um certo momento em diante, todos nós vamos pertencer a algum partido. Se não chegarmos à filiação pelo menos teremos preferência partidária. Todos têm, não há como evitar isso e talvez não seja nem desejável.

*O único meio de evitar o poder econômico seria então apelar à consciência do eleitor a respeito do valor do voto.*

— Um aspecto da lei que é muito positivo é quando dá recursos aos partidos; isso é uma coisa muito positiva, um processo que deve ser aperfeiçoado. É necessário evitar que os pequenos partidos morram à míngua de recursos mínimos. Agora, evitar que certos cidadãos comprem votos com dinheiro é quase impossível. Conseguir evitar que o eleitor venda o voto é uma revolução social. É pedir que o eleitor esteja imune ao poder de comprá-lo, de traficar o próprio voto. Supõe uma luta de muitos anos.

**A ditadura não terminou**

*Como jurista, o senhor acha que a ditadura terminou ou não?*

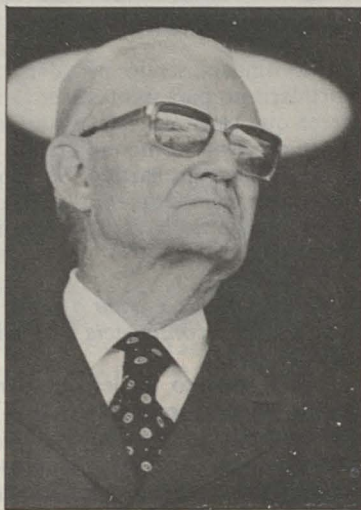
— Não, de modo nenhum. E acho até que é perigoso alimentar uma expectativa dessa ordem. Claro que não terminou. Esse novo governo tem direito ao decreto-lei, tem direito às emergências sem controle do Parlamento. Só porque o presidente é civil não torna nada diferente, quanto à concentração de poder que tem nas mãos.

Segundo esse raciocínio, se poderia dizer que há o bom e o mau ditador, e a ditadura seria uma coisa neutra. Mas a ditadura está aí, a tutela militar está presente. Tente alguém mudar mais do

que se pretende, para ver o que acontece... Por que foi possível o Tancredo se eleger e não outro? Porque o Tancredo, de certa maneira, foi aceito pelos militares. Ora, isso não é um processo democrático. Isso é uma transação que de certa maneira falsifica todo o processo. Porque, se houvesse possibilidade de escolher livremente um presidente da República, não seria o dr. Tancredo. Acho que isso é uma coisa tranquila.

*Uma eleição direta agora acabaria com a ditadura?*

— Acho que também não. Se eleito por esta Constituição, um presidente direto não teria só esses poderes extraordinários, mas teria uma autoridade moral muito grande para usar esses poderes.



Agência O Globo

“Geisel pôde fazer certas coisas porque era militar”

Então eu acredito que seria um ditador muito mais perigoso do que um ditador que não foi eleito pelo povo e cuja legitimidade pode ser contestada a qualquer momento. O presidente Tancredo Neves foi eleito da mesma maneira que o Figueiredo. Ele é ilegítimo. Não quero dizer que seja um usurpador, mas é uma situação de fato.

*Então a ditadura no Brasil só poderia terminar com uma Constituinte e depois uma eleição direta?*

— A Constituinte é fundamental. Mas ela poderia não escolher as diretas. Poderia acontecer que a Constituinte adotasse um modelo parlamentarista, tipo alemão ou italiano, que diga que a eleição é indireta e que o presidente da República não tem poderes. Quer dizer, em tese, isso pode acontecer, e nem por isso o governo que viesse a resultar dessa Constituinte seria ilegítimo.

*Quando o senhor acredita que a transição vai acontecer?*

26 - terceiro mundo

— No momento em que a Constituinte se instalar. Será o mesmo processo de Portugal. Lá, o autoritarismo não acabou com a revolução dos capitães. Ele acabou quando o povo começou a votar dentro da Constituição. A mesma coisa aconteceu na Espanha: a ditadura não acabou com a morte de Franco. Ela se extinguiu quando foi possível uma eleição dentro de um quadro constitucional votado pelo povo.

**As diferenças com o Uruguai e a Argentina**

*Então há uma diferença bastante profunda entre o processo uruguaio ou o argentino e o brasileiro?*

— Acho que há uma diferença tão grande quanto existe entre a Argentina e o Uruguai, de um lado, e a Espanha e Portugal, de outro. Nós estamos aqui numa linha de Espanha e Portugal. Quer dizer, a nossa transição passa por uma reorganização política que devolva ao povo a soberania popular que ele não tem. E também por uma revolução jurídica, uma mudança jurídica substancial. Antes disso, não só não temos democracia, como é perigoso ter a ilusão de uma democracia. É tão perigoso como a ilusão que tínhamos no regime de 46, quando se supunha que não haveria mais golpes de estado. Em 54, houve um golpe de estado; em 61, houve uma tentativa e, em 64, se instalou um regime originado em outro golpe. Enquanto houver esse sistema de tutela, o golpe de estado é um mecanismo previsível, ao passo que numa democracia não há golpe de estado.

*Neste momento, de onde viriam os impedimentos a uma redemocratização real e profunda, do poder militar ou do poder civil?*

— Eu acho que os dois estão muito próximos. Diria que até mais próximos do que há dois anos. Suponho que o poder militar tenha uma influência maior no governo atual do que no do Figueiredo, embora no do Figueiredo fosse mais visível. O presidente Tancredo, pelo regime e pela maneira como chegou ao poder, dará seguramente prioridade às suscetibilidades militares. Ao passo que o general Geisel pôde fazer certas coisas porque era militar também. Por isso me parece que vai ser mais difícil a luta daqui por diante do que foi até aqui. Porque há uma ambiguidade. Há muita gente na rua dizendo de boa fé que a democracia voltou, o que é uma coisa mentirosa.

A oligarquia política sabe que é uma mentira, mas muita gente do povo não sabe, só vai perceber quando houver um desfile de tanques na rua, ou for dissolvido um comício, ou lhe for negado o direito de voto. Será mais difícil daqui por diante. Porque aqui é uma luta civil.

Dizer, por exemplo, que a sociedade civil recu-



“Quando o poder popular se fortalece e é autônomo, não existe força capaz de impor vetos militares”

perou o poder, também não é verdade. A sociedade civil não recupera o poder quando colocam um militar no governo. Podia-se, num regime democrático, escolher um militar para a presidência e o poder continuar sendo civil. O poder atual não é civil porque os militares têm uma influência tutelar dentro do mecanismo do Estado, com a garantia constitucional.

A comunidade de informações continua intacta, apesar da sua estrutura, orçamento, finalidades, não serem conhecidos, porque são objetos de leis secretas. Nem nós, nem nenhum legislador conhecemos essas leis. Então, isso não é um regime democrático. Devemos evitar a mentira de 46, quando se dizia que estávamos numa democracia e não era verdade.

*Qual é a data que o senhor considera mais provável para o governo convocar a Constituinte?*

— Eu não creio que o governo queira convocar a Constituinte.

*Mas ele se comprometeu publicamente com uma Constituinte...*

— Vamos fazer uma leitura muito atenta do que o presidente Tancredo prometeu. No discurso de 15 de janeiro, por exemplo, ele fala em poder constituinte, deputados constituintes. A conclusão que eu tiro é que ele quer dar ao Congresso aquilo que o Congresso já tem. O Congresso atual, como qualquer outro, pode alterar a Constituição. Pela Carta vigente é necessária uma maioria de 2/3. Logo, parece que Tancredo vai fazer então uma simples mudança de maioria, isto é, mudar a Constituição por maioria simples. E, provavelmente,

unindo o Congresso numa câmara só, Senado e Câmara, o que é pior, pois desfigura ainda mais a representatividade. Isso não é Constituinte, isso é uma maneira de não fazer a Constituinte. E tenho algumas dúvidas de que este governo chegue sequer a isso.

O grupo que está no poder, dada a sua heterogeneidade, deve manter isso que está aí enquanto puder. Com o mesmo manobristo de elite — mudanças tópicas aqui, outras ali — provavelmente vão deixar os partidos clandestinos atuarem, e não porque sejam fiéis a algum princípio democrático, mas porque entendem que podem vigiá-los melhor fora da clandestinidade. Na hora que precisar prender, já sabem o endereço certo.

De modo que eu não creio que haja muita mudança. Mudança de estrutura de empresa, é claro que tem que haver. Hoje, um empresário na sua empresa é um senhor feudal, talvez até com poderes mais absolutos, tem o direito de negar as assembleias de fábrica. Ele tem a polícia à sua disposição, o que o operário não tem. Quando o patrão fecha a fábrica, a polícia não vai lá para abrir. Então, o jogo deve continuar mais ou menos o mesmo. Esse governo tem uma densidade empresarial bem sensível. Parece-me que há até um símbolo nisso tudo. O símbolo seria um homem como o Hélio Beltrão, um grande empresário, signatário do Ato 5, duas vezes ministro nos governos militares e que vai ter uma posição importante na “Nova República”, como presidente da Petrobrás. A composição do novo poder segue mais ou menos esta linha. É uma gente que sabe que se dependesse do voto provavelmente seriam dispensados da vida pública.

## Um neo-autoritarismo

*Como é que o senhor definiria a aliança política que dá base ao novo governo?*

— Acho que houve uma modernização do autoritarismo, é um neo-autoritarismo. Eles viram que certas coisas tinham um custo político muito grande. Então arrumaram uma fórmula em que os custos são menores e que a possibilidade de sobrevivência deles é maior. Atraindo como sócios, aqui e ali, elementos de esquerda. Porém, os setores mais autenticamente democráticos estão com uma grande dificuldade porque a oposição a esse governo vem do deputado Paulo Maluf, que foi derrotado na disputa presidencial indireta. Os que querem uma democracia autêntica têm a dificuldade de não serem confundidos com a extrema direita representada pelo senhor Maluf. A conciliação de elites realmente nos deixou numa situação muito difícil.

*Isso foi algo maquiavelicamente montado ou surgiu ao acaso?*

— Não foi uma conspiração. Trata-se na verdade de uma rotina histórica no Brasil. Aqui, mudança e reforma não querem dizer necessariamente ruptura ou transformações.

O padrão poderia ser a abolição da escravatura. Quem examina o que os abolicionistas queriam, e não só os mais radicais como José do Patrocínio, mas até um liberal como Joaquim Nabuco, verifica que eles desejavam abolir a escravidão mediante uma lei agrária que desse acesso à terra aos escravos, bem como leis de proteção ao trabalho. Isso está dito por todos eles. Porém, o que fez, em 1888, a classe dominante brasileira? Aboliu a escravidão, se viu livre de uma mercadoria que era incômoda e nunca mais se falou, por 30 anos, no problema da terra, nem das relações de trabalho.

Em 1933 e 1946, o povo queria a Constituinte e foi à rua. Houve uma Constituição, porém ela tirou direitos do povo, assegurou a posição das elites e por 30 anos não se falou mais nisso. Esse grupo que está aí é a mesma coisa. Ele deseja fazer uma Constituição que não implique nenhuma reforma, mas que por 20, 30 anos, não se fale mais em mudanças.

Esse é o modelo, o padrão das reformas brasileiras. O Maluf nos obrigou a torcer por Tancredo Neves, que sabemos absolutamente conservador, porém que era muito melhor que a outra candidatura. Houve uma euforia com a sua vitória. Mas me parece que as coisas vão se tornar muito óbvias em poucas semanas. Eu acho que esse país tem que passar por alguma experiência traumática, para chegar à conquista do direito de se auto-governar. É uma experiência que muitos países já vi-

veram. Nós não passamos, aqui nunca mudou nada. Mas o pior que pode acontecer é o povo entrar num desânimo total e achar que não tem jeito mesmo e resignadamente aceitar isso numa espécie de atitude hindu. Isso pode acontecer também, mas seria uma desgraça maior do que uma guerra civil.

*Dr. Faoro, o agravamento da saúde do presidente e o seu possível afastamento da Presidência por um período longo, que não estava nas cogitações políticas dos primeiros dias após a posse do dr. Sarney, geram um novo quadro institucional. Como o senhor vê a situação?*

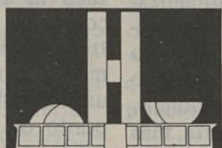
— Eu dividiria a resposta em duas. Por um lado, está a questão constitucional. O texto da Constituição é claro: enquanto perdurar a "força maior", sem limite de tempo, o substituto do presidente pode ficar no cargo.

Porém, do ponto de vista político, as coisas são diferentes. Tenho a impressão de que a aliança que levou Tancredo Neves à Presidência não seria capaz de sustentar José Sarney no cargo. Então, a solução que eu vejo — e sei que muitos outros não pensam assim — é a convocação de uma Constituinte logo e, sobretudo, repito mais uma vez, uma Constituinte fora do Congresso Nacional, eleita exclusivamente para elaborar a nova Constituição. Aí a questão da duração do mandato presidencial, como todas as outras questões constitucionais, estará em aberto. Não me parece que haja outra fórmula, mais democrática ou mais conveniente para o país neste momento.

*Acha que haveria compreensão nos meios militares para uma saída desse tipo?*

— Creio que sim. Acho que uma Constituinte simultânea a uma eleição direta com redução do mandato presidencial *a priori*, poderia gerar uma crise militar. Porém, não sinto que isso viesse a acontecer com a convocação de uma Constituinte, já logo neste ano ou, no máximo, no início do ano que vem. Eleições diretas agora implicaria que haveria candidatos vetados. Porém, não haveria condições de vetar candidatos se a Constituinte for eleita no máximo no começo de 1986 e ela convocasse uma eleição presidencial, com a sua legitimidade.

As eleições de novembro de 1986 seriam realizadas com base na legislação estabelecida na nova Constituição e — caso isso fosse aprovado pela Constituinte — se realizariam de forma simultânea à eleição presidencial. Quando o poder popular se fortalece e é autônomo — e isso aconteceria depois de o país ter uma nova Constituição redigida conforme mencionei —, não existe força capaz de impor vetos militares. ●



## O novo papel dos militares

René Dreifuss\*

O novo quadro político brasileiro provocou o surgimento de um debate nos meios políticos, acadêmicos, jornalísticos e até militares, sobre um novo papel para as forças armadas. Mas talvez não seja apenas a questão de buscar novas concepções, mas principalmente a de recuperar velhos conceitos e funções específicas que foram abandonados ou distorcidos pelos comandos militares ao longo desses últimos vinte anos.

Seria mais lógico, portanto, começar por uma reflexão sobre velhos papéis, cuja permanência não começou a ser questionada. Mais ainda, é necessário repensar as aberrações conceituais da instituição militar, em particular aquelas vinculadas à concepção de que existe um "inimigo interno", em estado latente. Isso também inclui o equacionamento dos desvios funcionais da instituição, isto é, o desmantelamento da malha de órgãos, serviços, premissas e objetivos da informação e contra-informa-

*A mudança de governo cria condições para resgatar funções que não foram cumpridas pelas forças armadas e devolver à sociedade a palavra final sobre a segurança nacional*

não ser golpeada impunemente por quem eventualmente tem o poder das armas. A sociedade civil desarmada não pode viver ao sabor de decisões tomadas por grupos ou "chefias" militares. Os cidadãos não podem ficar expostos às ações decorrentes da interpretação de cenários políticos, feita dentro dos quartéis, sem a sua sanção. Os cidadãos desarmados devem ter o direito e a autoridade de criar me-

ção, enfim, o aparelho repressor que se justificou em consequência da estigmatização demoníaca de uma parcela da cidadania. Mas o que está no cerne de toda esta reflexão é o questionamento básico, fundamental do autoconcedido "direito" ao golpe que os militares se arrogaram ao longo dos anos.

Entre os direitos da sociedade civil, existe o de

\* Cientista político, professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador visitante da Coppe/UFRJ e autor do livro "1964, a conquista do Estado".

canismos dentro do exército, da marinha e da aeronáutica, capazes de neutralizar e erradicar qualquer tipo de tentação golpista. Para alcançar esses objetivos, serão necessárias reformas internas profundas nas forças armadas, assim como nos procedimentos e normas de controle sobre a sua atuação.

Se essas reformas não surgirem por iniciativa própria dos oficiais, elas devem e podem ser exigidas pelos civis, como demanda legítima da sociedade. Nesse caso, será uma exigência fundada no princípio de que dentro desta sociedade todos são iguais perante a lei; o poder emana do povo e, portanto, a "corporação" (ou "chefias e grupos" dentro desta) não pode sequer cogitar do uso da força que lhe foi confiada para impor a sua vontade sobre os demais.

Na futura Assembléia Constituinte que, esperamos, será formada em breve, um dos primeiros pontos a serem discutidos deve ser a proibição constitucional do golpe de estado e a criminalização daqueles que o insuflarem, instigarem, planejarem, executarem ou nele colaborarem. É claro que esse dispositivo constitucional por si só não será capaz de impedir aventuras inconstitucionais. É claro que a lei não é uma garantia absoluta, mas também não há dúvidas de que, no momento em que esse dispositivo for colocado na pauta das discussões da próxima Constituição nacional, amplos debates sobre o assunto hão de gerar uma reflexão pública que por si só já estará contribuindo para o processo de reeducação da oficialidade.

O vício da ruptura institucional e da violência contra os cidadãos desarmados não pode ser encarado como "dever de consciência" e ato político legítimo, a ser desfechado em circunstâncias "excepcionais". Deve haver um questionamento radical do direito autoconcedido de intervenção. O golpe de estado deve ser encarado como uma monstruosidade política em si mesmo e não avaliado pela sua oportunidade. Ou seja, o golpe de estado não

É necessário discutir a proibição constitucional do golpe de estado



pode ser assimilado pelas forças armadas como recurso político *latu senso* e, do qual, ainda por cima, os militares detêm a exclusividade.

O monopólio da força, conceito tão decantado na teoria política, passou a ser resumido e operacionalizado nessa ótica perversa, como uma espécie de privilégio e dever militar da realização do golpe de estado, quando as circunstâncias "assim o exigirem". É, na realidade, a subversão do conceito de monopólio da força. Este deixa de ser prerrogativa do Estado para tornar-se recurso da "corporação", pelo uso discricionário das "chefias" hipostasiadas no Estado, com autonomia *de direito e de fato* para rasgar a lei e se antepor ao conjunto de cidadãos.

### Definições na Constituição

Na medida em que for inserida no texto constitucional a expressa proibição de golpes de estado e colocados em andamento os mecanismos de controle da instituição, esse item passa a ser fundamental no processo de formação e capacitação de um oficial. O dispositivo constitucional será seu ponto de referência maior. O oficial passará a entender a sua função específica, desde o seu ingresso como cadete na carreira, como componente militar do poder público e civil, e não como poder autônomo. Como membros de uma instituição do Estado, os oficiais serão educados para nunca cogitar de vãos políticos, porque isso estará fora de suas funções e atribuições. Já os membros dessa instituição, enquanto indivíduos e cidadãos, terão legitimamente preocupações e posições políticas inerentes à pluralidade ideológica, cultural e vivencial. A instituição militar, na qual funciona uma parcela da sociedade, não é representativa desta, seja cultural, seja regional, social e muito menos politicamente. Para isso, existem o Congresso e outros órgãos e entidades associativas. O oficial deverá ser formado para entender que a instituição militar não pode agir como "corporação", isto é, com prerrogativa para, com seus instrumentos específicos de função (as armas), investir contra uma parcela da sociedade, contra as suas instituições ou contra a comunidade como um todo.

De nada adiantam os argumentos de que as forças armadas sempre avançaram sobre a sociedade ao sabor dos apelos "do povo", lembrando com isso as "marchadeiras" e outras manifestações ditas populares, que, antecedendo o golpe de estado de 1964, supostamente o legitimaram.

Não se trata só do desconhecimento do altíssimo grau de manipulação e instrumentalização, do verdadeiro trabalho de engenharia política que foi desenvolvido nos bastidores para organizar essas manifestações. Não se trata só do fato de que essas manifestações não tivessem caráter plebiscitário e



nem mesmo o aval da nação para deslanchar um golpe de estado, embora fossem assim interpretadas pelos golpistas, ao arpejo da lei.

Tal raciocínio foi definitivamente desmoralizado e sepultado durante a campanha pelas "Diretas-Já", que mobilizou em praça pública 10 milhões de brasileiros e a favor da qual pronunciaram-se 90% da população. Nela, apareceu claramente o anseio profundo e sedimentado do povo — este sim de caráter plebiscitário — pelo fim dos 20 anos de arbítrio e prepotência. Mas nem por isso as forças armadas se pronunciaram a favor ou encaminharam o processo da eleição direta, deixando em flagrante descoberto dois pesos e duas medidas.

### Respeito à lei

Os comandos militares não podem ser encarados como cargos ou funções políticas, mas técnicas. A criação de um Ministério da Defesa, que neutralize os ilegítimos vôos políticos das forças armadas, que anule a visão "corporativa" da instituição militar do Estado e impeça que comandos militares de caráter técnico se tornem "chefias" personalizadas e de peso político é uma necessidade urgente, sentida por amplos segmentos sociais.

Aliás, do mero uso dos termos "corporação" e "chefia" para designar respectivamente uma instância do Estado e um cargo público, já emanam sensações de que lidamos com lealdades menores, que se sobrepõem, em sua função organizacional, ao próprio conceito de cidadania. É nesse sentido e nesse contexto, que as "chefias" conspurcam o direito à liberdade de expressão, arrogando-se em porta-vozes da "corporação" para assuntos que extravasam o campo bélico, isto é, para questões políticas, sociais, ideológicas, religiosas, econômicas e culturais.

Ao fazê-lo, as "chefias" desconhecem o direito à divergência em todos esses campos, dos próprios componentes das forças armadas, que são assim desqualificados em sua condição de cidadãos. Os comandos, ao arremetarem individualidades e anularem a pluralidade política da instituição, apoiados para tanto num embasamento político-ideológico excludente, renegam a pluralidade inerente à sociedade. Em contrapartida, afirmam e confirmam a existência de uma hierarquia politizada e identificada seletivamente com um modelo político, social e econômico determinado. A hierarquia se apresenta assim ancorada solidamente numa auto-imagem de raciocínio "impoluto", basicamente "sadio" e num sentido de vida "natural" e "obviamente certo". Só assim é possível que comandos de uma instituição pública como as forças armadas, transmudadas em "chefias" de uma "corporação", sejam capazes de estigmatizar concidadãos, que poderiam ser seus adversários políticos

ou ideológicos a título individual, em inimigos da pátria, do Estado e, por conseguinte, alvos da instituição militar.

A usurpação do espaço político pelas forças armadas tem sido justificada como missão salvacionista, da qual o militar estaria imbuído, e motivada pelo sentimento do direito de fazer política enquanto "corporação", mas sempre através das "chefias" e com os recursos próprios de uma instituição aparelhada para lidar com o conflito bélico. A partir dessa situação, os comandos militares necessariamente visualizam cenários sócio-políticos como cenários político-militares, isto é, objeto de ação estratégica. Nessa passagem do cenário sócio-político para o cenário político-militar encontra-se o "nó górdio" da deformação das forças armadas, que várias vezes foi o componente militar de uma manobra política que terminou em golpe de estado, transformando-se, após a sua realização, em poder militar autônomo ou tutelar. A lógica das armas, da organização e da mente militar, qual lei de ferro da violência, impõe-se sobre o quadro político e civil; a ditadura emana da transgressão primordial, o despotismo se configura na lógica desta.



Um Ministério de Defesa poderia neutralizar as aspirações políticas ilegítimas dos militares

### A educação militar

A educação e formação dos oficiais é, por tudo que foi assinalado, um outro aspecto crucial que deve ser incorporado à análise das novas perspectivas. A idéia do golpe de estado deve ser erradicada das cogitações do militar, enquanto funcionário público armado.

A noção de que um golpe de estado é um dado da política nacional e as discussões que são feitas em torno do assunto por militares, sintetizadas na frase estereotipada "faria tudo de novo nas condições da época", refletem uma falha gravíssima na



O golpe de 1964: após 20 anos, impõe-se uma reorientação e redistribuição dos recursos militares

formação da oficialidade e no funcionamento da instituição. Este é um dos pontos em que a estrutura antiga deve ser revista.

A negação da alternativa golpista — uma virtual proibição para que saídas inconstitucionais encontrem acolhida nas forças armadas — deve ter na formação da oficialidade um peso maior do que as noções de disciplina e obediência. O oficial deve adquirir uma “voz de comando moral” que o impeça de contemplar a opção de um golpe ou de participar das discussões sobre uma eventual solução de força para problemas institucionais, políticos ou sócio-econômicos. É, certamente, uma tarefa educativa lenta e demorada, mas de longo al-

cance e, portanto, uma tarefa fundamental para o Congresso (este sim, representativo das aspirações nacionais), para as próprias forças armadas e para seu comandante-em-chefe, o presidente da república, que deverá encaminhá-las de forma apropriada, no início de sua gestão.

Cada vez fica mais clara a necessidade imperiosa de deflagrar um amplo e profundo processo de reeducação dos integrantes das forças armadas, em todos os escalões. Isso necessariamente tem de ser viabilizado por uma reformulação das instâncias educadoras e formadoras do oficial.

Tanto o currículo educativo quanto o sistema de valores e normas da instituição que incidem na capacitação, no desempenho, no acesso aos quadros superiores e na postura dos militares devem ser revistos. Concomitantemente, se faz mister uma revisão conscienciosa de toda a atual legislação militar, que rege a vida profissional das forças armadas. Isso inclui um exame criterioso das normas e atribuições do Conselho de Justificação e Conselho de Disciplina, do Estatuto dos Militares, do Código Penal Militar e do Código de Processo Militar e Regulamentos Disciplinares, da Lei de Promoções e da Legislação das Escolas Militares em todos os níveis.

É necessário pensar ainda sobre alguns dos pontos básicos nos quais repousam as distorções funcionais das forças armadas no plano nacional. A desvairada noção de “segurança” (que confunde a dimensão nacional, interna e militar) foi transformada num dos princípios básicos a nortear o comportamento e a mente militar. O engajamento da oficialidade com a segurança interna tem a ver com vários fatores: a formulação estratégica e a contextualização das forças armadas nos cenários regionais e mundial; a percepção militar existente do que é um processo político e quais os limites do pluralismo que a instituição é capaz de suportar nos moldes da sua matriz formativa atual. No plano estratégico, se faz necessária a formulação de uma nova concepção, que seja capaz de sustentar a capacidade do Brasil de produzir iniciativas político-estratégicas eficazes e condizentes com as suas necessidades de desenvolvimento e com as suas responsabilidades diplomáticas. Esta nova concepção exigirá a reorientação e redistribuição dos recursos militares entre as três armas e a rearticulação espacial, em particular do exército, cuja preocupação primordial tem sido a neutralização do “inimigo interno”.

### Quem é o inimigo?

Para se posicionar, as forças armadas precisam definir, antes de mais nada, o inimigo a vencer e as variáveis que o potencializam, assim como as suas vulnerabilidades. Só então é que se pode pensar em



17/4/73: Emílio Garrastazu Médici recebe no Planalto os novos generais: um dos períodos mais duros do autoritarismo

termos de operacionalização, de ação estratégica. Enquanto exército de defesa territorial, é legítima a distinção do inimigo e a sua caracterização, quando se trata da operacionalização de uma postura assumida a nível político pelo governo da nação contra um seu agressor.

O que se viu nos últimos anos, ao aplicarem este raciocínio no plano interno, é que as forças armadas foram obrigadas a tomar partido nas lides políticas dos cidadãos, isto é, a se posicionarem contra alguma parcela da sociedade, percebida como inimigo e portanto objeto de ação estratégica (violenta). O cenário político, por força da lógica militar, transformou-se assim em cenário militar e as forças armadas, em guardas pretorianas e tutelares.

Ao longo dos anos, dentro da lógica dos blocos, o inimigo foi definido como sendo a União Soviética, caracterizada como ameaça principal. Em função dessa definição, moldaram-se as mentes dos oficiais e procurou-se adequar as forças armadas. Mas era fácil constatar a inoperância de forças armadas da periferia do bloco, por total falta de possibilidades de participar efetivamente em conflitos de porte no plano das superpotências, ou de sustentar iniciativas político-estratégicas que porventura os governos procurassem deslanchar para assegurar a autonomia do país. Isso deixava a descoberto um outro problema. A autojustificativa do formato tradicional das forças armadas estava sendo minada. Havia um inimigo, mas não havia capacidade estratégica para lidar com ele nem cenário possível para essas forças.

Mas, ao trazer o inimigo "de fora" para dentro das nossas fronteiras, mediante um malabarismo discursivo — e aí, a variável passou a ser o

"Movimento Comunista Internacional" (MCI) — foi possível criar cenários de confronto e atuação, justificando a ação das forças armadas, assim como foi possível "fazer a guerra" com os parques efetivos locais. A noção de segurança interna em voga intermediou a substituição dos tradicionais cenários externos por cenários internos. Agora, havia um inimigo a alvejar. E, na percepção militar, a própria sociedade passou a ser dividida entre amigos e inimigos.

#### A insegurança nacional

A reformulação antigolpista das forças armadas exige, portanto, a retirada da segurança interna como foco referencial do raciocínio militar e do seu raio de ação. A segurança interna deve ser colocada na trilha legítima que lhe cabe e que é o Ministério da Justiça. Num sistema onde paira a ameaça de que conflitos políticos e crises institucionais possam vir a ser dirimidas por intervenção militar, vive-se, aí sim, num estado de total insegurança nacional.

Aliás, essa confusão de segurança interna e nacional merece exame mais detalhado. A segurança da nação não é outra coisa senão o bem-estar e a tranquilidade da população e não só no plano político-institucional. Para que se tenha uma nação segura, é mister a satisfação das demandas sociais de alimentação, de cuidados médicos, de habitação, de vestuário, de educação, desenvolvimento científico e lazer, em condições dignas, assim como a ilibada proibidade no manejo da coisa pública, o que nenhum regime militar, no Brasil, conseguiu ainda fazer a contento.



O cidadão pode concluir que as transnacionais são mais nocivas à segurança nacional que os supostos "inimigos" internos

Essas são as verdadeiras razões de segurança nacional, desvinculadas *a priori* da necessidade de imposição ou tutela militar. A segurança da nação passa, também, pelo confronto político em aberto, pelo embate de idéias, pela livre organização dos cidadãos de acordo com suas convicções políticas e suas propostas de como gerir e estruturar a sociedade, sobre as quais as forças armadas, como instituição ou como corporação, nada têm a dizer.

O ponto básico passa a ser, portanto, o grau, a qualidade e o sentido da segurança que o cidadão aspira. São os cidadãos que decidem o que almejam e como será encaminhada a questão. E, para isso, há instrumentos e canais apropriados. É importante frisar que cabe aos cidadãos decidirem que tipo de segurança desejam. Isso nos remete à necessidade de deslanchar no processo da Constituinte um grande debate nacional sobre a noção e questão da segurança.

No momento em que o país pretende uma democratização de suas atividades políticas e de seu funcionamento institucional, o cidadão bem pode chegar à conclusão de que a miséria generalizada em todos os níveis, de mais de 60% da população, assim como a vigência de estruturas produtivas e sociais arcaicas e o pisoteio da lei e dos direitos elementares da pessoa humana são ameaças ou agressões de primeira ordem à nossa segurança nacional. E mais, que o altíssimo índice de insegurança alimentar, sanitária, habitacional, ambiental, educacional, cultural e científica do Brasil nada tem a ver com o Movimento Comunista Internacional. Ou concluir que empresas ou grupos transnacionais são mais perniciosos para a segurança da população do que os "inimigos" que nos foram impostos nesses últimos vinte anos.

Circunstâncias muito específicas fazem com que, felizmente, o Brasil viva em paz com seus vizinhos. Na ausência objetiva de ameaças, a

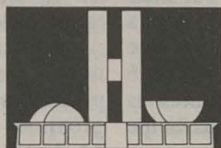
oficialidade acaba sendo testada nos cursos e no campo de manobras de treinamento, no imobilismo da vida na caserna e na máquina burocrática militar e estatal. É a partir dessa rotinização das tarefas militares e da mera falta de objetivos que as forças armadas têm tempo e capacidade ociosa para adquirirem uma projeção inusitada nas atividades do governo e da administração da coisa pública.

### Redimensionar as forças armadas

Para sustar esse processo, talvez seja necessário redimensionar as forças armadas e remanejar seus pesos específicos, dando a elas efetivos compatíveis com as suas funções de defesa territorial, numa nação de dimensão continental, que não tem problemas de fronteiras desde os idos do barão do Rio Branco. Além de uma reformulação estratégica adequada à defesa territorial, faz-se necessária a redistribuição e redistribuição das forças armadas, deslocando-as dos grandes centros urbanos para as áreas periféricas. Se a função deve ser na fronteira, o serviço também.

Mas há outras questões que surgem dentro desta perspectiva. Talvez seja necessário pensar na adaptação de modelos militares que exijam e enfatizem a participação social das Forças Armadas, através do serviço militar prestado em áreas de colonização agrícola e na interiorização de serviços de utilidade pública, onde paralelamente ao trabalho produtivo, o cidadão possa ser habilitado no manejo das armas. Indo mais longe, talvez se poderia pensar numa força armada de civis, que participam de tarefas militares em caráter ocasional, dirigidos na sua formação técnico-militar por um corpo de oficiais de carreira.

Uma vantagem desse sistema é a pluralidade, já que as forças armadas passam a ser compostas por cidadãos que vão e voltam para casa e para suas tarefas normais. Impedindo a segregação corporativista, a formação do *esprit de corps*, e reforçando o *esprit de nation*, este sistema traria, no seu bojo, o remédio eficaz para ímpetos golpistas. Ao eliminar as possibilidades de criar tendências corporativistas ou uma visão estamental das questões políticas, econômicas, sociais, culturais, científicas etc., o novo sistema acabaria com a tropa sem consciência política, disponível para os generais golpistas. Numa reforma desse porte, desapareceria a dicotomia entre aquartelados e paisanos e os comandantes abandonariam a perigosa idéia da corporação, deixando de alimentar conflitos entre uma e outra parcela da população. Essas novas forças armadas não teriam dificuldade de assimilar a desejável pluralidade política de uma sociedade aberta, onde a defesa, como se sabe, é tarefa de todos e não de alguns. ●



## A encruzilhada econômica

Ladislau Dowbor

**É** o fim de vinte anos. Completou-se mais um ciclo militar latino-americano, e entramos em 1985 sob o signo da renovação.

A primeira constatação que se impõe, é de que as mudanças foram significativas, mas não profundas.

Depois dos rojões de alegria, vem a fria constatação do que é o novo poder: Tancredo, mas também Sarney, Dornelles, a "comunidade da informação" incólume, os militares em postos importantes de todos os setores da economia, os compromissos da dívida externa — a bagatela de 100 bilhões de dólares, o que equivale a 800 dólares por pessoa — já assumidos pelo governo antes da posse.

Hoje enfrentamos este fato prosaico e terrível: somos um país em que os 10% mais ricos da população consomem mais da metade do que o país todo produz. Esse nível de concentração de renda é comparável com o de países como o Haiti, o Nepal, Honduras.

*Ainda mergulhado na  
pior crise de sua história,  
o país enfrenta agora a  
necessidade de democratizar  
sua economia fechada  
e elitista*

área rural, por exemplo, viram a sua participação na renda passar de 23,7% para 44,2% (um aumento de 86,5% em dez anos), enquanto a metade mais pobre da população rural via a sua participação baixar de 33,5% para menos de 15% do produto social.

Um segundo grande obstáculo é o dos instrumentos de administração das transformações. Para quem tem um pouco de prática administrativa, é óbvio que há uma grande distância entre ocupar uma presidência da República — ou o governo de um Estado — e a aplicação real das medidas pro-

Como mexer neste porco-espinho? Não há uma só fortuna que não tenha sido feita com apoios, conivências; uma estrutura de força política que permanece intacta. No caso brasileiro, trata-se não só de restabelecer o equilíbrio, mas de inverter a tendência, já que o movimento de concentração de renda continua. Entre 1970 e 1980, os 5% mais ricos da

postas. De alto a baixo da administração pública, os postos-chaves foram preenchidos pelos militares durante esses 20 anos de poder, e os funcionários nomeados mantêm em grande parte os seus vínculos de gratidão, de interesses.

Um terceiro problema resulta da organização centralizada da própria máquina do Estado. Durante esses 20 anos liquidou-se a instância municipal de decisão, privada de poder político e de meios financeiros, enfraqueceu-se o espaço de decisão dos Estados. Com isso ficou muito mais forte o governo central. Implantou-se a "telegestão", gestão à distância, necessariamente baseada em critérios gerais e amplo uso da informática, substituindo assim o simples controle da comunidade sobre a aplicação dos fundos públicos.

### As consequências da centralização

A devolução do poder às localidades, por mais que pareça um ato administrativo, enfrenta sólida oposição de toda uma máquina tecnocrática que se habituou a comandar sem consultar. E o fato é que não há política econômica que responda às necessidades da população sem que esta participe das decisões.

Com decisões centralizadas promoveram-se com relativa facilidade macro-projetos como Itaipu ou Angra dos Reis, ou o gigantesco, porém discreto programa de produção de armas. Mas não se criam condições para o amadurecimento produtivo de milhões de pequenos projetos necessários ao desenvolvimento da comunidade e que constituem o tecido de sustento da economia nacional.

Um quarto obstáculo às transformações estruturais indispensáveis é constituído pelos interesses estrangeiros organizados dentro do país. Não podemos esquecer que o essencial do "milagre" foi realizado pela penetração de empresas transnacionais nas áreas produtiva e de serviços, e que o modelo militar assegurou a organização de amplos interesses de grupos econômicos nacionais em torno dos grupos estrangeiros. O Brasil assegura, hoje, cerca de 25% da produção industrial do Terceiro Mundo, e constitui uma potência econômica. Mas não podemos esquecer — e no Brasil muitos têm esquecido — que a produção industrial da totalidade dos países subdesenvolvidos, incluindo a de gigantes como Brasil, Índia, Argentina, México, Coreia do Sul, Indonésia, Taiwan etc., não chega ao nível da produção industrial da Alemanha Federal.

Com esses dados não há como fechar os olhos sobre quem manda na economia internacional, ou sobre o fato de que a profunda integração da economia moderna brasileira com os interesses das empresas transnacionais reduz enormemente o espaço de decisão autônoma do novo governo.

A máquina econômica transnacional implanta-

da no Brasil — os bancos, a eletrônica, as indústrias farmacêutica e automobilística etc. — constitui uma extensão dos aparelhos produtivos de países ricos, com opções tecnológicas e de perfis de produção correspondentes. E respondem às necessidades de produção e de consumo de uma população de renda per capita entre 15 e 20 vezes mais elevada do que o grosso da nossa população. Em outros termos, esta máquina econômica depende vitalmente da manutenção das opções do regime inaugurado em 1964, nomeadamente no que toca à concentração da renda. Pergunte-se à *General Motors* ou à *Ford*, solidamente interessadas no álcool, como reagiriam a uma opção do Nordeste por uma agricultura alimentar e por salários rurais mais elevados em detrimento da produção de cana-de-açúcar.

Trata-se, evidentemente, não só de interesses estrangeiros, mas também do conjunto de interesses vinculados, ainda que nacionais, e que são naturalmente levados a defendê-los.

Um quinta limitação do espaço de decisão do novo governo vem dos interesses estrangeiros propriamente ditos. Trata-se sem dúvida, de interesses próximos dos grupos transnacionais implantados no Brasil, mas não idênticos. Os milhões de depositantes e centenas de organismos financeiros estrangeiros que se preocupam com a dívida brasileira, têm mais tendência a procurar, via governo americano e FMI, uma política que responda aos seus interesses de curto prazo, do que uma política que responda aos equilíbrios econômicos de empresas aqui instaladas. Os bilhões de dólares de superávit das exportações sobre as importações, que o governo Figueiredo apresentou como uma vitória, constituem o resultado concreto destas pressões externas, e significam que para rolar a dívida que nos deram a usina atômica de Angra dos Reis e outros gigantes, enviamos para o exterior, sem contrapartida, 13 bilhões de dólares de mercadoria, em 1984. Isso para pagar juros e não para saldar a dívida.

É uma situação sem dúvida confortável para os países ricos, e fomos devidamente felicitados pelo FMI. No entanto, essa política contradiz uma condição fundamental do desenvolvimento equilibrado: a de organizar a economia não mais em torno das necessidades do balanço de pagamentos, esperando que resultem indiretamente benefícios para a população, mas de organizar a economia em torno das necessidades populares, tendo o setor externo como complemento da dinâmica interna.

### Reformas adiadas

Nas últimas quatro décadas, os sucessivos governos foram adiando reformas estruturais. Nesse período, as condições técnicas de produção de

bens e serviços evoluíram significativamente. Não há mérito excessivo nisso, já que introduzir técnicas novas através de grupos estrangeiros significa basicamente deixar as portas abertas e manter os salários baixos. Os países do Norte exportam cerca de 100 bilhões de dólares de bens de produção para os países subdesenvolvidos, e vendem esses produtos, às vezes fábricas inteiras, até em países que não o desejam. O mérito está em adaptar essa modernização às condições reais do país, em fazer a economia responder efetivamente às necessidades da população. Isso implica promover as reformas estruturais necessárias para assegurar a assimilação produtiva dessas contribuições.

Essas reformas, simplesmente, não foram feitas. E com 40 anos de introdução de novas técnicas, sem as correspondentes reformas, chegamos a um aparelho produtivo que já não cabe na sua camisa institucional.

Exemplos? Temos uma sólida capacidade de produção de implementos agrícolas, e cerca de 300 milhões de hectares de terra improdutivo, além de 10 a 15 milhões de trabalhadores parados, porque algumas dezenas de milhares de proprietários impedem a sua utilização na produção. (O Brasil cultiva menos de 50 milhões de hectares de terra.)

O aparelho industrial, que se desenvolveu em função de uma elite de alta capacidade de compra, encontra-se estrangulado, preso entre a redistribuição da renda, que o privaria do escoamento de produtos de luxo, e a manutenção da situação que limita o seu mercado a alguns milhões de consumidores.

No Nordeste, a população foi expulsa das áreas férteis. O último censo agro-pecuário constata a produção, em cinco estados do Nordeste, de 45 milhões de toneladas de cana contra um milhão de toneladas de mandioca, principal produto alimentar local. Assim, o Nordeste exporta álcool e importa, o alimento de que necessita.

### O desafio da "Nova República"

A "Nova República" enfrenta basicamente cinco grupos de problemas: inadequação dos instrumentos de intervenção do Estado sobre a economia, deformação das regras do jogo na área da produção de bens e serviços, esgotamento do ciclo de desenvolvimento gerado em torno do automóvel e dos eletrodomésticos, aprofundamento dos desequilíbrios regionais, impasse nos relacionamentos econômicos com o exterior.

Os países socialistas têm sólidos planos de desenvolvimento, e que funcionam, apesar da ridicularização que deles se faz na imprensa ocidental. Os países capitalistas desenvolvidos têm planos indicativos, mas dispõem de mecanismos participativos bastante fortes, o que permite assegurar



"Temos de 10 a 15 milhões de trabalhadores parados por culpa de algumas dezenas de milhares de proprietários"

que as grandes iniciativas econômicas correspondam às necessidades da população.

No Brasil não existe nem o planejamento dos países socialistas e nem a participação democrática dos países industrializados: a abertura chegou, quando muito, a alguns setores da classe média. O resultado é a ausência de instrumentos de alocação racional de recursos. Os gigantescos projetos aprovados resultam da pressão das empreiteiras, dos grupos financeiros e das empresas multinacionais, sem que haja qualquer mecanismo capaz de conciliar os interesses privados e a utilidade pública.

Uma das primeiras iniciativas nesta área será a de organizar a informação capaz de orientar as decisões de política econômica do governo. O Banco Mundial relata "o triste quadro do modo de construção das contas nacionais: não há informação direta disponível sobre investimentos, e as estimativas vêm da contabilidade de algumas grandes agências e de cifras preliminares sobre importações. O consumo é uma cifra residual; o Produto Interno Bruto, conforme relatado, não é produto, mas renda; os termos externos de troca implícitos não são fornecidos (e não podem ser deduzidos); e não há contabilidade abrangente por setores públicos" (*The World Bank, Long term changes in economic structure*, Washington, 1979, p. 5).

### Descentralizar as decisões

Não há possibilidade de se reduzir gradualmente o desmando generalizado na utilização de recursos públicos e de empréstimos estrangeiros ao governo, se não se organiza a sua rigorosa contabilização e a avaliação regular dos seus efeitos econômicos.

O governo deverá empreender a profunda descentralização da gestão econômica, atribuindo ao

município e às regiões, ampla iniciativa sobre o conjunto de realizações que podem ser decididas localmente. Essa descentralização é indispensável não só para devolver um mínimo de racionalidade à gestão econômica do Estado, como também para levar a uma modificação das atitudes frente ao desenvolvimento. Esse processo pertence de direito às comunidades e depende delas, e não da boa vontade do governo, que doa uma ambulância ou uma estrada em troca de alianças políticas.

Enfim, o governo deverá promover modificações profundas na política tributária, para que os municípios e as regiões tenham os recursos para as suas iniciativas.

A grande alternativa atual não é entre estatização e privatização, e sim entre gigantismo do complexo constituído pelo governo central e pelos grandes grupos econômicos, financeiros, industriais e agrícolas, e as iniciativas descentralizadas tanto públicas como privadas, dos municípios e da pequena empresa.

É somente ao devolver o espaço econômico ao desenvolvimento local, tanto público como privado, que o governo a nível central poderá se ocupar com alguma competência do que realmente é da sua área: as grandes linhas de política monetária, financeira, de salários, de câmbio, de crédito, os grandes eixos de infra-estruturas, a promoção do equilíbrio inter-regional e intersetorial e assim por diante.

### Transferência de recursos

A segunda grande área de intervenção situa-se naquela que podemos chamar de "regras do jogo" da economia. A subserviência dos governos militares às pressões das grandes empreiteiras e empresas transnacionais levou a gigantescas transferências de recursos do Estado para particulares, sob forma de subvenções simples, de crédito subvencionado, de isenções fiscais ou de garantias públicas a empréstimos exteriores. Setores inteiros acostumaram-se a escapar de qualquer racionalidade econômica graças ao amplo apoio financeiro assim conseguido.

E encontram-se quase totalmente monopolizados, com três ou quatro empresas por setor permitindo-se o controle dos mercados e o bloqueio do nascimento de novas empresas. O sistema de preços hoje representa menos o valor de um produto e o esforço de quem o criou, do que a capacidade de controle de circuitos comerciais e financeiros de determinados grupos. O resultado, em termos econômicos, é simples mas desastroso: a remuneração deixa de corresponder à participação real no esforço produtivo do país.

Hoje a remuneração do trabalho é quase que inversamente proporcional ao trabalho fornecido. Em visita recente no interior do Maranhão, anotamos os preços de venda de arroz pelo agricultor: dez mil cruzeiros (dois dólares) o saco de 65 quilos em casca, cerca de 200 cruzeiros o quilo de arroz limpo. No supermercado, dois mil cruzeiros o quilo. Em outros termos: 200 cruzeiros por quilo para o agricultor que trabalhou o ano inteiro, e 1.800 cruzeiros para quem intermediou.

### Redução do sistema de subvenções

Quando um sistema capitalista deixa de remunerar o esforço produtivo, o conjunto das regras do jogo tem de ser revisto. Já não adianta favorecer o capital para que possa investir, quando uma maior concentração de riqueza se traduz em atividades especulativas que desorganizam a economia e, apenas marginalmente, favorecem novas unidades de produção.

As linhas de ação nessa área são claras: forte taxação da terra improdutiva, forte taxação do capital imobilizado, liquidação ou transformação dos "refúgios" de capitais adormecidos em tantas letras, títulos e outros oásis financeiros improdutivos, revisão drástica do conjunto do sistema de subvenções e isenções, e firme redistribuição da renda, favorecendo o trabalhador das áreas produtivas e destinadas ao mercado interno.

A redução da inflação é normalmente o resultado de um conjunto de ações: todas as atividades econômicas acabam se refletindo nos preços, e de maneira geral é insuficiente a intervenção puramente administrativa e de controle. O governo deverá agir sobre as causas na área do Estado: utilização irresponsável do orçamento monetário, endividamento interno e externo, política de subvenções a setores privados, relacionamento entre o Banco Central e os bancos privados. E deverá intervir sobre uma série de causas inflacionárias provenientes da área privada: taxas de juros, intermediários financeiros e comerciais, monopolização de certos setores, orientação da economia para a exportação e outros.

Em termos globais, trata-se de reduzir os gastos improdutivos do Estado e das empresas — que criam fluxos de renda sem produto correspondente — e aumentar fortemente a utilização dos recursos produtivos para suprir as necessidades básicas da população. Com esse lastro econômico, as medidas administrativas de controle de preços podem ser eficientes.

Porém as modificações das regras do jogo exigem uma simultânea dinamização da economia. Não é politicamente viável confiscar a riqueza de quem a adquiriu, pelo menos no equilíbrio atual de for-



ças. O que sim é viável é modificar a participação na nova renda criada dos diferentes setores sociais, favorecendo os produtores e as camadas até agora esmagadas.

Responder às necessidades básicas da população não exige divisas: os produtos básicos utilizam tecnologias já dominadas pelo país, e o nosso parque de produção de bens de capital é amplamente suficiente para dinamizar esse setor industrial.

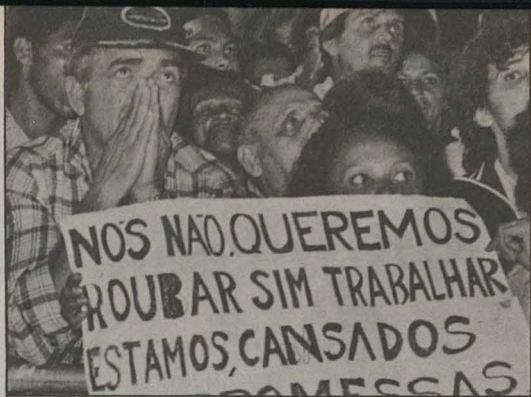
A definição de um novo eixo de desenvolvimento poderia assim tomar a forma seguinte:

- na área industrial, prioridade aos bens de consumo popular, com forte promoção da descentralização de atividades;
- na área agrícola, prioridade aos bens alimentares e reforma agrária;
- na área de bens de produção, prioridade à produção do equipamento agrícola adequado à pequena e média propriedade, para assegurar a base técnica da reforma agrária;
- na área das infra-estruturas, aproveitar os gigantescos gastos que, queiramos ou não, já foram feitos na área hidrelétrica, e desenvolver um amplo programa de infra-estruturas de transporte eletrificado. A criação de uma ampla e moderna rede ferroviária nacional, por exemplo, permitiria cortar radicalmente os custos de transporte, ampliar a fronteira agrícola e dinamizar o conjunto do parque siderúrgico, metalúrgico e de mecânica já instalado.

### Desequilíbrio regional

O reequilíbrio regional passa menos por subsídios e projetos de desenvolvimento que ajudam latifundiários e grandes empresas a aplicar dinheiro em São Paulo, do que pela reforma agrária. Ela se destinaria, por um lado, a fixar as populações e dar-lhes oportunidade de tornar produtiva a sua terra; por outro lado, a descentralização, criando condições de multiplicação de unidades produtivas de indústria e serviços em torno da dinamização agrária, em cada município.

A nova etapa que se inicia exige também a redefinição das relações econômicas com o exterior, e em particular com os países do "Norte". Mas o primeiro passo dessa redefinição é justamente a reorientação do aparelho produtivo interno, e não um muro na mesa em Washington, política com a qual vários governos se deram mal. Ao reorientarmos a indústria para bens de primeira necessidade, reduzimos drasticamente a dependência (e custos) ligados à transferência de tecnologia; ao aumentarmos a produção agrícola alimentar, reduzimos os gastos tão frequentemente esquecidos na importação de alimentos; ao dar prioridade à pequena e média propriedade agrícola, reduzimos a dependência de uma mecanização agrícola excessivamente so-



Mônica Leme

É necessário priorizar na área industrial a produção de bens de consumo popular, descentralizando as atividades

fisticada e sujeita aos grandes grupos internacionais de implementos agrícolas, e dinamizamos a produção destes com tecnologia local; ao optarmos pelo transporte ferroviário movido por hidreletricidade, bem como pelo ônibus elétrico, mobilizamos um conjunto de setores já tecnologicamente maduros no país e amplamente subutilizados, e reduzimos gradualmente a dependência relativamente aos grupos transnacionais automobilísticos e à importação de petróleo, além de prepararmos a fase pós-petróleo que os países desenvolvidos já preparam ativamente há mais de uma década.

O essencial das transformações se faz dentro do país, criando estruturas econômicas que não necessitem de um processo permanente e crescente de endividamento para sobreviver.

Será possível fazer tudo isso?

Os militares não tomaram o poder sozinhos. Foram fortemente pressionados, servindo de alavanca de interesses solidamente organizados. Os militares saem de cena, pelo menos parcialmente, mas os interesses que os puseram no poder se mantêm, e buscam agora outros mecanismos de pressão, que já se fazem sentir.

Frente a essas forças, a oposição está gradualmente reconstituindo mecanismos democráticos. Mas é evidente que a democratização que acompanha o refluxo dos militares só se consolidará se houver ampla organização da participação política e econômica de todas as faixas da população, para contrabalançar a força dos grupos privilegiados.

As transformações econômicas esperadas só podem progredir, nestas condições, junto com as transformações políticas. Perder a iniciativa das transformações econômicas privará o governo do apoio necessário para as transformações políticas, enquanto as próprias transformações econômicas dependem de um sólido aprofundamento e reforço dos mecanismos democráticos.

É uma delicada transição. A experiência latino-americana, infelizmente, não nos incita ao otimismo.

# A dívida ameaça a democracia

O presidente Daniel Ortega analisa a agressão norte-americana contra a revolução sandinista e defende a negociação conjunta da dívida por todos os países do continente

A diplomacia nicaraguense tem sido muito ativa nos últimos meses, correndo contra o tempo em seu empenho de dar a conhecer à opinião pública internacional suas iniciativas de paz. Pretende-se deixar bem claro que quem está se opondo ao diálogo e à negociação é a administração norte-americana.

Além da atividade do chanceler Miguel D'Escoto, dos negociadores que participaram nas conversações bilaterais com os Estados Unidos na cidade mexicana de Manzanillo e de outras autoridades sandinistas presentes em vários foros internacionais, o próprio presidente Daniel Ortega está atuando diretamente na frente internacional.

Tanto em sua estadia em Montevidéu, durante a tomada de posse do presidente Julio Sanguinetti, como em sua visita ao Brasil por ocasião das cerimônias de posse dos novos dirigentes do país, Ortega forçou um diálogo com a delegação dos Estados Unidos, além das numerosas conversações bi e multilaterais com chefes de estado, de governo e ministros dos vários países que também assistiram às cerimônias. As aproximações com os norte-americanos tiveram diferentes resultados em Montevidéu e Brasília. No primeiro caso, com George Schultz, o secretário de estado norte-americano, houve uma entrevista formal. Embora o diálogo tenha sido frio, se manteve

uma conversação mais acabada. Não sucedeu o mesmo com o vice-presidente dos Estados Unidos, no Brasil. George Bush se negou a manter uma entrevista oficial com Ortega e no próprio Plenário da Câmara, onde o presidente nicaraguense o havia interceptado, se limitou a enumerar as condições norte-americanas para um diálogo, todas elas inaceitáveis pois significariam a renúncia à soberania política nicaraguense.

Tanto no Uruguai como no Brasil, o governo da Nicarágua obteve êxitos significativos a nível diplomático. A própria presença do presidente Ortega nestas latitudes é um dado concreto dos novos espaços políticos de simpatia e apoio que se abrem para a revolução sandinista com a redemocratização no Cone Sul. Porém, mais do que isso, as entrevistas com Shultz e com Hans Dietrich Genscher, ministro das Relações Exteriores da Alemanha Federal, a reunião na sede da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em Montevidéu e o encontro com os chanceleres do grupo de Contadora em Brasília — que reativou o diálogo depois de um certo estancamento —, além dos contatos mantidos com os integrantes das diferentes correntes políticas em cada um desses países, demonstram que os objetivos diplomáticos que os dirigentes políticos sandinistas teriam podido espe-



Hélicon Santos

A ação de Ortega no Brasil e Uruguai reativou o grupo de Contadora

rar dessas visitas foram alcançados.

Em todas as cidades visitadas, o presidente Daniel Ortega concedeu amplas entrevistas à imprensa, que permitiram uma abordagem em profundidade da conjuntura política centro-americana e deram ao chefe de estado nicaraguense a oportunidade de expor os pontos de vista e as propostas de seu governo diante das pressões diplomáticas e militares que a administração norte-americana e seus aliados na região estão exercendo contra a Nicarágua.

Uma entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo estava prevista na agenda do presidente Ortega para sua estadia no Rio de Janeiro. Marcada para muito cedo na manhã do dia de sua viagem para São Paulo, acabou sendo realizada a bordo do avião presidencial durante o voo. Beatriz Bissio e Carlos Castillo acompanharam a comitiva nicaraguense no avião *charter* que a transportou nos vãos internos (uma vez que o avião da *Cubana de Aviación* que os trouxe de Manágua-Moscou não obteve permissão para deslocar-se dentro do país).

Desde a dívida externa às questões referentes às relações com os Estados Unidos, muitos temas foram abordados nessa conversa, cujos trechos mais significativos reproduzimos a seguir.

*Como interpreta a situação da Nicarágua no contexto latino-americano atual, quatro meses depois de sua eleição como presidente da República e depois da redemocratização no Uruguai e no Brasil?*

— Não há dúvida de que se vive uma situação nova. As relações entre os Estados Unidos e a América Latina estão entrando em uma nova fase. Para se chegar a ela destacamos três elementos de grande transcendência que geraram as condições que permitiram a mudança.



A mobilização popular na Nicarágua tem dois objetivos: neutralizar as agressões externas e aumentar a produção econômica

O primeiro elemento foi a luta liderada pelo general Omar Torrijos, que colocou a América Latina a favor da defesa do Canal do Panamá. A partir dessa posição latino-americanista, Torrijos conseguiu comprometer diversos países do mundo, e em particular do Terceiro Mundo, que se solidarizaram com a sua causa.

O segundo elemento foi a luta do povo nicaraguense, que gerou uma convergência de forças políticas e sociais a favor da liberdade da Nicarágua e contra a política de intervenção que os Estados Unidos sempre fomentaram e agora se propõem a incrementar. Nesse sentido, julho de 1979<sup>1</sup> marca uma nova etapa nas relações da América Latina com os Estados Unidos.

Pouco depois ocorreu outro fato relevante: a guerra das Malvinas. Aí, os Estados Unidos, que fazem parte da Organização de Estados Americanos (OEA) e da realidade continental, se definiram a favor de uma potência extra-continental que estava agredindo um país latino-americano. Isso contraria toda a teoria

<sup>1</sup> Julho de 1979 é a data da vitória popular liderada pela FSLN contra a ditadura de Anastacio Somoza.

da segurança que os próprios Estados Unidos forjaram para adequar as forças armadas latino-americanas a seus interesses geopolíticos. Essa atitude doeu na consciência da América Latina.

Junto a esses fatores é preciso mencionar um mais recente, o processo redemocratizador que a América Latina está vivendo. Esse processo se dá por caminhos revolucionários, como no caso da Nicarágua, ou, atualmente, na luta pela democracia em El Salvador, ou por outros caminhos diferentes, como nos casos recentes da Argentina, Uruguai e Brasil.

Todos esses fatores contribuíram para fortalecer a luta latino-americana contra os Estados Unidos e agora reforçam a consciência continental da necessidade de frear a agressão contra a Nicarágua.

Mas há um outro fator que contribuiu de forma especial para fortalecer a unidade latino-americana: o problema da dívida, que se relaciona com a luta de nossos países por uma nova ordem econômica e financeira internacional. A dívida é um problema de fundo, comum a todos os nossos povos. Independentemente de como ela tenha influen-

cia em cada país, é um problema do continente latino-americano como um todo. E eu me refiro em particular ao caso latino-americano porque aqui estão os maiores devedores. Mas a dívida também afeta os países africanos e asiáticos. Por isso não pode haver uma resposta parcial.

*Qual seria então o caminho a seguir na renegociação? Uma moratória só pode ser concebida como medida conjunta, pois bastaria que um país declarasse unilateralmente e de forma isolada para que fosse afogado economicamente por seus credores.*

— Nós defendemos a moratória porque consideramos a dívida injusta e principalmente porque nossos países simplesmente não têm como pagá-la. Mas a Nicarágua é um país pequeno. A proposta de uma moratória tem que contar com o apoio dos grandes devedores do continente, países como Brasil, Argentina e México, que concentram a maior parte da dívida. O que o nosso governo fez foi propiciar a discussão conjunta do assunto. Nosso papel é este: incentivar o intercâmbio de idéias para procurar chegar a um consenso sobre quais devem ser os passos a serem dados, de forma conjunta.

O que estamos constatando é que, inclusive, aqueles governos que preferiram sistematicamente a negociação bilateral e que não aceitam a moratória se vêem obrigados a renegociar a prazos cada vez menores. Soluções impostas à América Latina no passado e que eram aplicadas repetitivamente estão fracassando em tempos cada vez mais curtos. O que demonstra que as receitas antigas já não servem mais.

Estamos caminhando para uma ruptura completa do sistema econômico vigente. Não fizemos a proposta de uma moratória ou de uma renegociação conjunta visando à quebra do sistema, mas — ao contrário — para evitar o colapso total. É impossível

pagar uma dívida que cresce muito mais rápido do que a possibilidade de pagá-la.

*Quais seriam, concretamente, os passos propostos pela Nicarágua?*

— Não temos soluções *a priori*. O que temos que fazer, nós latino-americanos, é enfrentar o problema em conjunto, para fortalecer nossa capacidade negociadora.

*Logo depois das eleições de novembro na Nicarágua o senhor disse que restavam duas alternativas para o presidente Reagan: dialogar ou invadir a Nicarágua. Até agora não aconteceu nem uma nem outra. Qual é a sua avaliação atual?*

— Eu acho que as duas alternativas continuam de pé. O presidente Ronald Reagan está transformando a sua campanha contra a Nicarágua numa questão pessoal. Quanto mais a revolução sandinista avança, quanto mais ela se aprimora, inclusive através da realização de eleições, mais aumenta a agressividade da Casa Branca. Nós estamos sentindo isto na carne desde novembro do ano passado. E muitos latino-americanos começam a perceber também que a cada gesto nosso corresponde um novo ato de intransigência da parte da administração republicana. É cada vez mais claro que Reagan não quer qualquer tipo de convivência. Ele simplesmente não aceita que um país pequeno possa ter êxito numa experiência de criar a sua própria revolução e soluções próprias para seus problemas. E não nos perdoa a derrota diplomática que Washington sofreu com o veredicto a nosso favor da Corte Internacional de Haia.

O que acontece é que essa atitude do presidente Reagan o está afastando inclusive do Congresso, cujos membros são mais sensíveis às pressões da opinião pública norte-americana que



A Corte de Haia censurou o bloqueio dos portos da Nicarágua

vem demonstrando progressivamente um questionamento da política intervencionista na América Central.

Hoje, em média, mil norte-americanos visitam Manágua a cada mês. Muitos dos que vêm não concordam com nossos pontos de vista, mas depois de conhecerem a nossa realidade, acabam por respeitar a nossa experiência. Este é um fenômeno muito importante e poderá ter consequências na discussão do Congresso sobre a ajuda econômica e militar aos contra-revolucionários instalados em Honduras e Costa Rica.

## O Cone Sul

*Como vê a redemocratização na Argentina, Brasil e Uruguai?*

— É necessário fortalecer esses processos por muitos motivos, em particular, porque governos democráticos podem desempenhar um papel muito mais decisivo no problema da renegociação da dívida, que já mencionamos. Mas consolidar a democracia nesses países implica consolidar sua economia, e não se pode sanar a economia sem enfrentar o problema da dívida. Sem a consolidação da democracia não



Apesar do maciço apoio norte-americano, são crescentes os sinais de enfraquecimento dos bandos contra-revolucionários

é possível consolidar a economia, mas a recíproca também é válida. A dívida é uma engrenagem infernal que mina nossos países e deteriora as condições de vida de nossos povos.

Se, como se disse, o presidente Reagan está interessado na consolidação da democracia na Argentina, Uruguai e Brasil, deve propiciar uma melhoria em suas respectivas economias, pressionando os credores para uma renegociação em outras bases. Sem uma solução para o problema da dívida externa, as democracias terão dificuldades para sobreviver.

### O papel de Contadora

*O Grupo de Contadora, na sua opinião, ainda teria condições de propiciar um acordo negociado entre os Estados Unidos e os países envolvidos na crise centro-americana?*

— Contadora continua sendo fundamental para a pacificação da América Central e para afastar a ameaça sempre presente de uma nova agressão norte-americana na área. Mas deve haver um complemento que é o diálogo bilateral entre a Nicarágua e os Estados Unidos, seja pela continuação das conversa-

ções de Manzanillo, no México, ou por contatos diretos. Aqui no Brasil, procurei um encontro com o vice-presidente George Bush, mas ele rechaçou qualquer contato. Esta postura intransigente da administração Reagan está criando problemas para o povo norte-americano. O sentimento antinorte-americano surge muito forte e a nossa gente nem sempre tem condições de distinguir entre o governo e o povo dos Estados Unidos. Até mes-

mo alguns países europeus estão se distanciando de Washington na questão centro-americana. Foi o que eu pude constatar em Brasília, depois de uma conversa com o ministro das Relações Exteriores da Alemanha Federal, Hans Dietrich Genscher. Ficou decidido em Brasília que o Grupo de Contadora voltará a se reunir no dia 11 de abril. Será mais uma tentativa de romper o impasse e reiniciar uma negociação, que continua dificultada pela agressividade norte-americana.

*Depois de sua posse na presidência da República da Nicarágua, o senhor anunciou um plano econômico de emergência destinado a enfrentar as dificuldades por que passa o seu país face às pressões militares estrangeiras e à difícil conjuntura econômica internacional. Quais foram as reações a esse plano?*

— Houve reações externas e internas. Externamente, elas podem ser avaliadas pela recente visita de uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) a Manágua. Durante as conversações, nós concordamos com a maior parte da avaliação feita pelo Fundo sobre os indicadores econômicos. Mas discordamos

"Nacila Report"



Na província de Matagalpa, o café continua a ser colhido, apesar da ação dos contra-revolucionários baseados em Honduras

totalmente das medidas a serem adotadas.

O plano econômico de emergência visa especialmente diminuir os efeitos das agressões militares e compensar os desequilíbrios provocados na Nicarágua pelo desarranjo do comércio mundial. Foram adotadas várias medidas de austeridade, mas nenhuma delas procura sacrificar o nível de vida dos assalariados. Eis a questão crucial: os planos do FMI sempre atentam contra os interesses dos trabalhadores. Sabemos que será muito difícil melhorar as condições de vida dos operários, enquanto perdurarem os estrangulamentos externos e a ameaça de invasão. Mas queremos assegurar que ninguém passe a viver pior do que hoje. Não pretendemos melhorar e sim manter o nível de vida dos nossos trabalhadores. Não vamos transferir para eles o custo da recuperação, e isso vai frontalmente contra todas as propostas do FMI. Nós dissemos a eles que o modelo que estávamos aplicando na Nicarágua poderia ser imitado por quase todos os países latino-americanos, porque é uma fórmula adequada à realidade continental. Por isso, a missão do FMI não gostou do plano de emergência, o que não chegou a nos surpreender.

Mas, internamente, as reações foram favoráveis. Já fizemos reuniões com os encarregados do setor produtivo controlado pelo Estado, pelas cooperativas e pelos empresários privados. Agora, vamos fazer encontros setoriais para aprofundar ainda mais as medidas adotadas e que incluem o corte de alguns subsídios, desvalorização da moeda nacional e o congelamento das despesas públicas em vários setores não vinculados à defesa nacional. Todos os bens e alimentos essenciais são distribuídos à população pelo Estado e com preços controlados. Os artigos supérfluos ou em excesso são colocados no

mercado livre. Com isso, queremos garantir a todos, especialmente à classe trabalhadora, o mínimo indispensável para uma vida decente, mesmo num tempo de guerra.

*È as relações com os partidos políticos, depois da eleição de novembro?*

— O fato novo é a campanha dos partidos ilegais de oposição para atraírem os partidos que integram a Assembléia Nacional mas não fazem parte da aliança constituída em torno da Frente Sandinista de Libertação Nacio-

notar uma aproximação da ultra-esquerda nicaraguense com grupos da extrema direita. O que a ultra-esquerda não está percebendo é que com a sua prática política ela está favorecendo a reação e colocando em jogo a própria sobrevivência da revolução.

*Quais foram os efeitos até agora da anistia concedida aos contra-revolucionários?*

— Cerca de 600 nicaraguenses que se vincularam aos grupos contra-revolucionários em Honduras e na Costa Rica já se entregaram e foram anistiados. A



Segundo o governo da Nicarágua, Arturo Cruz deixou de ser um interlocutor político depois que visitou campos de treinamento de contra-revolucionários em Honduras

nal. É uma campanha feroz no sentido de ganhar adeptos para a contra-revolução. Mas, até agora, os resultados têm sido escassos. Existem casos como o de Arturo Cruz (que chegou a fazer parte do governo sandinista em 1979), que já visitou campos de treinamento de mercenários em Honduras. Cruz deixou de ser um dirigente político para participar ativamente da contra-revolução e, por isso, não pode mais se apresentar como um civil nem muito menos pretender qualquer tipo de diálogo. E mais recentemente nós começamos a

maioria deles pertenceu à FDN. Recentemente surgiu o caso de um importante dirigente da contra-revolução que, junto com toda a sua família, se asilou na embaixada mexicana em Honduras. Trata-se de um elemento ligado aos serviços de inteligência da contra-revolução, possuidor de informações que podem ser altamente comprometedoras para a estratégia norte-americana. É necessário que lhe seja fornecido o salvo-conduto para abandonar Honduras, porém há fortes pressões para evitar que isso aconteça.

# O país reencontra sua identidade

Depois de onze anos de ditadura, os uruguaios enfrentam o desafio econômico e militar no quadro do resgate dos valores que os projetaram perante o mundo

Beatriz Bissio

A 19 de março de 1984, ficava em liberdade, depois de quase dez anos de prisão, o general Liber Seregni, presidente da Frente Ampla, que chegou a ser chamado "o preso de consciência mais importante do continente". Se naquele dia inesquecível de sua vida alguém lhe houvesse dito que um ano mais tarde, seria convidado junto com o dirigente blanco Wilson Ferreira Aldunate (naquele momento, ainda exilado) pelo presidente constitucional, o colorado Julio María Sanguinetti, para acompanhá-lo na comitiva oficial à tomada de posse, em Brasília, do presidente Tancredo Neves, não teria acreditado. Também não teria sido fácil imaginar, em apenas um ano, um Uruguai sem presos políticos, com todos os partidos funcionando livremente, sem censura, em pleno processo democrático. Mas o que certamente o general Seregni não imaginava é que a defesa dos ideais democráticos permitiria que fossem superadas, até níveis nunca antes vistos no país, as rivalidades políticas — entre blancos e colorados e entre esses dois agrupamentos e a Frente Ampla — propiciando uma convivência construtiva e um intercâmbio

fluidido de opiniões, pontos de vista e experiências entre os três maiores líderes políticos uruguaios do momento atual.

De todas as profundas e vertiginosas mudanças que o Uruguai viveu neste último ano ("o país muda dia a dia, de forma surpreendente", afirmava um velho dirigente político), talvez a que mais esteja influenciando na consolidação democrática seja esta:

o intercâmbio permanente de idéias e a negociação constante entre o Partido Colorado, no governo, e o Partido Nacional (Blanco) e a Frente Ampla, na oposição.

E, naturalmente, também a anistia, uma das primeiras provas de fogo do novo governo. Depois de uma negociação árdua, na qual o presidente Sanguinetti empenhou-se pessoalmente, a lei finalmente aprovada no Parlamento foi fruto de uma conciliação entre o projeto unificado dos blancos e frente-amplistas, por um lado, e a proposta do Executivo, por outro, que permitiu abrir os cárceres do regime militar e começar a devolver à sociedade uruguaia a paz e a justiça, pelas quais tanto lutou durante esses anos.

Para o senador colorado Jorge Batlle, "os próximos 50 anos do Uruguai estão em jogo neste período de governo". Foram feitas muitas críticas ao senador, mas todos reconhecem sua vasta sabedoria política. Na verdade, os desafios que o Uruguai atual enfrenta são vários e exigirão do novo governo o máximo de decisão e habilidade.



O presidente Julio Sanguinetti (à dir.) e o vice-presidente Enrique Tarigo, cumprimentam-se depois da cerimônia de posse no Parlamento

## A difícil transição

No plano institucional, o caso uruguaio talvez seja tão complexo quanto o argentino, com algumas peculiaridades. Um governo democrático emerge com amplo respaldo popular, depois de 11 anos de regime militar. Caso pouco comum na América Latina, a superação da ditadura e a transição para a democracia se deram através de um processo estritamente político. Nem uma bomba, nem uma bala: o povo na rua e uma negociação difícil entre as forças civis e as forças armadas, que desembocou na eleição de 25 de novembro de 1984 e na instauração do regime constitucional a 1º de março passado.

Os militares aceitaram voltar aos seus quartéis e o presidente Sanguinetti com seu ministro da Defesa, Juan Vicente Chiarino, da União Cívica — que tivera um papel decisivo no diálogo que se desenvolveu com os militares — decidiram confirmar os comandantes-em-chefe das três armas em seus cargos. Para ambos, esses foram os chefes militares que assumiram o compromisso da transição democrática, e isso os torna avalistas de tudo o que foi negociado.

Contudo, a confirmação dos chefes não impediu uma declaração enfática do presidente Sanguinetti no discurso de improviso pronunciado na cerimônia de posse. “Dentro de poucos minutos — afirmou — assumo também o comando supremo das forças armadas (...), que terão que viver, como é lógico, o processo sempre difícil da passagem de um regime de fato, no qual exerceram todo o poder, para um governo democrático, no qual estarão subordinadas aos poderes legais. (...) No exercício desse comando supremo, vamos atuar (...) com a firmeza suficiente para que o país passe de uma etapa de autoritarismo para uma etapa na qual todos sintamos que pode-

46 - terceiro mundo

“El Día”



Juan Chiarino, ministro da Defesa: “O país, agora, está, obviamente, em paz”.

mos voltar a viver com tranquilidade (...).”

E, mais, um dos primeiros anúncios do ministro da Defesa foi a redução do orçamento militar “acompanhando a reorganização econômica nacional” e a possível suspensão da remuneração complementar que os militares recebem pelo “estado de guerra”. “Obviamente — disse o ministro —, o país agora está em paz”. Sabe-se também que o novo governo estuda a redução dos efetivos militares, que atualmente totalizam 70 mil, ou seja, um para cada 40 uruguaios, uma das mais altas proporções do continente.

Não se pretende fazer cortes drásticos, que não só criariam descontentamento, como também ampliariam o problema do desemprego. É provável que se opte por cortes nas promoções — muitas das quais ocorreram durante esses anos fora das normas regulamentares (“fora de quadro”) e por uma redução do ingresso de novos efetivos, o qual poderia ser suspenso por alguns anos.

Outro problema que está sendo estudado pelo Executivo e que é objeto de análises políticas é a reformulação das escolas militares. Este é considerado um

aspecto chave da restauração democrática, uma vez que nos últimos anos as disciplinas e a orientação dos estudos militares estavam em função de um papel para as forças armadas que não era o estabelecido pelas normas constitucionais.

O desafio de readequar os efetivos militares a suas novas funções e, ao mesmo tempo, manter um bom relacionamento com os comandantes teve uma prova de fogo já no primeiro dia de governo, quando o comandante da Região Militar Nº 1, sediada em Montevidéu, general Júlio Bonelli, declarou discordar de uma nomeação efetivada pelo ministro da Defesa. Depois de algumas consultas de alto nível, decidiu-se pela passagem à reserva do general Bonelli e sua substituição na região militar mais importante do país pelo general Carlos Berois. Até então ele era o diretor da Escola Militar e, nessa condição, havia acompanhado o presidente da República na revista de tropas no dia da posse, no primeiro ato de subordinação do poder militar às novas autoridades constitucionais.

Em círculos políticos uruguaios interpretou-se essa mudança como a primeira vez que os novos detentores civis do poder e um setor dos militares pouco propenso a aceitar seu novo papel mediram forças. O general Bonelli era considerado alinhado com as posições do general Alvarez, um militar da “linha dura”, que tinha abandonado a presidência poucos dias antes de Julio Sanguinetti assumir.

## Uma economia em crise

No plano econômico, o desafio também é grande. O novo governo herda uma situação qualificada pelo presidente Sanguinetti, em seu discurso de 1º de março, como a pior de todo o século.

“Este país, ao cabo dos últimos três anos, perdeu 15% de



seu produto (bruto nacional); (...) se pagasse todos os seus compromissos de vencimento de sua dívida externa e os juros que tem que pagar no presente ano, gastaria, só com isso, 90% de suas exportações. E com os 10% restantes não teria nem a possibilidade de adquirir o petróleo de que necessita só para começar a caminhar (...)" Com esse retrato cru da realidade e sem fazer promessas demagógicas, Sanguinetti delineou a gestão que desenvolverá à frente do Executivo nos próximos cinco anos na perspectiva de uma necessária integração latino-americana.

Segundo ele, um país pequeno e pouco povoado como o Uruguai necessita sempre de repensar seu destino no quadro mais amplo do continente latino-americano do que no de suas estreitas fronteiras. Nesse sentido, o novo chefe de estado destacava o que se considera que será uma das características de seu governo: a busca da ação conjunta com os demais países da América Latina, seja no relativo à dívida externa — o novo governo já manifestou o desejo de negociá-la de forma multilateral, de acordo com as linhas estabelecidas pelas reuniões de Cartagena e Quito —, seja em matéria de racionalização e intensificação do intercâmbio comercial, econômico e tecnológico regional.

Coerente com essa visão do problema econômico, o presidente Sanguinetti foi buscar um dos uruguaios de maior trânsito internacional, particularmente nas esferas econômicas, para ocupar a chancelaria. Enrique Iglesias, que exerceu nos últimos anos o cargo de secretário executivo da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) imprimirá à pasta das Relações Exteriores sua marca própria, reintegrando o Uruguai ao campo diplomático internacional — do qual esteve tão isolado durante os anos de ditadura — e espera-se que negocie, com o conhecimen-



O presidente Sanguinetti com os principais dirigentes da Aladi e vários mandatários do continente

to que lhe é atribuído dos problemas econômicos, os requisitos nesse campo para a consolidação democrática.

Mas o problema econômico não se resolve apenas no campo internacional. É necessária uma ampla negociação interna para que a economia do país possa ser reativada. Nesse aspecto, existe um consenso nas diferentes agremiações políticas. Quando já parecia impossível, poucos dias antes da posse foi anunciado um acordo econômico entre todos os partidos que formam a *Concertación Nacional Programática* (Conapro), o organismo criado nos últimos meses do ano passado entre as forças políticas para negociar os aspectos cruciais do novo programa de governo.

O documento aprovado por economistas do situacionista Partido Colorado, do Partido Blanco, da Frente Ampla e da União Cívica começa declarando que a política econômica (do novo governo) "se diferenciará claramente da que caracterizou o período autoritário e implicará, além disso, uma atitude ativa por parte do Estado (...)".

No capítulo referente à reativação da produção, o documento afirma que, para recuperar o nível de atividade, o ponto de partida será "o aumento das ex-



É necessária uma ampla negociação interna para a reativação da economia do país

portações, o aumento da renda real tanto dos trabalhadores como dos aposentados de menores rendas e a manutenção do investimento público". Destaca também a necessidade de conseguir um "controle efetivo da inflação, a redução do déficit global do setor público e a superação das restrições que significam o superendividamento dos setores produtivos e o peso excessivo da dívida externa".

Entre as cláusulas consideradas mais importantes, estipulou-

se que “o aumento das rendas reais se sustentará na recuperação progressiva do salário real, com períodos de ajuste não superiores a quatro meses”. Essa era uma das principais reivindicações dos sindicatos uruguaios, que, apesar da repressão sofrida durante a ditadura, conseguiram se reorganizar rapidamente e já estão realizando uma série de paralisações e greves que marcaram os meses do verão.

“As sequelas (da crise) se traduzem no âmbito social em uma redução de salários de 35 ou 38% e outras de 50%, mas que, em todo o caso, é uma profunda ferida na renda nacional”, havia declarado o presidente Sanguinetti em seu discurso.

Em relação à dívida, o acordo interpartidário também faz considerações significativas: “Todas as formas tradicionais de renegociação serão empregadas” – afirma. “Com essa finalidade serão encorajadas atitudes coletivas com países devedores da região para melhorar a condição negociadora”. E mais, foi assumido o compromisso de que qualquer

acordo com o FMI deverá “considerar os objetivos básicos estipulados: a reativação produtiva, a expansão do emprego, a recuperação progressiva do nível dos salários, o controle da inflação, a redistribuição progressiva da renda”. Em concordância com os compromissos assumidos nesse acordo político, o presidente uruaio afirmou em seu discurso inaugural: “Não há como pagar a dívida externa com base num reajuste recessivo ou que mantenha a economia em níveis de estagnação”.

#### Permitir a volta do exílio

A reativação da economia e o reenquadramento militar são os maiores problemas que a consolidação democrática e a aspirada pacificação enfrentarão.

O Uruguai, que durante anos foi país de imigrantes e de asilo, não só tem agora que promover fontes de renda para 15% de sua população desempregada, como também, de alguma maneira, está desafiado a abrir as portas para a volta de um exílio – polí-

tico e econômico – que, em proporção ao número de habitantes (cerca de três milhões), é um dos mais elevados (senão o mais) de todos os que o continente latino-americano sofreu nesta década: calcula-se em mais de 300 mil os uruguaios que estão espalhados por todos os continentes.

Como a crise econômica não começou com os militares, mas se arrasta desde a década de 60 (ou de 50, segundo outros), esse assunto será objeto de rigorosas discussões parlamentares, políticas, assim como a nível da opinião pública. De toda forma, implica a necessidade de repensar o Uruguai.

O acordo entre todos os partidos em matéria econômica dificilmente poderia ter avançado mais do que avançou. Inclusive, o nível de acordos obtido chegou a surpreender. Resta ver se os acordos serão realmente levados à prática, particularmente o compromisso dos reajustes periódicos de salários. Em caso afirmativo, muito se terá avançado no caminho da consolidação democrática.

“El Diálogo”



Os delegados estrangeiros à cerimônia de posse do presidente uruaio elogiaram a festa democrática nas ruas de Montevidéu

Mas o país enfrenta uma crise estrutural de causas profundas. Ao longo da gestão do Partido Colorado, segundo a opinião generalizada nos meios políticos de Montevidéu, irão aparecendo os perfis próprios de cada uma das propostas políticas. Não é o mesmo o que, a médio e longo prazo, o Partido Colorado, o Partido Blanco ou a Frente Ampla propõem como saída.

O fato de ter que aumentar as exportações, como parte da estratégia econômica para superar a crise, colocará — segundo muitos economistas — problemas como a necessidade de controlar o comércio exterior, a definição da política de créditos agrícolas, o controle de câmbios e outros recursos do Estado que nem sempre contam com a unanimidade de critérios ou, concretamente, no caso do Partido Colorado, simplesmente não estão em seu programa de governo.

#### Reencontrar a identidade nacional

Misturada com toda essa problemática uma questão está também esboçada, no discurso presidencial, e que de alguma maneira está implícita em toda a etapa de negociação que o Uruguai viveu desde agosto do ano passado: o reencontro dos uruguaios com sua identidade.

Os anos de ditadura — e foram 11 — desfizeram o perfil mais característico do país que ficou conhecido como “a Suíça da América”. Ao impedir a convivência democrática, a livre exposição das idéias, a organização partidária e sindical, os militares usurparam ao Uruguai parte de sua própria essência como nação. “Para nós, a democracia não é um sistema político, é o nosso próprio país”, afirmou Sanguinetti fazendo um inventário histórico das origens do exercício democrático entre os uruguaios, remontando-o, com justiça, à época da luta independentista.



A ditadura, ao impedir a convivência democrática, tirou do país uma parte de sua essência como nação

Os governos militares fizeram com que os uruguaios, de alguma forma, esquecessem ou perdessem, em meio a tanto medo e repressão, aquele orgulho por sua democracia que era uma parte integrante do *ser nacional*. Com o fechamento de jornais, censura, proibições de filmes, músicas, poemas, livros, homens, nomes, as forças armadas suprimiram do mapa uruguaio, durante uma década, tudo que chegou a caracterizar o Uruguai como um exemplo único na América Latina.

Hoje, o país vive o desafio de voltar a reencontrar-se com esse legado. Já foram dados passos rápidos nesse sentido, com o reconhecimento da autonomia universitária, a liberdade de imprensa, a legalização de todos os partidos, a libertação dos presos políticos, a autorização da volta de todos os perseguidos.

Eduardo Galeano, famoso escritor e jornalista uruguaio, autor do livro “As veias abertas da América Latina”, voltou recentemente ao Uruguai depois de um longo exílio e sentiu esse problema com nitidez. Em uma das suas primeiras declarações à imprensa, afirmou: “É muito o que teremos que fazer para recuperar um certo orgulho nacional (...), recuperar a certeza de

que não valemos mais do que os demais, mas também não menos. O Uruguai teve uma cultura nacional muito vigorosa que foi também a expressão de um desenvolvimento econômico relativamente orientado para dentro, se o compararmos com o resto da América Latina. Nesses anos, na medida em que se orientou para fora, esse desprezo pelo mercado interno se traduziu por um desprezo pelo que lhe é próprio, que contagiava todos os modos de expressão cultural” (...).

Mas este é um desafio menor, se comparado com os anteriores. Porque o Uruguai nesse terreno conta com uma matéria-prima de primeiro nível: seu povo, seus trabalhadores, seus intelectuais, seus políticos. Entre os visitantes estrangeiros, houve um reconhecimento público dessa realidade, elogios à organização popular em todas as manifestações de massa na rua, elogios ao nível político demonstrado por todos os setores durante a negociação, admiração pela festa democrática que se estava presenciando.

Este reencontro do Uruguai consigo mesmo, inclusive antes do 19 de março, talvez tenha sido a maior contribuição desse pequeno país ao avanço do processo democratizador que o continente latino-americano vive. ●

## Como a Esquerda Unida governaria?

Os candidatos da chapa presidencial analisam a proposta econômica e política, avaliam o fenômeno Sendero Luminoso e definem a posição diante das forças armadas

Horacio Verbitsky

As pesquisas de opinião mostram que a Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra) e a Esquerda Unida (IU) serão as duas principais forças políticas nas eleições presidenciais peruanas do dia 14 de abril, na frente dos dois partidos da coalizão que governou o país desde 1980, a Ação Popular, do presidente Fernando Belaúnde Terry, e o Partido Popular Cristão, do ex-prefeito de Lima, Luis Bedoya Reyes. Se for assim, Alan García e Alfonso Barrantes terão que disputar a presidência em um segundo escrutínio.

O que se segue é uma síntese dividida por temas das opiniões emitidas pelos candidatos à presidência e à primeira vice-presidência pela Esquerda Unida — o prefeito de Lima, Alfonso Barrantes Lingán, e o senador Enrique Bernales Ballesteros —, em entrevistas concedidas separadamente a cadernos do terceiro mundo durante a campanha eleitoral.

*Quais as semelhanças e as diferenças que existem entre a Esquerda Unida peruana de 1985 e a Unidade Popular chilena da década de 70?*

Barrantes — A maior semelhança está no evidente apoio popular que, na época, a Unida-



Belaúnde: fim de mandato

de Popular chilena teve e que a Esquerda Unida tem agora. Semelhança que varia na medida em que, levando em conta a obrigação de ter que passar por um segundo turno eleitoral, a Esquerda Unida assumiria ou poderia assumir o governo sem necessidade de um acordo parlamentar, como aconteceu no Chile. A diferença fundamental é que este candidato não tem nem o talento nem a trajetória de Salvador Allende, e que estamos certos de que nas forças armadas do Peru não existe — queremos que não exista — um homem tão sanguinário e tão execrável quanto o general Pinochet.

Bernales — Toda a América

está observando o Peru porque, da mesma forma como no caso de Allende, a esquerda pode ganhar as eleições, e eu acredito que vamos ganhá-las. Não é possível, então, esquecer o que aconteceu com Allende, por quem temos um profundo respeito. Mas, ao mesmo tempo, somos muito críticos em relação aos gravíssimos erros cometidos pela Unidade Popular, que em grande parte contribuíram para a queda de seu governo, e para o que isso acarretou: 12 anos de cerceamento das liberdades, assassinatos, violações de direitos, repúdio internacional. Seria um erro não aprender daquela experiência o que não devemos fazer. Por isso, nosso programa não coloca aspirações muito altas, nem permite o desenvolvimento de tendências *maximalistas* que usem as reivindicações e aspirações naturais do povo para convertê-las em problemas para o governo, como aconteceu no Chile. Houve partidos da UP que terminaram minando o governo, isolando-o do povo e tirando-lhe credibilidade.

*Como seria um governo da Esquerda Unida?*

Barrantes — Nosso objetivo é formar um governo realmente democrático mediante a organização popular, estruturada também com um sentido estritamente democrático, de tal forma que o governo tenha a possibilidade de uma consulta permanente, que o torne um executor da vontade popular. Um governo realmente nacional, na medida em que defenda a soberania e consequentemente assumia uma posição antiimperialista, assegurando que as diretrizes econômicas e políticas sejam decididas dentro do país, sem influências estrangeiras que atendam, como agora, aos interesses das transnacionais. E um governo não-alinhado, isto é, que estabeleça vínculos muito profundos com os governos progressistas e de-

mocráticos da América Latina e com os governos progressistas e democráticos do Terceiro Mundo, em um esforço para acabar com as ditaduras que existem na região, e em um esforço comum e universal para consolidar a paz e enfrentar o risco de um confronto mundial.

**Bernales** — Em primeiro lugar, nos definimos como um projeto político de alternativa popular para constituir um governo popular, democrático, nacional e antiimperialista. Não caímos na ingenuidade de nos definirmos pelo socialismo e por um governo socialista já. Acreditamos que a tarefa histórica que nos corresponde é a de consolidar a democracia, defendendo os princípios de soberania econômica e de participação social e política, de forma a reduzir a nossa dependência alimentar, melhorar o mercado interno estimulando a demanda, fortalecer a capacidade de negociação do Estado. A orientação principal é a politização do povo peruano, em uma perspectiva que tenda a convertê-lo em autêntico protagonista, condição *sine qua non* para que posteriormente possamos estar em condições de avançar rumo ao socialismo.

O segundo eixo está condicionado pelo realismo político. Dedicaremos pelo menos os dois primeiros anos de nosso governo ao que chamamos de Plano de Sobrevivência Nacional.

*Qual a posição da IU em relação à dívida externa?*

**Barrantes** — Temos proposto uma moratória seletiva de cinco anos, a partir da qual se recomendaria a pagar, mas com bônus e a longo prazo. Isso significa uma coordenação com outros devedores latino-americanos para enfrentarmos juntos as condições que nossos credores e as receitas do FMI nos impõem. A moratória seletiva implicaria adiar o pagamento aos bancos privados internacionais. Isso nos permitiria

dispor de divisas para a reativação da agricultura e da pecuária. Naturalmente, isso impõe a necessidade de um controle do câmbio e do comércio externo. Em nossas relações com as empresas privadas, observamos que estão sufocadas pelas suas dívidas interna e externa. Dando facilidades a elas ou diminuindo essa dívida, haveria uma porcentagem disponível para aumentar

neficia nosso país, como também atenta contra sua soberania. Mas não queremos que, a partir das possíveis nacionalizações da *Southern*, *Occidental* e da *Belco*, se negue a conveniência ou a necessidade de estimular o investimento estrangeiro, que é importante na medida em que satisfaça seus interesses mas não atente contra a soberania nacional.

**Bernales** — Um governo na-



A moratória seletiva, adiando por cinco anos o pagamento da dívida, permitiria manejar divisas para reativar a agricultura

os salários dos trabalhadores.

*Se a Esquerda Unida não propõe um avanço agora rumo ao socialismo e, conseqüentemente, não se planeja uma expropriação de outras classes sociais, com que recursos então se levaria adiante o Projeto de Sobrevivência Nacional?*

**Barrantes** — Partimos de uma política realista. Não escondemos nossa filiação socialista nem negamos que nosso objetivo seja o socialismo. Mas este vai ser apenas um governo democrático, nacional, patriótico, antiimperialista, não-alinhado, que consideramos como o começo de um longo caminho, difícil porém heróico, em direção ao socialismo, e que incluiria, isso sim, algumas medidas nacionalizantes no setor bancário e no setor mineiro. Há algumas empresas estrangeiras cuja presença não apenas não be-

cionalista e democrático que fortaleça a participação das organizações populares e sua autonomia já representa um avanço rumo ao socialismo em um país como o Peru. Quanto aos recursos, penso que vamos ter que mexer em determinadas áreas de propriedade privada. O Peru está vivendo em tais condições que se chegarmos a mexer em determinados níveis de propriedade privada não é porque sejamos socialistas nem estejamos implementando o socialismo, mas devido às condições de extrema pobreza e à falta de recursos do Estado para o desenvolvimento. Nenhum governo pode tolerar uma situação de escassez na qual as pessoas morram de fome. Não é possível que uma empresa como a *Southern* avalie por baixo exportações e repatrie vultosas remessas de lucros enquanto o Peru não tem como amortizar o pa-

gamento da sua dívida externa. No caso do petróleo, não se trata de nacionalizar a *Occidental*, mas de rever os contratos firmados com ela, mediante os quais a empresa só entrou com a tecnologia, mas leva a maior parte da riqueza petrolífera, deixando uma margem muito pequena para o Peru. No que se refere aos bancos, sejamos realistas. O Peru tem sofrido os efeitos da crise econômica e financeira internacional multiplicada por quatro ou por cinco. Todo o mundo se empobreceu, menos os bancos. O setor financeiro tem especulado com o crédito, com a moeda, e tem sido um fator de inflação. Como pode um governo que queira satisfazer níveis elementares de subsistência não mexer nos bancos? Seria suicida. Nesse setor temos, então, que agir com mão forte, nacionalizar, modificar, criar fórmulas associativas.

*Qual seria a posição de um governo da Esquerda Unida em relação ao Sendero Luminoso e Ayacucho?*

**Barrantes** — O fato de que o Sendero Luminoso não faça diferença entre a Esquerda Unida e os outros partidos mostra seu altíssimo grau de irracionalida-

Beatriz Bisso



**Barrantes: "As massas populares apóiam a Esquerda Unida e repudiam o Sendero Luminoso"**

de, sua falta de realismo político. E sua condenação à participação da Esquerda Unida no processo eleitoral contradiz sua afirmação de que o fundamental são as massas populares. O real é que as massas populares apóiam a Esquerda Unida e rejeitam o Sendero Luminoso. Nós nos diferenciamos dos demais partidos quanto ao tratamento do fenômeno. Propusemos a criação de um governo regional em Ayacu-

cho, que seja integrado por representantes da igreja, da universidade, das associações profissionais de advogados e médicos, das organizações de trabalhadores, de mulheres. Este governo regional receberá do governo central uma receita que, conhecendo a problemática concreta da região, poderá aplicar para começar a resolver os gravíssimos problemas que Ayacucho vem sofrendo por culpa do centralismo. Perguntaram se seríamos capazes de dialogar com o Sendero. Nós dialogamos com todo mundo. Mas o Sendero, na sua irracionalidade, nos desdenha porque se vangloria de ser a expressão mais consequente da revolução, não só no Peru mas no mundo inteiro. Um possível governo da Esquerda Unida estará submetido sem dúvida aos atos terroristas tanto do Sendero como da ultradireita, que percebe que um governo democrático da Esquerda Unida seria o começo do fim dos privilégios no país. Mas confiamos em nosso povo e nos esforçamos em organizá-lo porque sabemos que somente o povo organizado nos dará o respaldo para enfrentar o Sendero e o golpismo da ultradireita.

**Bernales** — Confiamos que

## VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS

A intervenção das forças armadas peruanas na luta antiguerrilha registrou excessos que a Anistia Internacional não hesitou em qualificar de violações aos Direitos Humanos. Um documento divulgado no princípio deste ano por essa organização denuncia a existência de fossas comuns e o desaparecimento de centenas de pessoas, entre elas, o jornalista Luis Ayala, do *La Prensa*.

A maior parte dos depoimentos divulgados pela Anistia Internacional coincidem em que os excessos são cometidos, em sua grande maioria, por um corpo anti-subversivo da polícia, os *sinchis*,

e pelos infantes da marinha. No primeiro caso, devido a um relaxamento da disciplina e a uma certa impunidade por parte do governo; no segundo, devido a uma concepção da luta anti-subversiva inspirada em modelos norte-americanos e franceses.

No Peru, o abuso contra o camponês "índio" já é algo de tradicional. Os excessos cometidos pelos corpos policiais, compostos fundamentalmente por mestiços e *criollos* (descendentes de europeus) do litoral, partem de velhos ressentimentos pelos habitantes das áreas declaradas em estado de emergência, ao que se soma o constante medo diante dos ataques de surpresa da guerrilha do Sendero Luminoso.

A Anistia Internacional acrescenta que os esforços da procuradoria da Nação em esclarecer os desaparecimentos foram estéréis por não contarem com o apoio do Poder Executivo.

nosso governo trará ao Peru paz com justiça e desenvolvimento, e sairemos da situação de extrema pobreza mediante o Programa de Sobrevivência. Ao mesmo tempo, responderemos diretamente ao desafio do Sendero atacando as causas que provocam sua existência. Uma solução militar teria um custo muito alto. Em pouco tempo o Sendero renasceria com mais força, talvez com outro nome.

O grito de protesto dos pobres não pode ser calado com as armas. Resolve-se, reconhecendo a existência do problema e proporcionando a essas populações os recursos para que possam se autogovernar. Não se trata do governo civil transferir sua autoridade a um comando político-militar, mas de que o governo civil faça sentir como nunca sua presença em coordenação com um governo regional amplamente dotado da autoridade para planejar e executar.

*O que a Esquerda Unida faria se as forças armadas resolvessem adotar o método da "guerra suja" como no Cone Sul e a descoberta de fossas comuns, como já tem acontecido, se tornasse fato corriqueiro?*

**Barrantes** — O problema em Ayacucho deve ser enfrentado sob diversos aspectos e, por isso, seria um erro se limitar à repressão militar. Sem dúvida, a utilização desse método gera excessos que colocam em evidência o pouco caso de alguns comandantes, oficiais e suboficiais em respeitar os direitos humanos. Condenamos o terrorismo do Sendero e o do Estado. Por isso defendemos que o fenômeno deve ser abordado do ponto de vista político, econômico e social. O ministro da Guerra e o comandante geral do exército declararam que acatarão a vontade popular expressa nas eleições de abril. Nós queremos que as forças armadas participem da tarefa histórica da autêntica transformação social



Bernales: "O protesto da pobreza não se cala com as armas" mas "proporcionando recursos para que o povo possa se autogovernar"

que possibilitará ao Peru ser realmente livre e soberano e, aos seus filhos, viverem em uma sociedade onde tenham desaparecido a exploração e a injustiça.

**Bernales** — A violência assassina que atingiu oficiais e a tropa não pode ser atribuída a uma decisão institucional do comando. Não há uma política de extermínio decidida pelo alto comando, como aconteceu na Argentina e na Bolívia. No Peru os comandos superiores das forças armadas se mantêm à margem e estão preocupados com o que está acontecendo. Há opiniões internas de que as forças armadas devem abandonar a Zona de Emergência. Também há militares que concordam com as soluções que concebemos para as regiões afetadas. A metodologia do desaparecimento, da tortura e do assassinato compromete fundamentalmente a Guarda Civil, e, na Zona de Huanta, a infantaria da marinha.

*Há preconceitos contra os militares na Esquerda Unida ou vice-versa?*

**Barrantes** — Há dentro da esquerda imaturas atitudes dogmáticas que rejeitam a possibilidade de que nas forças armadas haja tendências democráticas e progressistas. Essas teses têm sido refutadas pela realidade concreta, como a experiência do gover-

no do general Juan Velasco Alvarado, que constituiu um avanço no desenvolvimento histórico do Peru. Nosso governo convocaria todas as forças empenhadas em uma mudança que realmente sirva aos interesses autênticos do país. Evidentemente, há alguns setores militares antiesquerdistas. Nós propomos uma cruzada de todos os setores democráticos e patrióticos para isolar os setores macartistas que existem na sociedade peruana, com farda ou sem ela. Queremos acabar com os preconceitos porque forças armadas como as nossas têm que assumir o compromisso histórico de contribuir, juntamente com os civis, para a transformação substancial de nossa pátria.

**Bernales** — Podemos encontrar pontos de aliança com as forças armadas para combater não só o que ainda resta de oligarquia no Peru, mas também o que significa a presença de um capital transnacional, opressivo e desnacionalizador. No Peru, e em qualquer parte da América Latina, as forças armadas têm uma formação anticomunista, mas, nas forças armadas peruanas, existem setores patrióticos e uma tradição nacionalista. Deve-se trabalhar com esses setores e comprometer as forças armadas em um projeto democrático. E isso a Esquerda Unida lhes oferece. ●

# Você precisa de um almanaque que não veja o mundo com os olhos dos países ricos



Mapas e dados atualizados da política, economia, história e geografia de todos os países do mundo

**ENTREGA IMEDIATA**

Desejo receber ..... Guia(s) do Terceiro Mundo 84/85 (Cr\$ 35.000,00 o exemplar). Estou efetuando meu pedido por:

- Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;  
 Reembolso Postal (o porte será pago pelo destinatário).

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro ..... Cidade: .....

Estado: ..... CEP: ..... Profissão: .....

Editora Terceiro Mundo Ltda. — Rua da Glória 122 - grupos 105/106  
Rio de Janeiro — RJ — CEP.: 20241 — Tel.: 242-1957



## África

### Moçambique

# Os acordos de Nkomati treze meses depois

A evolução dos fatos, desde a assinatura dos acordos com a África do Sul, explica as causas de intensificação do terrorismo

Baptista da Silva / Sol de Carvalho

O ministro Jacinto Veloso é desde 1983 o principal negociador diplomático de Moçambique nas conversações com a África do Sul. Ele foi um dos responsáveis pela assinatura do acordo de Nkomati, há pouco mais de um ano. Nesta entrevista exclusiva aos cadernos do terceiro mundo, o ministro Veloso, que é também um dos mais próximos assessores do presidente Samora Machel, analisa a conduta dos sul-africanos, 13 meses depois da entrada em vigor do tratado de não-agressão entre os governos de Maputo e Pretória. Na opinião do negociador moçambicano, o balanço não é otimista.

*Que balanço faz dos acontecimentos desde a assinatura do acordo de Nkomati com a África do Sul?*

— Há certos aspectos positivos que são consequência da assinatura do acordo de Nkomati. São aspectos de ordem política. Assim como a vontade da República Popular de Moçambique de resolver o problema de uma forma pacífica constitui também em si um fator relativamente novo.

No campo da segurança a ní-

vel do nosso país, o balanço é negativo. Continuam a existir atividades de banditismo armado, tendo-se registrado, logo após a assinatura do acordo de Nkomati, um grande aumento das atividades terroristas no sul, em particular na província de Maputo, onde se localiza a capital do país. Homens e material foram infiltrados nessa zona com a intenção de desencadear ações de desestabilização numa área sensível. Tentava-se, obviamente, tirar partido da propaganda externa, com efeitos que pudessem

apoiar a organização do banditismo em eventuais negociações que viessem a ocorrer.

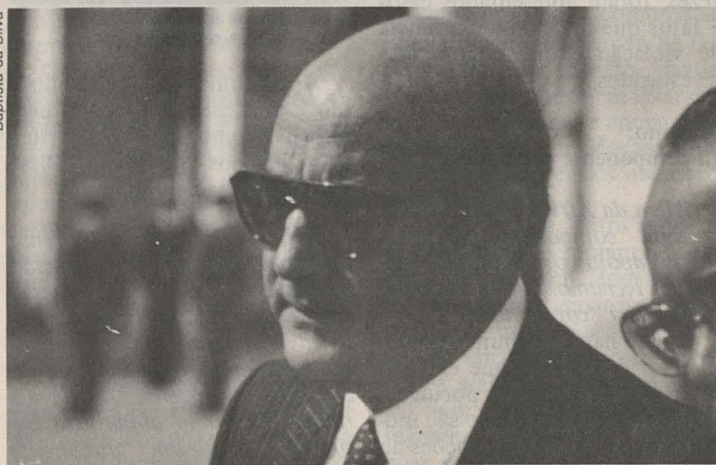
Hoje, 13 meses depois de Nkomati, podemos concluir que há forças que premeditadamente já se preparavam para violar o acordo.

*Acha, pois, que com as ações de natureza espetacular a nível militar, os rebeldes pretendiam ganhar maior força de negociação?*

— Esse é o objetivo claro.

*Em relação ao apoio prestado*

Baptista da Silva



Jacinto Veloso: "Já havia forças que se preparavam para violar os acordos"



Lázaro Mueche/AIM

Uma pequena vítima dos ataques dos bandos armados da Renamo

*aos bandos armados da Renamo, fala-se do envolvimento da África do Sul mesmo após a assinatura do acordo de paz de Nkomati com Moçambique. Pode confirmar esse apoio?*

— A convicção geral é de que há violações. Isso não deixa dúvidas.

*Mas já foram apresentadas provas dessas violações?*

— As provas no aspecto jurídico ou legal têm de ser apresentadas de forma complexa, e nem sempre é possível recolher todos os dados para que possam ser reconhecidos como provas.

No entanto, já por diversas vezes, foram apresentados casos e fatos que indicam a existência de violação e que estão sendo investigados.

**Renamo:**  
“a componente portuguesa”

*Além da África do Sul, fala-se de uma “componente portuguesa” no apoio aos bandidos armados da Renamo. O que nos pode dizer dessa “componente”?*

— Isso não é nenhum segredo. É claro e evidente que existem interesses de cidadãos portugueses que estão por trás (e são mobilizadores) do apoio às ações do banditismo armado em Moçambique.



Anders Nilsson/AIM

Armas apreendidas aos contra-revolucionários

A máquina de desestabilização é uma máquina tecnicamente bem organizada e dela participam cidadãos portugueses. Disso não há dúvida nenhuma.

*Em certos meios da imprensa internacional tem-se afirmado que a “componente portuguesa” constituiria o suporte da ala política e diplomática dos bandidos, enquanto que a África do Sul seria o sustentáculo da ala militar. Segundo ainda essa imprensa, existiriam atualmente contradições entre essas duas alas. Há algum fundo de verdade*

*nessa análise?*

— Não sei. O que é correto afirmar-se é que houve uma conjugação de interesses de diversos setores, em diversos países.

Esses indivíduos se opuseram à própria luta de libertação nacional. O que contraria pois a própria descolonização e os acordos de Lusaka.

Nós constatamos que esse grupo continua a procurar apoio e, com a sua capacidade financeira própria — porque a tem — continua a desenvolver o apoio ao banditismo armado.

*Essas atividades vêm de muito tempo?*

— Já vêm desde a época da luta de libertação nacional. Manifestaram-se mais concretamente no 7 de setembro de 1974<sup>1</sup> e continuaram por aí afora.

Foram Jorge Jardim e o seu grupo, que sempre procuraram alianças que lhes pudessem servir a cada momento mas onde eles eram sempre os principais interessados. Diria mesmo que são eles que estão contra aquelas individualidades em Portugal (algumas delas pertencem ao atual governo português) que acusam de “terem vendido” Portugal. A Rodésia constituiu a sua primeira base após a independência de Moçambique; a África do Sul surgiu depois, até a assinatura dos acordos de Nkomati.

Em nossa opinião, esses indivíduos estão também contra o governo português, embora encontrem formas de demonstrar a certas forças portuguesas que estão defendendo os interesses de Portugal. Esse é evidentemente um assunto que cabe a Portugal examinar e decidir sobre ele.

“Existe convicção”

*Onde se situam esses apoios*

<sup>1</sup>No dia 7 de setembro de 1974 houve uma tentativa de frustrar a independência, prevista para 25 de junho de 1975 pelos Acordos de Alvor.

do banditismo no espectro partidário português?

— É difícil dizer, mas há indivíduos que certamente têm ligações com diversos agrupamentos políticos em Portugal. Terão ligações melhores em uns do que em outros casos, onde exercem uma certa influência.

O fato de Lisboa ser a capital de um país onde os dirigentes dessa organização terrorista se movimentam à vontade, de onde divulgam a sua propaganda, onde reivindicam os crimes que cometem, inclusive contra cidadãos portugueses e interesses do próprio Estado português, leva a concluir que existe alguma conivência, alguma cumplicidade.

*Fala-se inclusive, que o capitalista Manuel Bulhosa<sup>2</sup> seria um dos principais financiadores dos bandidos armados...*

— Sim, é isso que corre e tem uma certa lógica.

*No entanto, Manuel Bulhosa esteve em Moçambique, onde se encontrou com altas personalidades moçambicanas...*

— Nós o convidamos a ir a Moçambique e penso que o tratamos bem. Que eu saiba, ele não teve nenhum problema. Bom, ele deve ter as suas razões...

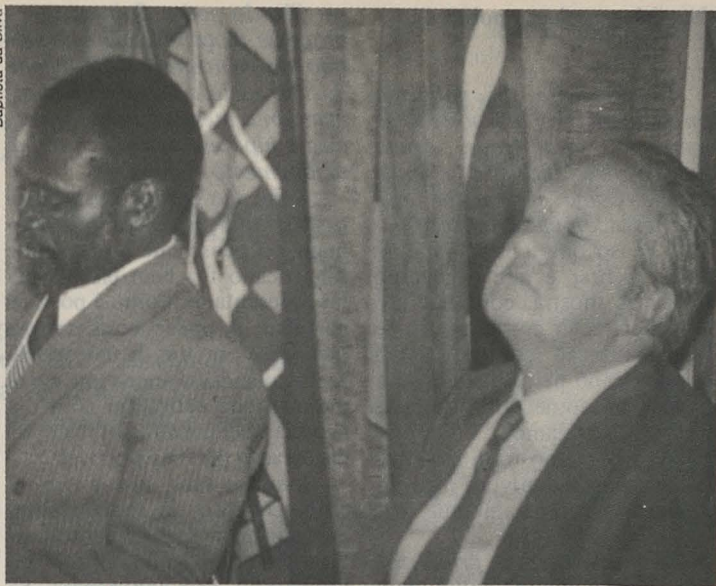
**“Aguardar ações concretas”**

*O governo português revelou ainda recentemente que iriam ser tomadas medidas contra os indivíduos e organizações que combatem os governos legítimos de Moçambique e Angola. Acredita que a situação possa se alterar?*

— Pensamos que essas declarações são muito positivas; contudo, teremos que aguardar pelas ações concretas. Há muito tempo, vêm se fazendo declarações

<sup>2</sup>Homem de negócios com vinculações internacionais em diversos países (França, Portugal, Bélgica etc.), presidente do Banco Pinto Magalhães do Rio de Janeiro e com grandes interesses no setor editorial desta cidade.

Baptista da Silva



As ações de contra-revolucionários da Renamo em Lisboa colocam em dificuldade as relações do governo de Mário Soares (à dir.) com o regime de Samora Machel (à esq.)

altamente positivas mas que têm tido um resultado prático nulo.

*Uma das medidas de que se fala é a confiscação dos passaportes aos cidadãos portugueses da Renamo. Espera-se mais do que isso?*

— Tudo depende de até que ponto o Estado português acha que deve limitar as ações desestabilizadoras contra Moçambique e Angola (e achamos que contra outros países africanos de expressão portuguesa).

O que nós desejamos é que esses grupos não encontrem nenhum apoio em Portugal e que o Estado português descubra formas de parar com esse tipo de apoio. Isso seria em benefício das relações entre os nossos países. Mas se o governo português acha que isso não é importante, ele tem o direito de agir da forma que entender.

*Além da África do Sul e de alguns setores em Portugal, fala-se muito do apoio de países islâmicos conservadores à Renamo. Pode-nos confirmar esse apoio?*

— É possível que haja países muçulmanos ligados à “componente portuguesa” do banditismo armado em Moçambique. Uma das razões que os terá levado a isso é o fato de se encontrarem mal informados sobre a realidade do nosso país. Nós sabemos que alguns países islâmicos têm a impressão de que em Moçambique há um governo marxista que persegue os religiosos. Como se sabe, existe em Moçambique uma comunidade islâmica muito numerosa. Se isso fosse verdade, haveria razões objetivas que pudessem levar certas forças islâmicas a apoiar a desestabilização em Moçambique, em solidariedade aos membros dessa religião.

Sabemos que, entre as forças que em Portugal apóiam o banditismo armado em Moçambique, se encontram elementos da comunidade muçulmana portuguesa que têm relações com alguns países árabes já antigas. Por outro lado, alguns capitalistas portugueses envolvidos mantêm boas relações profissionais com certos países árabes.

## “Não há negociação política”

*Recentemente foi noticiado um substancial apoio norte-americano a Moçambique. Apoio que envolve, inclusive a ajuda militar. Como interpretar esse fato nessa complexa situação?*

— Penso que a principal conclusão a tirar é que o governo dos EUA mostra, com esse ato simbólico, estar contra a ação de desestabilização contra a RPM levada a cabo pelos bandidos armados em nome dos interesses de que já falamos. Com essa ação, os EUA mostram reconhecer de forma inequívoca o governo legítimo de Moçambique.

*Recentemente, o presidente sul-africano, Pieter Botha, afirmou que nem sequer iria apresentar a Moçambique a última proposta dos rebeldes, já que nela se colocava uma eventual*

*partilha do poder. Sabe-se que a proposta moçambicana é no sentido da reintegração dos bandidos à sociedade. Moçambique mantém a mesma posição ou encara a hipótese de rever esse posicionamento?*

— Eu não conheço essas propostas, mas se é isso que afirmam, eu penso que o presidente sul-africano fez bem em não tê-las apresentadas. Como é possível partilhar o poder com pessoas que estão por trás da desestabilização quando sabemos que são as mesmas que estiveram contra a própria independência? Não há negociação política possível.

Como se sabe, houve um re-credenciamento da desestabilização devido a fornecimentos externos. E, sem apoio externo, o banditismo não sobreviverá. Se esse apoio fosse eliminado, nós não teríamos nenhum problema em internamente resolver a questão.

Negocia-se com um opositor político, mas não se pode negociar politicamente com uma organização terrorista, de banditismo.

*Para certos observadores, a África do Sul tem sido bastante isentada de culpa pela situação em Moçambique...*

— Toda a ação diplomática leva a um isolamento daquilo a que chamamos de “componente portuguesa”, mas isso não significa que desresponsabilizemos toda uma ação passada que foi feita a partir da África do Sul.

*Ministro Jacinto Veloso, há esperanças de que a paz possa ser alcançada a curto prazo no território de Moçambique?*

— Continuaremos a trabalhar nesse sentido, não esquecendo que é no interior do país que o problema será principalmente resolvido.

# Jornal do País

## Nas bancas

**SEM MEIAS PALAVRAS, SEM MEIAS VERDADES.**

Em cada edição, um Suplemento Especial de 8 páginas sobre a realidade brasileira.

**Todas as semanas nas bancas. Distribuição nacional.**

Desejo receber gratuitamente um exemplar de arquivo do Jornal do País.

Desejo fazer uma assinatura semestral  (Cr\$ 20.000,00); trimestral  (Cr\$ 10.000,00).

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Estou remetendo cheque nominal ou vale postal em anexo em nome da Editora Sécuro Vinte Ltda., à rua da Lapa, 180 - grupo 1104/1106 - Tel.: 222-5771 - CEP 20241 - Rio de Janeiro.

# Cooperação em tempos de crise

As cinco ex-colônias portuguesas da África decidem intensificar a cooperação econômica mútua e denunciam a violação pela África do Sul dos acordos assinados com Angola e Moçambique

A situação da África Austral constituiu o tema central da Reunião de Cúpula de Chefes de Estado dos cinco países de expressão oficial portuguesa, realizada nos dias 14 e 15 de fevereiro passado, na capital santomense. O motivo da reunião se liga ao fato de persistirem os atos de violência e terrorismo contra Angola e Moçambique, apesar da África do Sul ter assinado com esses países, respectivamente, os acordos de Lusaka e os de Nkomati. Pouco tempo depois da assinatura desses acordos, os cinco chefes de estado já tinham se encontrado em Maputo, em abril do ano passado, numa reunião extraordinária, para avaliarem a situação decorrente da assinatura daqueles compromissos.

A gravidade da situação na África Austral fez com que os chefes de estado dos "cinco" concordassem na apresentação de uma declaração específica sobre a questão — designada por Declaração de S. Tomé —, o que constitui uma novidade em relação às reuniões de cúpula anteriores. Nela fica constatado que os esforços empreendidos por Angola e Moçambique no sentido de garantir a paz, estabilidade nos seus territórios e a criação de um clima de "boa vizinhança e coexistência pacífica" não estão sendo correspondidos pela África

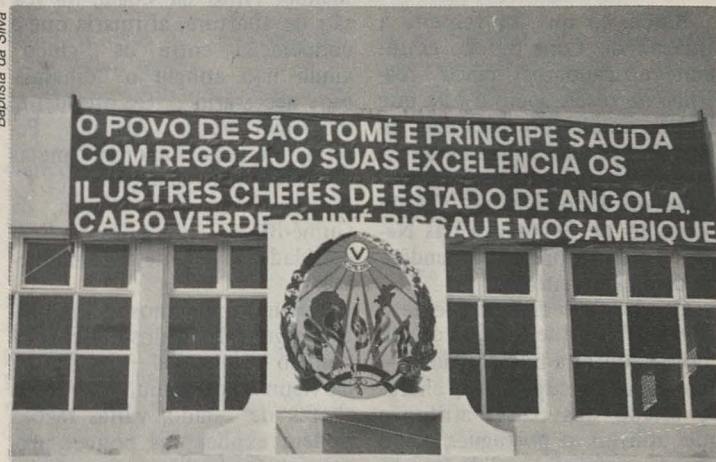
do Sul. Esse não-cumprimento do que ficou acertado em Lusaka e em Nkomati deve-se fundamentalmente ao fato de a África do Sul "manter a ocupação da parte sul do território angolano" e à existência de contínuos atos de violência e terroris-

tado com aqueles dois membros dos "cinco".

## Recado a Portugal

"A cumplicidade e a conivência de certos círculos políticos, econômico-financeiros e militares portugueses" no apoio aos bandos armados da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) — tema longamente abordado na entrevista exclusiva que o ministro moçambicano Jacinto Veloso concedeu ao nosso enviado especial a S. Tomé (Ver nesta edição) — mereceu a veemente denúncia da reunião. Os "cinco" lembram às autoridades portuguesas que essas alegadas "cumplicidades" e o fato de transitarem livremente pelo território português dirigentes de movimentos que combatem os seus legítimos governos, poderão comprometer as relações de amizade e cooperação desejadas.

Baptista da Silva



Os chefes de estado dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa tiveram calorosa recepção na capital santomense

mo contra a República Popular de Moçambique, desencadeados a partir de território sul-africano — diz a Declaração de S. Tomé.

Já que tais acordos não foram denunciados por qualquer das partes, a reunião de cúpula "exigiu que a África do Sul cumpra rigorosamente" o que ficou acer-

A solidariedade para com Angola e Moçambique na "defesa da soberania, integridade territorial, unidade nacional e conquistas populares" não foi esquecida por parte dos restantes países: Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe. A Declaração de S. Tomé lembra a "tradição histórica e a comunhão de sacri-

fícios" e reafirma "prontidão em apoiar de múltiplas formas" aqueles dois Estados. A formulação "múltiplas formas" de apoio constitui uma expressão generalizante adotada pelos chefes de estado, muito embora o projeto de declaração de S. Tomé a que o enviado especial de cadernos teve acesso falasse explicitamente em "pessoal combatente". Lembremos, a propósito, que guineenses e moçambicanos participaram ao lado dos efetivos militares do MPLA durante a segunda guerra de libertação de Angola e destacamentos das Fapla (Forças Armadas Populares de Angola) foram enviados para S. Tomé e Príncipe quando o governo desse país denunciou uma possível invasão de mercenários (mantém-se ainda naquelas ilhas um pequeno contingente de algumas centenas de efetivos angolanos).

#### Namíbia e "apartheid"

Ainda no que diz respeito à situação do Cone Sul do continente africano, os "cinco" reafirmaram o seu apoio à luta que o povo namibiano trava pela independência, sob o comando da Swapo, exigindo a imediata aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência daquele território.

Condenando energicamente o *apartheid* — que qualificou de "crime contra a humanidade" — a reunião de cúpula dos chefes de estado dos países africanos que utilizam o português como língua oficial solidarizou-se "com o povo sul-africano de todas as raças, dirigido pelo ANC" na luta contra esse sistema de discriminação racial e pelo estabelecimento da democracia. Nesse contexto, foi com emoção que o nome do líder histórico do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, condenado à prisão perpétua nos cárceres da África do Sul, foi evocado no final da leitura da

Declaração de S. Tomé pela ministra das Relações Exteriores de S. Tomé e Príncipe, Maria da Graça Amorim. A reunião aplaudiu a declaração do líder histórico do ANC feita ao povo sul-africano e divulgada no dia 11 de fevereiro passado, na qual Mandela rejeitava a oferta do regime de Pretória de pô-lo em liberdade desde que ele concordasse em abandonar a luta contra o *apartheid*.

Passados quase seis anos após a institucionalização da cooperação entre os "cinco" a nível de Estados (Primeira Reunião de Cúpula, Luanda, junho de 1979), a opinião expressa (ou subjacente) por um número representativo de membros das várias delegações é a de que a cooperação econômica não avançou tanto como se desejava. Nos discursos inaugurais de alguns chefes de estado, isso também era perceptível. O presidente santomense, Manuel Pinto da Costa, na sessão de abertura, afirmaria que a cooperação entre os "cinco" ainda não atingiu o "dinamismo necessário". O presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, falaria para apontar "metas modestas mas alcançáveis (...)". Por sua vez, Nino Vieira, da Guiné-Bissau, sublinhou a "necessidade de se redefinirem objetivos".

Segundo pudemos apurar junto a alguns delegados presentes à reunião ministerial preparatória da Reunião de Cúpula dos cinco chefes de estado, várias razões podem explicar os poucos progressos registrados no terreno da cooperação econômica: o precário estágio de desenvolvimento que cada um dos "cinco" iniciou com a independência (que, agora, vai completar dez anos); falta de quadros; crise econômica internacional com consequências gravíssimas no continente africano; a situação de guerra e instabilidade vivida em Angola e Moçambique, que obriga os dois países a canalizarem para a defesa e

segurança elevadíssimas somas dos orçamentos respectivos, em detrimento do desenvolvimento.

Deve-se acrescentar que nem todos os dirigentes compartilham da opinião de que se deverá dar prioridade absoluta a um esforço no terreno da cooperação econômica e financeira entre os cinco países. O mesmo não acontece a nível de cooperação política e diplomática e de ações localizadas (formação de quadros, informação, aproveitamento das estruturas existentes em cada um dos cinco, particularmente no âmbito da formação profissional e ensino etc.), onde existe unanimidade na necessidade do estreitamento dessas relações.

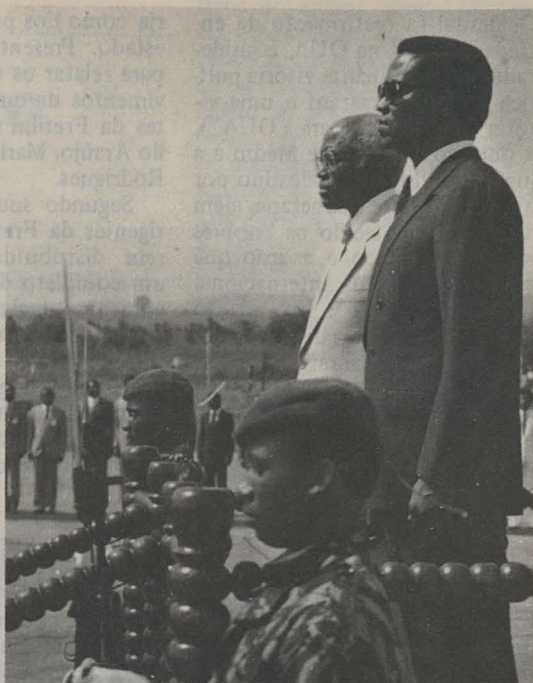
Enquanto uns defendem o interesse em continuar a dar passos concretos nessa cooperação (os guineenses encontram-se entre os que maior importância dão a essa integração, já que a Guiné-Bissau se encontra na área de língua francesa e sujeita a inevitáveis pressões para se inserir na Zona do Franco. Lembremos que o presidente Nino Vieira, em junho do ano passado, propôs a criação de uma Zona do Escudo entre Portugal e as suas ex-colônias, o que viria a suscitar algumas críticas entre os cinco), outros entendem que a dispersão geográfica dos "cinco" impede que essa cooperação se concretize com êxito e por isso se deverá privilegiar a integração econômica e financeira nos espaços regionais em que cada um dos países se insere, através das diferentes organizações criadas: a SADCC, na África Austral, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) ou a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEEAO).

#### Participação dos que executam

No entanto, apesar das dificuldades e divergências de pontos de vista quanto à exequibilidade da integração entre os "cinco",



Baptista da Silva



No aeroporto, o presidente moçambicano Samora Machel (à esq.) e o presidente caboverdiano, Aristides Pereira, recebidos pelo anfitrião, presidente Pinto da Costa (de óculos, à dir.)

a 5ª Reunião de Cúpula dos chefes de estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe defendeu e aprovou "a intensificação da cooperação econômica, o incremento das trocas comerciais, a utilização conjunta dos meios de transporte e o prosseguimento dos estudos que levem à criação de uma instituição financeira comum" aos seus países.

Um membro da delegação moçambicana chamava-nos a atenção para um ponto inserido na declaração final da reunião de cúpula e cuja leitura havia passado praticamente despercebida. Trata-se do "apelo à participação dos organismos e operadores" dos "cinco" na execução prática desse relacionamento econômico. Segundo o que esse delegado confidenciou a **cadernos**, muitas vezes as ações eram discutidas e aprovadas nos altos escalões do Estado mas sem que aqueles que as executam intervissem na discussão da aplicabilidade dessas

ações: a nível, por exemplo, das companhias aéreas.

Esse delegado dizia-nos, com ironia, que "desejamos a cooperação entre os nossos países no campo da aviação civil, mas muitas vezes os diretores das companhias aéreas não se conhecem". Com essa medida, pretende-se que as tomadas de decisões entre os "cinco", depois de aprovadas, não fiquem esquecidas à espera da próxima reunião de cúpula. Por exemplo, na reunião a nível da subcomissão do Comércio, que se realizará este ano em Maputo, já se pretende que os operadores comerciais e mesmo os de transportes estejam presentes às discussões.

No campo das ações concretas, a 5ª Reunião de Cúpula aprovou um conjunto de quatro acordos: de cooperação consular, de supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, um acordo de marinha mercante e um outro de cooperação cultural, técnica e científica. Além

desses acordos — os primeiros assinados pelos "cinco" —, outros dois de caráter bilateral viriam a ser assinados por ocasião desta 5ª Reunião: os acordos de comércio entre Moçambique e a Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe.

#### Timor Leste: solidariedade reafirmada

Os grandes problemas e conflitos que afetam a África, o Terceiro Mundo e a comunidade internacional no seu conjunto voltaram a merecer a análise e reflexão dos presidentes José Eduardo dos Santos (Angola), Aristides Pereira (Cabo Verde), Nino Vieira (Guiné-Bissau), Samora Machel (Moçambique) e Manuel Pinto da Costa (São Tomé e Príncipe). Entre essas questões, a declaração final da reunião se refere, nomeadamente, ao Chade (apelou-se às partes envolvidas para o estabelecimento do diálogo sem interferências externas), ao Saara

Ocidental (a reafirmação da entrada da Rasd na OUA, considerada uma "brilhante vitória política do povo saaraui e uma vitória maior ainda para a OUA"), à questão do Oriente Médio e à justa luta do povo palestino por uma pátria livre e soberana, além de terem enaltecido os "nobres ideais da Unesco e a ação que essa organização internacional tem empreendido". Em relação à Unesco, os chefes de estado dos "cinco" lamentaram "a intenção ou decisão de alguns países de se retirarem da organização, prejudicando a sua universalidade", numa clara alusão aos Estados Unidos, Grã-Bretanha e alguns outros países ocidentais.

A questão de Timor Leste e o genocídio que sofre o povo daquela ex-colônia portuguesa no Extremo Oriente mereceram, uma vez mais, a exemplo das reuniões anteriores, uma atenção especial tanto por parte da conferência ministerial preparató-

ria como dos próprios chefes de estado. Presentes em S. Tomé para relatar os últimos desenvolvimentos da questão, os dirigentes da Fretilin no exterior, Abílio Araújo, Mari Alkatiri e Roque Rodrigues.

Segundo soubemos, esses dirigentes da Fretilin, além de terem distribuído às delegações um completo dossiê com os documentos mais recentes recebidos clandestinamente do interior de Timor Leste, teriam apresentado a gravação de uma mensagem do atual líder da Fretilin e comandante militar da luta de resistência do povo maubere contra a ocupação indonésia, Xanana Gusmão, à 5ª Reunião de Cúpula dos "cinco", fato inédito e de enorme significado político. A mensagem confirma que os canais de comunicação da Fretilin entre o interior e o exterior continuam ativos e operacionais.

Em relação a Timor Leste, os

"cinco" concordaram em lembrar a Portugal, mais uma vez, as suas responsabilidades como potência administrante, reafirmaram o apoio ao plano de paz da Fretilin e à política de unidade nacional por ela encetada e decidiram apoiar a Conferência Internacional de Solidariedade com o Povo de Timor Leste, a se realizar ainda este ano, provavelmente na capital portuguesa.

A próxima Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado dos "cinco", a 6ª, foi marcada para a capital angolana, ainda este ano. Luanda, aliás, durante 1985, será palco de reuniões da maior importância política: a de cúpula da SADCC está marcada para julho próximo. Segue-se a reunião dos ministros das Relações Exteriores do Movimento dos Países Não-Alinhados (setembro), prevendo-se para dezembro a realização do 2º Congresso do MPLA — Partido do Trabalho. (Baptista da Silva)

## BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL  
de difusão  
para o exterior  
da Frente Sandinista  
de Libertação Nacional  
— FSLN



## Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 10.000,00  
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 20.000,00

Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

Estou remetendo  vale postal  cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura  trimestral  semestral do Semanário *Barricada Internacional*.



# As tensões dentro do governo Biya

Dois anos e meio depois de ter assumido o poder, o presidente Paul Biya ainda não conseguiu eliminar totalmente a influência de seu antecessor, Ahmadou Ahidjo

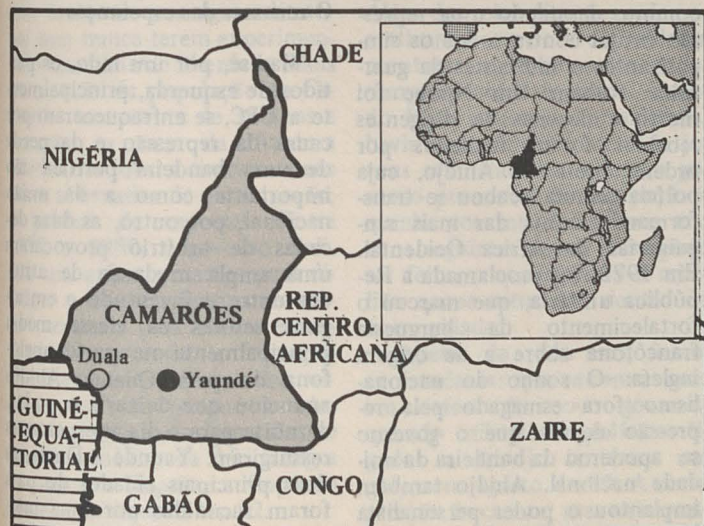
Carlos Castilho

Em abril de 1984, depois de uma fracassada tentativa de golpe que deixou um saldo de 500 mortos, o presidente Paul Biya anunciou que a derrota dos conspiradores apoiados pelo ex-presidente Ahmadou Ahidjo marcaria um rompimento completo com o regime ditatorial que vigorou na República dos Camarões durante 22 anos. Um ano depois, as enormes esperanças alimentadas pelos partidos de esquerda não foram materializadas. O esforço do governo para criar uma imagem reformista esbarrou na manutenção de polí-



J.C. Francolon/Gamma

Biya: democracia difícil



ticos do antigo regime em postos oficiais e no continuísmo de velhas práticas econômicas. O resultado foi um ceticismo generalizado da maior parte da população, que esperava muito mais do presidente que chegou inesperadamente ao poder em 1982 (ver *Guia do 3º Mundo* 84/85, p. 105).

Paul Biya, 51 anos, um advogado católico pertencente ao grupo étnico *beti*, foi um discreto primeiro-ministro durante os últimos anos de governo de Ahmadou Ahidjo. Em 1982, Ahidjo, político ambicioso de origem islâmica, nascido no norte dos Camarões, renunciou inesperadamente à presidência sem que até agora a sua saída do poder após duas décadas de autoritarismo tenha sido esclarecida. Oficialmente, ele anunciou a sua retirada como o passo inicial para a normalização institucional do país. Mas a hipótese mais provável é que Ahidjo tenha decidido se afastar depois de um exame médico em Paris onde foi diagnosticado que sofria de câncer. Para cuidar de sua saúde, ele aparentemente resolveu passar o poder ao discreto Biya, mantendo no entanto a presidência do partido único União Nacional do Camarões (UNC) e o controle de todo o dispositivo militar do país.

Ainda segundo versões não-oficiais, meses depois, o diagnóstico foi alterado, pois os médicos constataram que o câncer não era incurável. Simultaneamente, Paul Biya havia começado a também discretamente ir colocando homens de sua confiança pessoal nos postos-chaves do governo. E não demorou muito para que surgisse um conflito entre os dois. Ahidjo queria continuar controlando o governo da mesma forma como o fizera desde a independência em 1960, com o apoio do exército e da influente burguesia islâmica do norte. Paul Biya, por seu lado, se mostrou sensível

terceiro mundo - 63

às pressões dos setores intelectuais, dos produtores e empresários do sul, notadamente os instalados na antiga parte inglesa de Camarões. O conflito azedou as relações entre os dois e deflagrou, a partir de 1983, um período de tensão, que em abril do ano passado esteve muito perto de romper a unidade nacional mantida a ferro e fogo por Ahidjo.

### A luta pela unidade

As duas décadas de autoritarismo e arbítrio, bem como a ampla mobilização popular a favor da redemocratização têm antecedentes históricos bem definidos em Camarões. No período colonial, o país foi dominado por nada menos do que três potências européias. Primeiro foi a Alemanha, depois a França e a Inglaterra. Os franceses se estabeleceram na parte norte e na região oriental. Os ingleses no sul, fazendo com que o país, até hoje, use duas línguas européias como oficiais, além de grupos que ainda falam alemão, e as 250 línguas ou dialetos africanos. Camarões foi também a única das ex-colônias francesas na África negra em que a independência foi antecedida por uma guerrilha nacionalista.

A União das Populações de Camarões (UPC) começou a guerra contra os colonos europeus em 1948, quando um grupo de nacionalistas, liderados pelo funcionário autodidata Ruben Um Nyobe, divulgaram um manifesto afirmando que o país não era uma colônia e sim um território ocupado ilegalmente pela França, que recebera da ONU um mandato provisório de tutela. Os membros da UPC acharam que era necessário criar uma situação revolucionária, igual à existente na época no Vietnã e na Argélia, para obrigar a ONU a forçar os franceses a negociar a independência. A guerra foi violenta, mas os cálculos políti-

cos de Ruben Um Nyobe não deram certo. As Nações Unidas foram impotentes, e a França reprimiu violentamente a rebelião. A tal ponto que os principais quadros da UPC foram obrigados, com o correr dos anos, a se refugiar na parte inglesa de Camarões.

A guerrilha continuou até 1960, quando a burguesia nativa, surgida à sombra da presença francesa, resolveu fundar a União Nacional de Camarões, reunindo a elite empresarial de origem islâmica, cujo líder era Ahmadou Ahidjo. Logo em seguida, a França deu a independência, sendo acompanhada pouco depois pela Inglaterra. Em 1961, as duas ex-potências coloniais e seus aliados locais promoveram um plebiscito que aprovou a união da parte inglesa e da parte francesa formando uma república federativa. Este era o sonho de todos os militantes da UPC, que no entanto foram não só marginalizados da união nacional como se transformaram no grande bode-expiatório da aliança entre as burguesias francófona e anglófona.

Para consolidarem sua fatia de poder, as duas burguesias fizeram da UPC seu inimigo comum, desatando uma repressão brutal contra todos os simpatizantes e militantes da guerrilha. Ruben Um Nyobe foi morto e dezenas de dirigentes rebeldes foram fuzilados por ordem direta de Ahidjo, cuja polícia secreta acabou se transformando numa das mais sanguinárias da África Ocidental. Em 1972, foi proclamada a República unitária, que marcou o fortalecimento da burguesia francófona sobre a de origem inglesa. O sonho do nacionalismo fora esmagado pela repressão depois que o governo se apoderou da bandeira da unidade nacional. Ahidjo também implantou o poder personalista baseado na submissão de chefes

regionais dispostos a tudo para usufruírem as vantagens da proteção oficial. O resultado é que Camarões passou a ser apresentada no ocidente como um modelo de estabilidade, numa propaganda destinada a atrair investimentos estrangeiros.

Politicamente, a UNC se transformou num virtual partido único e todos os que se opusessem a ela eram classificados de traidores porque passavam a ser suspeitos de atentar contra a unidade nacional. Em várias partes do país surgiram sinistras prisões onde os detidos simplesmente desapareciam de circulação. Nas penitenciárias de Yoko, na região central; em Rocholliré, no norte; e em Kondengui, no sul, os detidos recebiam apenas uma refeição por dia, composta de milho ou mandioca. Houve também o caso de 200 estudantes capturados quando distribuíam panfletos a favor do multipartidarismo e que ficaram presos sem julgamento, de 1976 até 1982. Os casos de tortura mereceram várias denúncias da Anistia Internacional que culpou a tristemente célebre Brigada Móvel pela maior parte das arbitrariedades e assassinatos contra membros da oposição.

### O renascer das esperanças

Mas se, por um lado, os partidos de esquerda, principalmente a UPC, se enfraqueceram por causa da repressão e da perda de uma bandeira política tão importante como a da união nacional, por outro, as duas décadas de arbítrio provocaram uma ampla mudança de atitudes entre a juventude e em alguns setores da classe média principalmente na parte anglófona do país. Quando Ahidjo anunciou que deixaria o poder, da noite para o dia as esperanças ressurgiram. Yaundé e Duala, as duas principais cidades do país foram sacudidas por uma inesperada rearticulação de políti-



A extrema dependência das exportações acarretou o aumento da especulação financeira

cos, movimentos civis e organizações sindicais. Para muitos que viveram durante anos sufocados pela opressiva presença das forças de repressão e pelo arbítrio do governo, as mudanças redemocratizantes pareciam estar repentinamente ao alcance da mão.

O setor que mais rapidamente passou à ofensiva política foi o dos estudantes, que em sua maioria nasceram depois da rebelião de Ruben Um Nyobe e que cresceram dentro de um regime ditatorial sem nunca terem experimentado um clima de liberdade. Mais da metade da população de Camarões tem menos de 35 anos e durante os anos da ditadura Ahidjo, os jovens tiveram como única alternativa de participação, a prática de esportes. Entre 1972 e 1980, o governo realizou um esforço maciço para divulgar o futebol, destinando verbas enormes para clubes e universidades visando a formação de atletas. O esforço deu algum resultado porque a seleção de futebol de Camarões se tornou a melhor da África negra e chegou a disputar a Copa do Mundo da Espanha em 82.

Mas o esporte foi colocado ra-

pidamente num segundo lugar, depois que Paul Biya assumiu o poder, quando os grupos estudantis e universitários, animados pela pregação reformista de intelectuais como Marcién Towa e Jean Marc Ela, passaram a exigir abertamente mudanças estruturais. A luta pela abertura política uniu desde os grupos de tendência marxista ligados à Unek (União Nacional dos Estudantes de Camarões) até a Juventude Estudantil Católica. Além das reivindicações redemocratizantes, um outro problema acentuou a mobilização: o desemprego entre os jovens. Quando Biya assumiu a presidência, havia um milhão e meio de jovens sem trabalho. O novo governo prometeu dar ocupação a quinhentos mil deles, mas nos anos seguintes pouca coisa pôde ser feita, o que agravou a rebelião quase estrutural dentro da universidade.

Apesar de tudo isso, foram os estudantes que saíram às ruas em defesa do novo governo, quando militares e políticos ligados a Ahidjo tentaram um golpe em agosto de 83. A conspiração fracassou, mas as sementes da desestabilização não fo-

ram eliminadas. Biya continuou insistindo em evitar mudanças drásticas tanto no governo como no partido oficial, a UNC. O sistema econômico continuou intocado e a extrema dependência do país em relação às exportações teve como consequência imediata o aumento da especulação financeira, em vez do fortalecimento dos investimentos produtivos, especialmente na área da agricultura para consumo interno.

A nova desilusão dos setores reformistas aconteceu em janeiro de 84, quando Paul Biya resolveu realizar eleições presidenciais antecipadas na tentativa de consolidar o seu poder, face às ameaças dos saudosistas da era Ahidjo. Dividida de alto a baixo entre simpatizantes e críticos do novo regime, a UNC quase não participou da campanha eleitoral, que se resumiu na promoção personalista de Paul Biya, ao mesmo tempo em que o governo tentava exorcizar a direita condenando à morte o ex-presidente Ahidjo, acusado de organizar o fracassado golpe de agosto de 1983. A condenação teve efeito mais psicológico do que prático porque o ex-presidente



Jolival Espina

As rivalidades étnicas entre o norte e o sul do país criam impasses para a unidade nacional

já havia fugido para a França desde julho de 83.

#### O ceticismo

O culto da personalidade de Biya durante a campanha irritou a esquerda que viu no episódio uma triste lembrança das cinco vezes em que Ahidjo se reelegeu usando o mesmo sistema. O resultado foi amplamente favorável ao novo presidente, como era esperado, mas ele saiu desgastado da campanha. As dificuldades impostas ao retorno dos exilados perseguidos por Ahidjo, bem como a recusa em reconhecer o papel pioneiro de Ruben Um Nyobe na luta pela independência, fizeram com que os setores de esquerda continuassem desconfiados.

Por isso, em abril do ano passado, quando uma coluna de tanques tentou ocupar o palácio presidencial de madrugada, não houve a mesma mobilização estudantil de agosto de 83. O golpe foi dominado mais por fraqueza e vacilação dos conspiradores do que propriamente pela força do apoio popular a Biya. Foi um ato de desespero da outrora todo-poderosa Guarda Presidencial, formada basicamente por militares de origem

muçulmana, do norte de Camarões e que tinham uma existência confortável desde o período Ahidjo. Todos os chefes da conspiração eram homens de confiança do ex-presidente, que a essa altura já havia sido anistiado da condenação à morte.

A tentativa de golpe e os sangrentos conflitos que ocorreram durante as 24 horas seguintes deixaram no ar inquietantes dúvidas sobre a solidez do dispositivo político-militar de Paul Biya. O presidente anunciou, logo depois da nova tentativa golpista, uma profunda reorganização dos quadros administrativos e militares, com o objetivo de aumentar a sua vinculação com as bases do poder e ter assim contato direto com tudo o que estivesse acontecendo. Mas, nas semanas seguintes, as mudanças aconteceram num ritmo muito lento e em geral beneficiaram chefes políticos pertencentes à etnia *beti*, a mesma de Biya. Muitos dos novos integrantes do segundo e terceiro escalões do governo são considerados inexperientes ou tiveram laços evidentes com o antigo regime. A alta direção da UNC também foi modificada, mas os novos membros não conseguiram fortalecer a tendência a um rompi-

mento radical com o passado.

Para reduzir o peso político da região norte, poderosa durante a era Ahidjo, Biya criou novas províncias, o que teve como consequência imediata o surgimento de reclamações contra uma hipotética "ascensão étnica dos grupos sulistas". O certo é que aos poucos começaram a surgir nos meios políticos de Yaundé comentários sobre a conduta do presidente, que, segundo alguns círculos, estaria mostrando muita vacilação diante de acontecimentos cruciais. Muitas dessas afirmações correm por conta da boataria, mas é evidente que a partir do final do ano passado começaram a crescer as pressões exercidas por interesses antagônicos tanto dentro do governo como da UNC.

#### O vazio político

O fenômeno mais inquietante é o ressurgimento das divergências entre grupos étnicos, e uma ainda velada nova rivalidade entre a parte francófona e a anglófona em Camarões. O enfraquecimento da UNC passou a ser notório no momento em que a velha cúpula do partido, quase toda ela comprometida com o período ditatorial, agarrou-se aos postos de direção. Os novos tecnocratas nomeados por Biya para postos governamentais carecem de bases políticas próprias, e os setores mais jovens preferem não se vincular diretamente com uma estrutura historicamente ligada ao período Ahidjo.

A realidade é que Paul Biya no momento governa praticamente sem partido, apesar dos esforços feitos pelo presidente para revitalizar a UNC no 5º congresso da organização. Fora da UNC, o quadro também é bastante difícil. A UPC realizou há pouco um congresso clandestino em Camarões no qual abandonou parte de sua plataforma política radical da época da guerrilha de Nyobe, passando a adotar

uma postura mais flexível. Mas, apesar do papel histórico do partido na luta pela independência, ele tem poucos quadros vinculados diretamente às bases. Os longos anos de repressão castigaram duramente os políticos mais veteranos, enquanto a maioria dos mais jovens foi obrigada a se exilar. Desde 1982, a UPC faz um enorme esforço para reassumir a liderança do movimento a favor de mudanças estruturais profundas e de uma clara opção socialista.

Outro movimento de esquerda, a Organização Camaronense para a Liberdade e Democracia (OCLD) também sofre problemas idênticos, enquanto o centrista Movimento Camaronense pela Democracia e Progresso (MCDP) praticamente está inativo, depois que seu líder, Abel Eyinga, voltou do exílio e trocou a militância política por uma clínica médica. As demais organizações têm suas raízes na comunidade de exilados, principalmente na França. Entre elas, se encontram o Coletivo dos Grupos de Reflexão, o Partido Democrata Camaronense, o Coletivo Horizonte 85 e o Movimento pela Democracia Popular. Eles ainda têm uma situação dúbia porque não houve até agora uma anistia geral para todos os exilados, o que dificulta o esforço para estabelecer bases populares próprias.

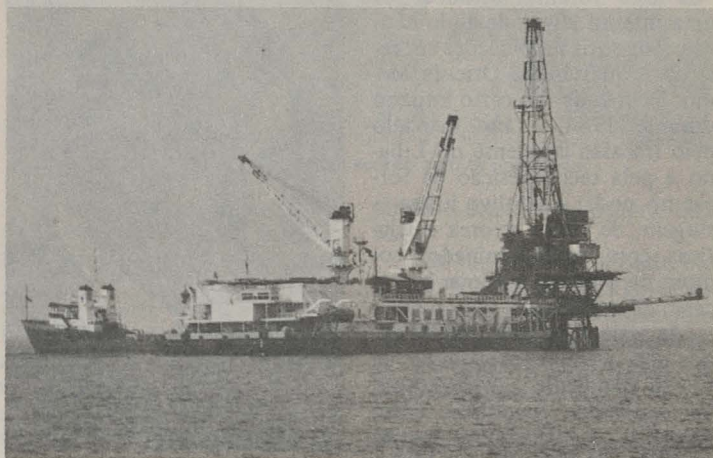
### O problema econômico

A esse quadro se acrescenta a inquietação dos empresários da parte meridional e ocidental de Camarões, onde está concentrada a maior parte dos oito milhões de habitantes de camaronenses anglófonos. A região sempre foi discriminada no período Ahidjo, mas ganhou importância econômica a partir do final da década de 70, quando foram descobertas grandes jazidas de petróleo, perto da fronteira com a Nigéria. A empresa estatal petrolífera

SNH (*Société Nationale des Hydrocarbures*) continua a ser administrada diretamente pelo presidente da República, que centraliza as decisões. No final do ano passado, uma missão de alto nível do governo camaronense esteve na Inglaterra tentando neutralizar as reclamações dos empresários anglófonos bem como buscar novos investimentos estrangeiros para Camarões.

O esforço para obter novos investimentos tornou-se necessário depois que surgiram indícios de enfraquecimento das exportações de petróleo, responsáveis

Esse modelo, segundo os meios bancários, tem que ser mais liberal em relação ao capital externo, com maiores facilidades para as empresas petrolíferas e maiores vantagens para investidores estrangeiros, além de rígidas medidas para reduzir o número de funcionários públicos e desativar empresas estatais consideradas improdutivas. Tudo isso segue o receituário clássico do FMI, e mais uma vez entra em choque com as aspirações de boa parcela da população de Camarões que esperava por dias melhores com o fim da ditadura.



O petróleo é o responsável pela relativa estabilidade econômica de Camarões

até agora pela relativa estabilidade da economia do país. A dívida externa é pequena para os padrões africanos, mas há uma tendência para aumentar na medida em que os principais produtos de exportação, como cacau, café e algodão, estão com seus preços em baixa no mercado mundial. Ao mesmo tempo, a produção interna de alimentos básicos caiu, tornando necessária a importação. Nos meios econômicos de Duala, a capital financeira do país, existe a impressão de que os "bons tempos" estão com seus dias contados e que uma crise só poderá ser evitada a curto prazo se o presidente Biya adotar um novo modelo econômico.

A soma de todos esses fatores indica que o país está no meio de uma fase crítica. Biya tenta manter-se no governo sem fazer mudanças radicais, mas ao mesmo tempo alterando suas bases de poder para não ter que enfrentar uma terceira conspiração golpista. É uma fase de estudos, onde qualquer imprevidência política pode ter consequências trágicas. Apesar do ceticismo dos movimentos populares e partidos de esquerda, eles ainda acham prematura qualquer hostilidade frontal ao regime. Mas há um clima de expectativa no ar em Yaundé, porque muita gente acredita que o tempo está correndo contra Paul Biya. ●

# Em busca da negociação

Diferentes propostas procuram reiniciar o diálogo sobre a crise regional, que se achava num impasse desde a invasão do Líbano

Os três primeiros meses de 1985 foram marcados por uma intensa atividade diplomática e por sutis negociações em relação à questão do Oriente Médio. Depois de um certo impasse durante 1984 — ano marcado pelo fracasso israelense no Líbano e pela recomposição de forças no poder executivo judeu — surgem, de vários setores, iniciativas com o denominador comum de procurar retomar o processo de negociação.

As visitas de Hosni Mubarak, dos reis Fahd e Hussein, e de Chadli Bendjedid a Washington, os repetidos encontros entre Arafat e o rei Hussein e as conversações de Hussein com Mubarak, são alguns exemplos da movimentação no lado árabe. Mas os israelenses também estão circulando por diferentes capitais, como demonstra a visita oficial do primeiro-ministro Shimon Peres à Itália e seu encontro no Vaticano com o papa João Paulo 2º, além de suas conversações com o presidente Ceaucescu, da Romênia, único país socialista europeu que mantém relações diplomáticas com o Estado judeu.

Nesse contexto, é importante citar o reinício das negociações entre Estados Unidos e União Soviética sobre a crise do Oriente Médio, em fevereiro passado, na capital austríaca. Pela primeira vez nos últimos sete anos, se concretiza uma reunião de alto nível entre ambas as superpo-



O presidente Hosni Mubarak

tências para analisar a questão do Levante. Em Viena, dialogaram o subsecretário de Estado para o Oriente Médio, Richard Murphy, e seu homólogo soviético, Wladimir Poliakov.

De todas essas reuniões surgiram algumas propostas concretas. Há diferenças entre elas, mas o fato de que todas apontem a necessidade de reiniciar um diálogo já é sintomático. Resta ver se é possível chegar a um acordo básico: quem deve estar presente nessa negociação.

Hosni Mubarak, presidente do Egito, pouco antes de ir a Washington no início de março passado, lançou no ar uma proposta: que se reunissem, nos Estados Unidos, representantes do gover-

no de Israel e uma delegação conjunta jordaniano-palestina para preparar uma futura conversação direta entre todos os envolvidos no processo de paz.

“A União Soviética está dialogando com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Por que os Estados Unidos não poderiam também agir assim?”, alegou o presidente egípcio. “Por que não conversar diretamente com os palestinos para saber o que eles pensam?”

O presidente Mubarak se acha com autoridade para fazer uma proposta como essa, baseado no fato de que até a ocupação israelense de 1967, a Faixa de Gaza estava sob jurisdição do Egito, assim como a Jordânia era responsável pela Cisjordânia (segundo decisão da ONU por ocasião da partilha da Palestina). “Por essa razão, estamos envolvidos no processo de paz, junto com os palestinos”, afirma.

Sua iniciativa não teve eco em seus interlocutores norte-americanos. O presidente Ronald Reagan rejeitou todas as suas propostas, alegando que os árabes teriam que se entender diretamente com Israel. A negativa foi interpretada como expressão da intransigência de Washington em relação à OLP.

O ponto de partida da proposta egípcia foi a decisão adotada pelo governo jordaniano e pela Organização para a Libertação da Palestina em fevereiro

passado no sentido de "agir de comum acordo para buscar uma solução pacífica e justa para a questão do Oriente Médio e pôr fim à ocupação israelense nos territórios da Cisjordânia e Gaza e no setor oriental da cidade de Jerusalém". O acordo jordaniano-palestino introduz o conceito de "trocar a terra pela paz", dentro do espírito das resoluções da ONU e do Conselho de Segurança. Seriam iniciadas negociações de paz no contexto de uma conferência internacional à qual compareceriam os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (União Soviética, Estados Unidos, China, Grã-Bretanha e França) e todas as partes envolvidas no conflito, inclusive a OLP, que faria parte da delegação mista jordaniano-palestina.

#### A representação palestina

Tanto a proposta de Mubarak como a estabelecida nos acordos entre a Jordânia e a OLP definem claramente que quem deve negociar pelos palestinos são eles próprios, sem intermediários ou representantes. E mais ainda: definem inequivocamente que os palestinos serão representados pela OLP. A diferença está nos demais protagonistas e no âmbito em que se desenvolveriam as conversações. Na proposta egípcia, o diálogo se limitaria, em uma primeira etapa, aos representantes dos Estados Unidos, Israel e uma delegação jordaniano-palestina. Já no acordo assinado pelo rei Hussein e Yasser Arafat, convoca-se a presença dos membros do Conselho de Segurança e dos protagonistas diretos do conflito. A proposta egípcia sugere conversações preliminares em Washington; o acordo firmado em Amã exorta à realização de uma conferência internacional.

Em um primeiro momento, ambas as propostas criaram resistências em alguns grupos palestinos e foram recebidas com



Hussein: agir de comum acordo com os palestinos

reservas por parte de alguns governos árabes. Porém, não passou despercebido nos círculos políticos e diplomáticos regionais que, pela primeira vez, o Egito e a Jordânia definem claramente que não há mais porta-vozes do ponto de vista palestino a não ser os próprios palestinos. E que o problema não pode ser tratado com qualquer palestino, por mais mérito que ele tenha, mas com aqueles designados pela OLP.

Essa postura acaba com as expectativas norte-americanas e israelenses de poderem levar adiante um diálogo com aqueles que eles chamam de "palestinos moderados", não pertencentes à OLP.

Nos Acordos de Campo David, firmados pelo governo do Cairo, como nas iniciativas jordanianas promovidas pelo monarca hachemita até há pouco tempo atrás, não só não aparecia sequer uma menção à necessidade da presença da OLP, como ambos os países assumiam a representação dos palestinos, negociando por eles e deixando-os, na prática, sem voz nem voto e sem

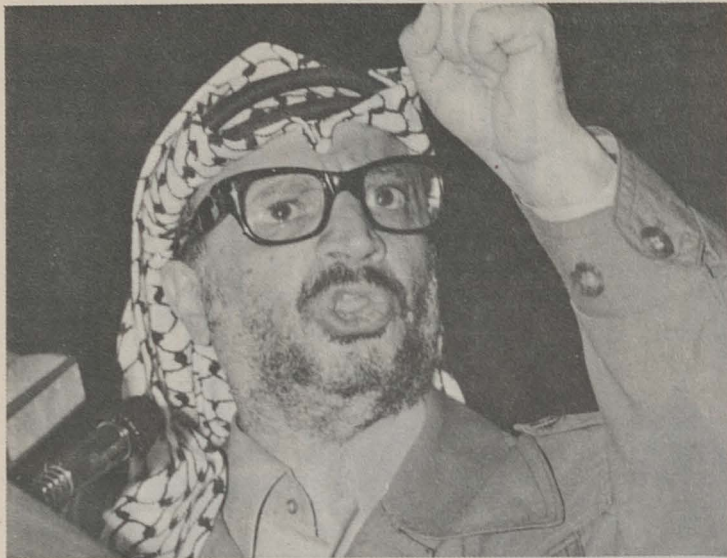
direito a discutir seu próprio destino.

Essa mudança de atitude em relação à OLP de dois governos árabes moderados com um peso chave na negociação é considerada um aspecto significativo da nova conjuntura.

#### O "jogo de cintura" de Arafat

Quando foram conhecidas as cláusulas do acordo jordaniano-palestino assinado em princípios de fevereiro passado, houve grupos da OLP que manifestaram sua discordância e chegaram inclusive a condená-lo.

Mais uma vez, questionavam as atitudes assumidas por Arafat, ficando pé na necessidade de manter uma posição intransigente em relação a Israel. A maior parte das críticas se centralizavam, justamente, na aceitação, implícita no acordo de Amã, da existência do Estado de Israel, caso as autoridades judaicas retirassem suas forças dos territórios ocupados, para ali declarar o Estado palestino (confederado com a Jordânia, em uma primeira etapa, segundo o recente acor-



Arafat: "Lutemos pelos direitos do nosso povo"

do). Isto é, uma aceitação implícita da Resolução 242 da ONU.

Mas a corajosa atitude adotada por Arafat, ao assinar o acordo com o rei Hussein, já estava esboçada no discurso do presidente da OLP na abertura da 17ª reunião do Conselho Nacional Palestino, realizada em Amã no final do ano passado, e que contou com a aprovação dos participantes do encontro. "Não é uma decisão que possa ter surpreendido ninguém, pois todas as articulações políticas dos últimos meses estavam sendo orientadas nesse sentido", lembra um dirigente palestino ligado a Arafat.

"Desde nossa saída de Trípoli (Líbano), ...temos encontrado uma profunda compreensão e contínuo apoio por parte do rei Hussein e do povo jordaniano. Por isso, temos agido no sentido de estreitar as relações palestino-jordanianas como forma de implementar as resoluções da última sessão do Conselho Nacional Palestino, no sentido de criar uma relação confederada entre nós e a Jordânia", afirmara Arafat naquela ocasião. "Lutemos juntos - acrescentara - para al-

cançar uma paz duradoura, baseada na nossa pátria libertada e no respeito aos direitos inalienáveis de nosso povo, ao nosso direito a um Estado independente em nossa Palestina, com Jerusalém como sua capital, declarando nossa aceitação das resoluções internacionais, como base para nossos movimentos políticos (...)".

Essa menção ao respeito pelos acordos internacionais é uma forma indireta de aceitar a partilha da Palestina em dois Estados independentes que possam coexistir, o que em outras palavras significa reconhecer o Estado de Israel. E foram pronunciadas por Arafat no Congresso Nacional Palestino em dezembro passado. O que o acordo jordaniano-palestino fez, foi transformar essa posição já assumida verbalmente pelo presidente da OLP em uma proposta concreta de negociação.

Nela definiu-se, como primeiro passo, depois da necessária retirada das tropas israelenses, a proclamação de um Estado confederado palestino-jordaniano como etapa anterior ao Estado palestino independente.

Observadores diplomáticos consideram que na iniciativa que

Arafat adotou em Amã pesou o desejo manifesto das populações palestinas dos territórios ocupados em procurar soluções concretas para a sua difícil situação, e para sair do impasse criado com a retirada da OLP do Líbano e a dispersão por vários países árabes de uma boa parte de suas forças militares.

Em uma entrevista concedida em janeiro à revista kuaitiana *Al Mayalees*, Arafat tinha assinalado que uma das metas para este ano é "fortalecer a capacidade de resistência dentro dos territórios ocupados". E paralelamente tinha ressaltado as dificuldades que sobreviriam nessa "adversa conjuntura" do Oriente Médio, com a continuação da guerra Irã-Iraque, e o isolamento do Egito do mundo árabe.

Com a proposta jordaniano-palestina, Arafat e Hussein deixaram agora a iniciativa nas mãos dos norte-americanos e israelenses. Tanto uns como outros têm justificado toda sua política em relação à OLP - à qual negam qualquer representatividade - na suposta negativa dos palestinos em aceitarem a existência do Estado de Israel.

Em uma entrevista concedida à revista *Newsweek* em fevereiro passado, o primeiro-ministro israelense Shimon Peres lembrava que o rei Hussein havia exortado o Conselho Nacional Palestino (reunido em dezembro passado) a buscar a paz no contexto da Resolução 242 das Nações Unidas. "Agora o rei Hussein está à espera de uma resposta de Yasser Arafat. Não tem nada que esperar. A resposta de Arafat será evasiva ou negativa", afirma o primeiro-ministro (*Newsweek*, 18.02.85).

Já que a previsão de Peres estava equivocada e poucos dias depois de suas declarações se concretizava o acordo entre o rei Hussein e Arafat, que passos Israel dará daqui por diante?

Yitzhak Shamir foi o primeiro a responder. "Penso que a ini-



ciativa jordaniano-palestina tende mais a obter o reconhecimento da OLP por parte dos Estados Unidos do que a promover uma paz verdadeira”, afirmou o chanceler israelense, consultado a respeito.

O problema é que o acordo talvez tenha apanhado de surpresa várias das autoridades israelenses. Nos círculos árabes, prevê-se que esse fato consumado possa gerar divergências profundas no seio da coalizão entre o Partido Trabalhista e o *Likud*, ameaçando a estabilidade do governo de Jerusalém. Shimon Peres afirmou em Telavive, ao voltar da viagem que o levou à Itália e à Romênia, que “Israel não aceita a participação de membros da OLP” nas negociações de paz. Mas há indícios de que nas bases de seu partido e em outros setores sociais importantes haveria uma abertura maior e uma flexibilização das posturas anteriores, o que não acontece no *Likud*.

Israel enfrenta atualmente o problema do Líbano, onde a resistência árabe, particularmente dos xiitas, está infligindo sérias baixas a suas tropas. Embora o governo israelense não aceite publicamente que esses reveses possam levá-lo a alterar seu calendário de retirada (que prevê uma evacuação progressiva das tropas, que se completaria em setembro próximo) é notório que esse tema é o centro das preocupações da administração Peres.

#### A atitude norte-americana

Os Estados Unidos se mostraram reticentes em fazer qualquer comentário otimista em relação à iniciativa jordaniano-palestina, considerando “premature” se envolver na questão. No entanto, Washington não pode negar agora que sua estratégia sempre foi apresentar a Resolução 242 da ONU como a chave para a solução da crise do Oriente Médio. Justamente em um gesto de boa



Tropas israelenses se retiram do Líbano: uma guerra fracassada que constitui hoje a principal preocupação...

vontade, que foi interpretado como o desejo de Washington de iniciar uma reaproximação com a Síria, o porta-voz do Departamento de Estado, Bernard Kalb, afirmou a meados de fevereiro — depois da assinatura dos acordos entre Arafat e Hussein — que a aplicação da Resolução 242 das Nações Unidas (que pede a restituição dos territórios ocupados por Israel em troca do seu reconhecimento pelos países árabes) não se refere apenas à Cisjordânia e Gaza, mas também às colinas de Golã. Os Estados Unidos, já em 1981, haviam condenado a ocupação do território sírio do Golã, mas nenhuma atitude concreta foi tomada depois de aprovar essa declaração.

É difícil prever que rumo tomarão os acontecimentos no Oriente Médio nos próximos meses. A intensificação da guerra entre o Irã e o Iraque e o aguçamento do conflito no sul do Líbano são duas incógnitas que podem mudar a configuração do tabuleiro — e a curto prazo. Mas a atividade diplomática desses últi-



...do governo de Shimon Peres

mos meses e a primeira pedra de negociação lançada no debate internacional pelos jordanianos e palestinos levam a pensar que podemos estar ingressando em uma etapa de diálogos multilaterais. A flexibilidade de cada uma das partes e o empenho real de cada um em buscar os caminhos da paz determinarão até onde se poderá avançar. (Beatriz Bissio)●

Ásia

Índia

## Bhopal: lições de uma tragédia

O vazamento de isocianato de metila da fábrica da Union Carbide deixa transparecer os riscos de uma industrialização "a qualquer preço", onde a população carente é "carne de canhão"

Claude Alvares



Manendra Singh/Sipa

Os processos movidos contra a Union Carbide parecem ter sido relegados a segundo plano

A fábrica de pesticidas da Union Carbide em Bhopal, cenário da espantosa tragédia de dezembro último, está hoje fechada. Afora isso, tudo voltou rapidamente à rotina de sempre na cidade e no resto do país. Os que haviam abandonado a cidade (alguns levando suas cabeças de gado), logo retornaram. Os cientistas indianos que fiscalizaram a utilização do resto de isocianato de metila (MIC) que ficou nos tanques de armazenamento voltaram poucos dias de-

pois aos seus laboratórios. E, embora continuem a surgir notícias esporádicas na imprensa indiana sobre o mortífero gás de MIC, as investigações destinadas a determinar a quem cabe a culpa pelo acidente e os processos movidos contra a Union Carbide por advogados norte-americanos nos tribunais dos EUA em favor das vítimas parecem ter ficado relegados a um segundo plano.

Tudo indica que as lições de Bhopal já estão sendo rapidamente esquecidas, muito embora

continue sem alívio o sofrimento causado pelo acidente. Segundo os números mais recentes, três mil pessoas morreram, milhares de outras foram afetadas e, destas, muitas estão condenadas à morte prematura. Famílias inteiras desapareceram. Chefes de família, que ganhavam o pão para os seus dependentes, foram dizimados. Muitos perderam seus meios de subsistência, inclusive o gado.

Ainda assim, não existem planos concretos para reabilitação das vítimas. Há pouco tempo, o governo estadual de Madhya Pradesh decidiu doar três quilos de cereais por pessoa nas colônias afetadas, o que não chega a constituir socorro adequado. Uma comissão foi nomeada para registrar os nomes das vítimas, mas não há perspectiva de indenização imediata para os que ficaram ao desamparo. A oferta de dez milhões de dólares feita pela Union Carbide para socorro imediato foi altivamente recusada pelo governo do estado, que alegou pretender processar a companhia a fim de receber uma indenização muito maior. (Agora, finalmente, o governo decidiu iniciar um processo coletivo nos EUA.)

Mas os que conhecem de perto a burocracia indiana sabem muito bem que, mesmo que os tribunais norte-americanos decidam condenar a *Union Carbide* — o que provavelmente acontecerá — a maior parte do dinheiro da indenização, mais cedo ou mais tarde, será tragada por algumas centenas de bolsos poderosos antes que chegue às verdadeiras vítimas. Uma semana após o acidente, por exemplo, os funcionários encarregados de prestar socorro foram vistos exigindo recibos de mil rúpias para cada cem distribuídas. A cobiça dos burocratas de Bhopal serve de vários métodos tradicionais, nos quais o sofrimento humano é apenas mais uma forma de acumular riqueza.

Sempre que há uma operação de socorro durante alguma grande enchente ou seca, boa parte das verbas desaparece em mãos indignas e poderosas. A atitude da elite em relação às condições de vida das classes mais pobres é simplesmente cruel. No caso de Bhopal, as coisas não serão diferentes. Os tubarões e intermediários que vão embolsar a indenização alegarão que os pobres, afinal de contas, não precisam de tanto dinheiro.

### Pesquisas sobre a guerra química

Contudo, existem também certas dificuldades de natureza técnica. Mais de 500 vítimas foram enterradas ou cremadas nos três primeiros dias da tragédia sem que fossem emitidos atestados de óbito. Quanto às que foram cremadas, naturalmente não há condições de pensar em autópsias. Para que a indenização não venha a reduzir-se a uma ninharia, só há uma alternativa: formar uma comissão não-governamental, composta de cidadãos dotados de espírito público, para a difícil e ingrata tarefa de apuração dos direitos das vítimas. Outra comissão não-governamen-

tal já foi instalada, mas seu propósito era outro: investigar exatamente o que a *Union Carbide* estava fazendo em Bhopal quando ocorreu o acidente. Num relatório preliminar, a comissão declara ter encontrado indícios de que a firma provavelmente estava realizando pesquisas sobre guerra química e bacteriológica em seus laboratórios de Bhopal.

Até lá, os responsáveis pelo acidente e pela tragédia certamente continuarão impunes, como no passado. A moderna prática econômica permite a indenização em dinheiro por crimes



“Boicote a Carbide Assassina”, reza o cartaz de protesto. À esq. o diretor da transnacional, Warren Anderson

que deveriam ser punidos com a morte do culpado. Houve um momento em que a tragédia e suas consequências jurídicas pareciam destinadas a deflagrar uma reação em cadeia, capaz de levar a transnacional à falência: os acionistas começaram a vender suas ações, receosos de que a companhia tivesse de pagar uma indenização imprevisível. Mas, embora isso tenha causado grandes perdas, a situação voltou a estabilizar-se; mesmo assim, a firma levará meses para recuperar o terreno perdido e modificar sua estratégia de produção. Face à crise imediata, porém, a *Union Carbide* conseguiu pôr em prática uma série de manobras quase clássicas destinadas a impedir o desastre financeiro.

### Encobrir a gravidade da tragédia

Desde o início, os dirigentes da companhia em Bhopal fizeram todo o possível para abafar as notícias em torno do vazamento de MIC. Até as primeiras horas da manhã de 3 de dezembro (o gás mortal tinha começado a vazar às 11 horas da noite anterior), nenhuma das autoridades de Bhopal sabia o que estava acontecendo, apesar de repetidas mensagens da polícia enviadas à sala de controle da fábrica. Mais tarde, os dirigentes



informaram aos médicos que o gás não era venenoso. Depois, passaram a divulgar notícias, através dos meios de comunicação, de que o problema estava sendo causado por um vazamento de fogsênio, e não de MIC.

Geralmente, as transnacionais baseiam sua estratégia de produção mundial em um pequeno número de produtos químicos fundamentais. No caso da *Union Carbide*, trata-se do MIC. O MIC é o elemento chave de uma série de famosos pesticidas “biodegradáveis” conhecidos pelo nome de *carbaril* (marca registrada: *sevin*). Assim, a reação instintiva da transnacional foi preservar a imagem pública do MIC a qualquer custo. O fogsênio já havia adquirido má

reputação, ao passo que quase ninguém sabia o que era o MIC. Dessa vez, porém, a tática falhou porque os cientistas conseguiram identificar a causa através dos sintomas — e nenhum dos sintomas correspondia ao envenenamento provocado por foscênio. Espalhada a notícia da toxicidade do MIC a nível internacional, diversos países passaram a devolver aos Estados Unidos vários embarques desse produto químico. Para piorar as coisas, a fábrica da *Union Carbide* em West Virgínia, nos EUA, foi fechada em decorrência do clamor do público norte-americano. (A companhia, porém, não perdeu as esperanças: na última semana de dezembro passado, a maioria dos jornais indianos publicou uma reportagem, feita em West Virgínia, na qual se tentava apresentar uma imagem benigna do MIC, sugerindo-se que esse produto químico tinha ajudado a salvar boa parte da produção de alimentos no mundo.)

Os boatos de que o gás que tinha vazado era foscênio tiveram consequências funestas. Muitas das vítimas morreram porque os médicos lhes prescreveram tratamento contra envenenamento por foscênio, e não por MIC. O foscênio não penetra na corrente sanguínea; tratados os sintomas e afastada a vítima do local contaminado, esta se recupera rapidamente sem maiores consequências. Quando os médicos vieram a saber que a culpa pelo acidente cabia ao MIC, houve grande discussão entre eles quanto a se havia ou não um antídoto para o mesmo. O MIC penetra na corrente sanguínea: o corpo assimila o gás, decompondo-o em cianureto e outros tóxicos. Há necessidade da aplicação de um antídoto que remova a toxina do sangue. Caso contrário, a toxina continua a atacar, com efeitos duradouros e mortíferos, inclusive paralisia cerebral.

De um lado, os médicos indianos, bem como um toxicólogo

alemão, o dr. Daunderer, propuseram o tiosulfato de sódio como antídoto. Trata-se de um produto químico inofensivo e que, segundo o cientista alemão, se mostrou eficaz em mais de cem casos. Do outro lado, uma equipe médica chefiada pelo dr. K.W. Jager, da Organização Mundial da Saúde (OMS), desaprovou o tiosulfato de sódio e continuou seu tratamento de sintomas e infecções secundárias. Enquanto o debate prosseguia, muitas outras pessoas morreram. Em nenhuma ocasião, a *Union Carbide* colaborou nos debates, passando adiante informações que possui a respeito do MIC.

Com o regresso aos EUA do diretor da *Union Carbide*, Warren Anderson (que, durante sua visita à Índia, tinha sido preso por um breve período), a companhia distribuiu à imprensa uma cópia do relatório de avaliação da fábrica de Bhopal, redigido por seus próprios engenheiros em 1982, o qual indicava que a fábrica carecia de vários dispositivos de segurança. Tratava-se de uma nova tática por parte da transnacional, destinada a recuperar a simpatia do público, lançando a culpa do desastre nos ombros de seus gerentes indianos. A imprensa indiana reagiu e não aceitou a história. Em primeiro lugar, a maior parte das ações da fábrica de Bhopal ainda é de propriedade da *Union Carbide* norte-americana (51% do capital). Em segundo lugar, a firma não se inclinava a fechá-la, mesmo depois de saber que a fábrica não era segura. Pelo contrário, continuava a proceder normalmente suas remessas de lucros e *royalties*.

Também não restava dúvida de que a *Union Carbide* transferiu para a Índia uma tecnologia de pesticidas obsoleta, que exige o armazenamento do MIC em tanques (o processo mais moderno não requer esse tipo de armazenagem). A fábrica de MIC de

West Virgínia também exige armazenamento em tanques, mas possui um sistema de segurança comandado por computador, instalado ali desde os anos 70. A operação da fábrica indiana sem esse sistema de segurança era um crime.

### A responsabilidade do governo

Contudo, se a *Union Carbide* não conseguir sair impune desse grande desastre, tampouco ficarão isentos os governos indianos de Nova Déli e Bhopal. É óbvio que um investimento de tal dimensão, feito pela *Union Carbide*, numa área crítica da estratégia de "revolução verde" do país, não teria sido possível sem a aprovação e o conhecimento do governo indiano. Sempre que ocorrem transferências de tecnologia dessa natureza, o governo examina todos os aspectos da transação através de comissões técnicas.

Especialmente comprometido, está o governo de Madhya Pradesh. De fato, o governo estadual sempre defendeu a fábrica e sua localização numa área populosa, apesar de perguntas inconvenientes feitas pela assembleia estadual. Em 1975, o prefeito de Bhopal, M.N. Buch, foi transferido de seu posto por exigir que a fábrica fosse localizada em outra parte, fora dos limites da cidade. Em 1982, depois que o já mencionado relatório interno da *Union Carbide* chegou ao conhecimento dos meios de comunicação de Bhopal através de um jornalista da região, o ministro da Indústria defendeu novamente a fábrica, observando que não se tratava de uma simples pedra que podia ser tirada de um lugar e levada a outro. Além disso, sabe-se, em Bhopal, que a luxuosa casa de hóspedes mantida pela *Union Carbide* na cidade estava sempre à disposição do ministro, dos membros do seu gabinete e de seus amigos.

Parentes de importantes políticos e burocratas faziam parte da folha de pagamento da firma. Assim, a posição do governo de Madhya Pradesh, em qualquer ação jurídica, é precária, sendo totalmente ilegítimo qualquer sentimento de indignação moral que as autoridades venham a expressar agora.

No entanto, as proporções do desastre foram tão grandes e seu impacto em todo o mundo tão instantâneo e impressionante, que as autoridades indianas — até recentemente responsáveis por abrirem ainda mais as portas às transnacionais — acharam oportuno irem a público contra a *Union Carbide*. Exploraram assim a antipatia natural do mundo inteiro contra o poderio das grandes firmas a fim de salvarem a pele. Essa atitude de santa superioridade não se justificava.

De fato, a grande indignação manifestada pelas autoridades oculta a prosaica realidade da maioria dos programas de industrialização do Terceiro Mundo. Com eles, populações indefesas são forçadas a submeterem-se a riscos ocupacionais e a ambientes poluídos, no local de trabalho e em torno dele, porque os regimes que as governam continuam a acreditar que a tecnologia e os métodos ocidentais são a única solução para suas necessidades básicas. Essa orgulhosa indignação serviu também para afastar a atenção do fato de que as muitas *Union Carbides* que operam no mundo não agem no vazio; encontram cúmplices dóceis no Terceiro Mundo, que preferem aceitar a corrupção a proteger a população contra riscos cada vez maiores.

### Proteção ao meio-ambiente versus desenvolvimento

O *Wall Street Journal*, num editorial sobre o acidente de Bhopal, afirmou que, apesar de

1985 — Abril — no. 77

tais ocorrências, a transferência de tecnologia deve continuar. Para esse jornal, “o desenvolvimento é mais desejável que a segurança”. Aliás, essa é também a opinião oficial de muitos regimes do Terceiro Mundo. Não foi o Brasil que, certa vez, disse aos EUA: “Queremos essa poluição de vocês”?<sup>1</sup> Quantos processos industriais perigosos foram transferidos para o Terceiro Mundo em decorrência desse contínuo encantamento com a tecnologia ocidental? O célebre slogan político continua de pé: “A proteção ao ambiente é irrelevante: a pobreza é o nosso maior perigo ambiental”. Era esse o slogan da falecida Indira Gandhi.

E não só dela, mas de toda a

les em desenvolvimento”. As medidas propostas pela OIT, disse ele, não deveriam prejudicar ou ter efeito adverso sobre o desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento ou causar pressões indevidas sobre seus sistemas sociais. Após o seminário, todos os principais sindicatos, inclusive aquele filiado ao Partido do Congresso (I), no poder, fizeram graves ressalvas a esse tipo de enfoque e exigiram que o governo ratificasse os convênios da OIT sobre a saúde e a segurança dos trabalhadores, independentemente de custos.

Uma das principais diretrizes da política estatal, incorporada à Constituição indiana, exige que

Alon Reininger/Contact



No Terceiro Mundo, muitos preferem a corrupção a proteger a população contra os riscos da poluição

elite dominante da Índia. Ainda em outubro de 1984, durante um seminário em Nova Déli, no qual se discutiam importantes convênios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o ministro do Trabalho indiano, Dharam Vir (já falecido), sugeriu que a OIT deveria reorientar seus métodos de formulação de padrões trabalhistas a fim de levar em conta “as realidades existentes em muitos dos países membros, especialmente naque-

o Estado tome medidas para garantir que “a saúde e a resistência dos trabalhadores não sofram abusos (...) e que os cidadãos não sejam forçados, por necessidade econômica, a adotarem atividades inadequadas à sua idade e resistência física”. O princípio jamais foi respeitado na prática, não só no setor moderno controlado por transnacionais, tais como o de produtos químicos e farmacêuticos, como também nas tarefas mais simples, nas quais não há qualquer conexão com os grandes monopólios. A nota abaixo foi publicada pelo *Times of India*, da

<sup>1</sup>Declaração do então governador de Goiás, Ari Valadão, refutando críticas de ecologistas, em 1982.



A ajuda externa, frequentemente, não respeita os direitos mais elementares das populações carentes

tado de 6 de agosto de 1983:

“Reunidos hoje, os ceramistas de Gujarat adotaram unanimemente a resolução de não reativarem os fornos de tijolos caso os governos central e estadual não lhes concedam isenções relativamente à lei de previdência social, à lei de salários mínimos, às leis trabalhistas e de migração de trabalho. (...) A associação de ceramistas apresentou um cheque de 1.100 rúpias a ser incorporado às verbas do primeiro-ministro para uso em operações de socorro a populações necessitadas”.

Volta e meia, a Suprema Corte da Índia é forçada a intervir a fim de proteger operários pobres e temporários que trabalham em fornos, pedreiras e outras ocupações, porque a máquina administrativa comum destinada a verificar abusos dos empregadores entrou em colapso ou simplesmente não existe. É não é que a culpa seja somente do capital privado, local ou transnacional. Em 1982, a Corte Suprema teve de obrigar o governo da Índia a respeitar suas próprias leis trabalhistas no caso de operários da construção trabalhando em obras estatais.

#### Carne de canhão

É a modalidade de desenvolvimento econômico que exige e legitima essas atitudes antitraba-

lhistas. A transferência em massa de equipamentos e processos perigosos no Terceiro Mundo resulta simplesmente do fato de que as companhias não querem respeitar o operariado, nem mesmo no Primeiro Mundo. Preferem transferir a ceder. O operário tem de ser tratado como carne de canhão, usado e abusado até que morra.

A Índia tem um contingente de mão-de-obra de 230 milhões de pessoas (incluídos os trabalhadores do campo). Segundo uma estimativa do Instituto Indiano de Tecnologia (de Nova Déli), 100 mil pessoas morrem anualmente em consequência de acidentes e riscos ocupacionais, o que é quase o triplo do número de mortes em Bhopal. Esse número não inclui mortes resultantes de doenças ou de condições do ambiente de trabalho: tuberculose, bronquite, câncer, disfunções orgânicas e diminuição da longevidade. A segurança ocupacional é geralmente vista como questão de segunda importância: os trabalhadores são enviados a cursos de treinamento, preenchem-se religiosamente os relatórios sobre o comparecimento aos mesmos, e todas as formalidades são cumpridas. Ninguém realmente se beneficia, pois as reais condições de trabalho contribuem para que os conhecimentos adquiridos se tornem inúteis.

Naturalmente, existem leis contra tais abusos. Há, por exemplo, a Lei das Fábricas, promulgada pela administração britânica em 1848. É totalmente antiquada. E existem as novas diretorias de Controle de Poluição da Água e do Ar, recém-criadas; mas estas se colocam sistematicamente na defensiva contra qualquer tipo de queixas, e quase sempre estão dispostas a defender o interesse das empresas (e o desenvolvimento econômico de modo geral), pois a indústria destrutiva funciona à base de vidas de pessoas inocentes.

Finalmente, os órgãos de controle e fiscalização criados por essas várias leis mal têm o pessoal necessário para funcionarem. Nessas condições, os inspetores do trabalho, de fábricas e de manuseio de drogas vivem de propinas ou subornos. Existem também um Instituto Central do Trabalho, um Instituto de Doenças Ocupacionais, um Departamento de Meio-Ambiente. Nenhum deles tem a garra necessária. São órgãos reguladores e agências de pesquisa, de impacto marginal nas condições reais do trabalho. Em suma, os trabalhadores indianos, como o restante dos cidadãos, são bem protegidos em teoria, mas, na prática, continuam a morrer e a sofrer lesões aos milhares.

A tragédia de Bhopal não chegou a fazer com que se reexaminasse a decisão do Terceiro Mundo de perseguir o desenvolvimento a qualquer custo, nem a estratégia de industrialização adotada. E muito menos levou a um questionamento do projeto indiano de “revolução verde”, à base de uso crescente de pesticidas e do profundo desequilíbrio ecológico. A legitimidade do sistema industrial inadequado permanece intacta, inatingida. E esta é uma tragédia ainda maior que a do Domingo Negro, 2 de dezembro de 1984.

### ÁFRICA ORIENTAL: CRIADO ORGANISMO DE COMBATE À SECA



Pigaad (Autoridade Permanente Intergovernamental para a Seca e o Desenvolvimento na África Oriental) é o nome atribuído ao organismo que os seis países daquela região africana pretendem criar com o objetivo de melhorar o desenvolvimento industrial e combater a seca.

Reunidos em fevereiro passado, em Djibuti, peritos dos seis países da África Oriental, nomeadamente a Etiópia, Quênia, Uganda, Somália, Djibuti e Sudão, abordaram questões inerentes à fundação daquele organismo, no sentido de elaborarem uma proposta a ser apresentada na próxima conferência ministerial, prevista também para Djibuti, ainda no corrente ano.

A Pigaad foi pensada fundamentalmente com o objetivo de coordenar os esforços desenvolvidos pelos países da região, na luta contra as calamidades naturais, com particular destaque para a seca.

### A TAAG VOA PARA O BRASIL EM JULHO

A empresa angolana Taag amplia em julho as suas rotas aéreas, passando a atingir também o Brasil. Com isso, aumentará para dois o número de vôos semanais entre Luanda e Rio de Janeiro.

O início dos vôos da Taag para o Rio foi acertado durante discussões em Luanda entre dirigentes da Taag e da Varig, a empresa brasileira que já faz vôos para Angola desde 1983. O presidente da Varig esteve na capital angolana no começo de março, ocasião em que ficou acertado também um acordo de cooperação entre as duas empresas aéreas.

A Varig colocou à disposição da Taag a escola de formação de pilotos e técnicos em manutenção, montada pela empresa brasileira. Os aviões da companhia angolana também passarão a ter assistência técnica nas instalações da Varig no aeroporto do Rio de Janeiro. A Taag vai usar aviões do tipo *Boeing 707* nos vôos para o Brasil, enquanto a Varig pretende usar também o mesmo tipo de avião, mas poderá utilizar também os *DC-10* caso o aumento do número de passageiros torne necessário um avião maior.

### ETIÓPIA: AUMENTO CONSIDERÁVEL DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL



O volume da produção industrial etíope aumentou, nos últimos dez anos, 208%, atingindo 1,5 bilhão de *birres* (cerca de 3,1 milhões de dólares ao câmbio de setembro de 1983), afirmou o ministro etíope da Indústria, ao se referir ao 10º an-

versário da Organização das Grandes Empresas e Meios de Produção daquele país. O número de empresas industriais do âmbito do ministério passou de 87, em 1974, para 150, no ano passado.

Com relação às dificuldades que a Etiópia atravessa atualmente, fruto da seca que assola o país, o ministro da Indústria se referiu à necessidade de rigor econômico, precaução com o equipamento e aperfeiçoamento dos processos produtivos, tendo ainda apelado aos operários que façam um esforço de produção máxima, para maior obtenção de divisas, fundamentais para a superação das consequências da seca. Em prosseguimento a essas medidas de austeridade, o presidente Mengistu Hailé Mariam proibiu recentemente a importação de artigos de luxo e anunciou um rigoroso racionamento de combustíveis.

### SOMOS 4,8 BILHÕES DE TERRESTRES

No início deste ano, a população mundial ultrapassou os 4,8 bilhões de habitantes, segundo as estimativas publicadas num relatório assinado pelo secretário geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuéllar. No fim do século, o planeta será habitado por 6,1 bilhões de pessoas, 80% das quais viverão no Terceiro Mundo e China.

A atual taxa anual de crescimento da população é de 1,65%, tendo a África uma taxa de 3%, a Ásia Ocidental 2,9%, a América Latina 2,4% e o sul da Ásia 2,1%.

De acordo com os dados do relatório da ONU, a idade média dos habitantes dos países desenvolvidos é de 32 anos e na Ásia e na América Latina de 21 anos.

## Notas de Economia

### BANANA: CENTRO-AMERICANOS PERDEM 40 MILHÕES DE DÓLARES



Costa Rica, Panamá, Honduras e Guatemala perderam no ano passado cerca de 40 milhões de dólares em receitas, como consequência de isenções de impostos concedidas a firmas transnacionais norte-americanas que exportam banana. O montante de impostos não arrecadados foi divulgado no momento em que as principais empresas bananeiras exigem isenções ainda maiores, sob pena de paralisarem as suas atividades.

A firma *United Brands*, que no passado se chamava *United Fruit*, já encerrou suas atividades na Costa Rica e a *Standard Fruit* abandonou seus bananais na região atlântica, também na Costa Rica. Mas, tanto a *United Brands* como a *Standard Fruit*, ainda estão operando na Guatemala, Honduras e Panamá. Se as duas conseguirem uma nova redução de impostos, esses países centro-americanos deixarão de arrecadar até 65 milhões de dólares. A *United Brands* e a *Standard* controlam 80% das exportações centro-americanas de banana. A ameaça de fecharem suas plantações é uma represália contra a União dos Países Exportadores de Banana (UPEB), uma espécie de OPEP dos países bananeiros, e que engloba também a Nicarágua, República Dominicana, Venezuela e Colômbia.

78 - terceiro mundo

### A COOPERAÇÃO REGIONAL AFRICANA EM CRISE

Um dos mais duradouros acordos econômicos regionais entre países africanos, a Convenção do Rio Mano, reunindo Serra Leoa, Libéria e Guiné está à beira do colapso, após quase cinco anos de existência. Os três países membros da organização reduziram drasticamente as suas contribuições, o que obrigou a uma diminuição acentuada do orçamento comum, a ponto da organização estar com seu funcionamento limitado apenas ao âmbito burocrático.



A crise surgiu por desentendimentos entre os presidentes dos três países e se agravou com o crescimento do número de funcionários do organismo. Atualmente, 2/3 do orçamento são destinados ao pagamento de pessoal. Todos os planos de coordenação econômica e planejamento comum estão congelados. Os problemas financeiros atingem também a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEEAO) que engloba os membros da convenção do Rio Mano e mais Benin, Burkina Faso (ex-Alto Volta), Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal e Togo. Muitos dos países membros da CEEAO não pagam suas contribuições há oito anos e a organização não tem recursos nem para financiar a sua próxima reunião de cúpula.


### ÁFRICA: A INVASÃO DA LAGARTA MILITAR



Depois da seca que devastou as lavouras de boa parte da zona meridional e oriental da África, a região enfrenta agora uma nova ameaça. Trata-se da lagarta militar, um verme que está destruindo plantações de milho, sorgo e outros cereais na Tanzânia, Quênia, Malawi, Moçambique, Zimbábue e Zâmbia. A praga surgiu no Quênia e rapidamente se expandiu para países vizinhos, onde o que sobrou da estiagem está sendo agora destruído, logo depois de uma curta estação chuvosa que ressuscitou algumas lavouras.

A lagarta está sendo chamada de militar porque se move em grandes grupos destruindo tudo que é verde em seu caminho. O verme dá origem a uma borboleta que é capaz de voar até mil quilômetros, antes de depositar os ovos. Países como Zimbábue e Zâmbia já declararam o estado de alerta nas zonas rurais e estão mobilizando todos os seus estoques de defensivos agrícolas para evitar a propagação da lagarta. A nota irônica da crise foi dada por donos de restaurantes de Lusaka, que tão logo souberam da existência da praga no Quênia tentaram importar lagartas para satisfazer os *gourmets* locais, pois na Zâmbia são consideradas uma fina iguaria.





UM  
GOSTO  
DE  
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671 2/3 CP. 342  
Teleq. "IN CAFÉ" LUANDA

## Comunicação

Chile

# Os jornalistas combatem a censura

Desde novembro de 84, setenta e cinco jornalistas de seis publicações fechadas pela ditadura começaram a editar um boletim diário com notícias censuradas

Jorge Andrés Richards\*



Reprodução das capas de duas das revistas suspensas

No dia 7 de novembro de 1984, o governo do general Augusto Pinochet decretou o estado de sítio para tentar sufocar a rebelião que havia tomado conta dos meios sindicais, estudantis e das favelas próximas de Santiago. Além de restringir drasticamente a liberdade individual, o decreto de estado de sítio determinou também a suspensão das revistas *Cauce*, *Análisis*, *APSI*, *La Bicicleta*, e *Pluma y Pincel*, bem como do jornal

\*Membro da equipe do Ilet (Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais).

*Fortín Mapocho*. Os jornais e revistas que não foram suspensos tiveram no entanto que se submeter a regras draconianas de censura, especialmente no que se refere ao noticiário político, econômico e sindical. Quase todos eles foram colocados sob o regime de censura prévia.

Nessas circunstâncias, o direito à informação foi praticamente anulado, marcando um retrocesso violento no processo de liberalização da imprensa, que avançava lentamente graças, exclusivamente, ao esforço dos jornalistas. Foi nesse clima que os profissionais que trabalhavam

nas revistas suspensas decidiram criar a *Carta de los Periodistas*, uma publicação lançada apenas cinco dias após a decretação do estado de sítio e que tem como objetivo principal dar uma informação alternativa com notícias proibidas pela censura oficial.

Editada sob responsabilidade do Colégio de Jornalistas, a *Carta* reúne cerca de 75 profissionais, que redigem um boletim diário de quatro páginas, cujos objetivos são: romper o cerco informativo imposto pelo regime; cumprir com o princípio ético, profissional e moral de informar o povo chileno; situar-se dentro dos limites da desobediência civil (Os jornalistas, ao publicarem a *Carta*, desafiam um decreto do estado de sítio e através dessa luta procuram o retorno da democracia no Chile.); manter uma luta comum, unitária e solidária dos meios de comunicação afetados, juntamente com o Colégio dos Jornalistas.

### Como funciona

A “Carta dos Jornalistas” é escrita e editada por profissionais de cada um dos veículos fechados pelo governo. Em grupos de quatro ou cinco, eles se revezam diariamente num trabalho que começa às 10 horas da manhã na sede do Colégio de Jornalistas e se encerra às 19 horas quando o boletim é distribuído a assinantes e colaboradores. A maior parte das informações é composta de notícias cuja divulgação não foi permitida pelo governo. Essa característica fez com que a *Carta*, desde o seu primeiro número, passasse a ser procurada por movimentos políticos, sindicatos, organizações de moradores etc.

A distribuição da *Carta* é feita

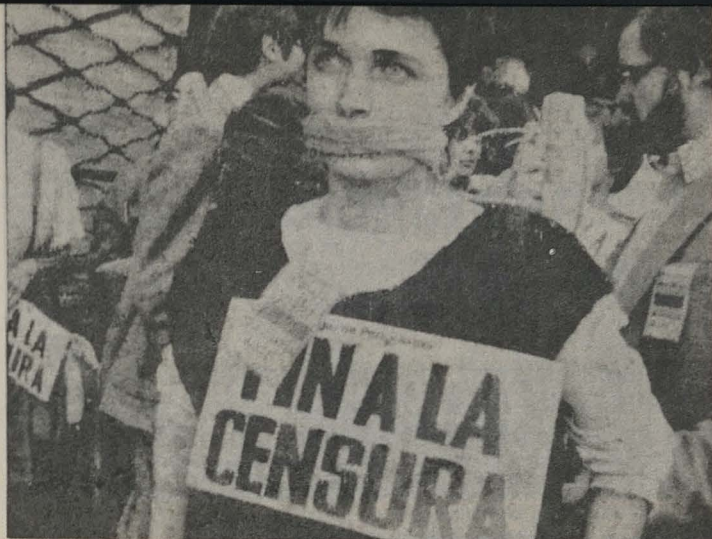
na própria sede do *Colegio de Periodistas*, onde os exemplares são entregues aos assinantes e interessados, pelo preço de 20 pesos chilenos. Entre os assinantes regulares, se encontram agências de notícias estrangeiras, embaixadas, correspondentes de jornais estrangeiros, partidos políticos, universidades, organizações da igreja, organizações acadêmicas e empresários, entre outros grupos.

No final de janeiro, a *Carta* alcançou o seu 50º número e uma circulação ininterrupta de segunda a sexta-feira, com exceção do período de Natal. Todo o dinheiro arrecadado é usado no financiamento da publicação e no pagamento de um pró-labore aos seus redatores, repórteres e editores. Cerca de 250 organizações recebem regularmente o boletim diário, mas cada exemplar é posteriormente reproduzido por cada um dos compradores, alcançando um total estimado em 35 mil leitores.

Nessa tarefa informal de divulgação, têm um papel importante a igreja, as paróquias, os sindicatos e os movimentos de moradores, tanto na capital como no interior. A crescente circulação da *Carta* teve como consequência imediata o fato de numerosos leitores passarem a ir até o Colégio de Jornalistas fornecer informações, estabelecendo um vínculo direto entre quem organiza o boletim e seu público. A *Carta* passou a ser um instrumento fundamental para as agências internacionais e correspondentes em trânsito que, de outra maneira, não poderiam ter acesso a informações mais detalhadas e verdadeiras sobre a situação do país, já que a imprensa tradicional não só está pressionada pelo governo como também amordaçada pela censura prévia ou indireta.

#### Apoio comum à informação alternativa

Uma menção especial deve ser



Uma jovem jornalista se amordaça em protesto à censura

feita ao comportamento dos jornalistas chilenos que trabalham nas revistas e jornais fechados pelo governo. Desde o dia em que as medidas de força foram aplicadas, surgiu uma coordenação comum, tanto nas tarefas jornalísticas como nas administrativas. Os veículos punidos seguem linhas ideológicas distintas, variando desde a democracia cristã até a esquerda.

Nessas condições, a luta unitária demonstrou que, na prática, na defesa de um direito tão fundamental como o da informação, é perfeitamente possível se chegar a acordos e perspectivas comuns. Fenômeno semelhante aconteceu a nível de direção do Colégio de Jornalistas, onde se viveram situações ainda mais surpreendentes. Tanto o Conselho Nacional como o Conselho Metropolitano, assumiram a luta dos jornais suspensos como se ela fosse uma luta própria. E no Colégio estão profissionais situados politicamente tanto na direita e no centro, como na esquerda. Todos eles se mobilizaram no apoio inclusive financeiro ao esforço para lograr uma informação alternativa.

A solidariedade se estendeu, inclusive, às redações dos jornais que não foram punidos pelo go-

verno, que manifestaram seu apoio à *Carta* em documentos ou manifestos, e deram apoio material no sentido de manter as equipes jornalísticas dos veículos suspensos. Em várias redações, jornalistas contribuíram com parte de seus salários para um fundo de ajuda aos colegas. Isso aconteceu entre os jornalistas da revista *Hoy*, do jornal *Mercurio*, do vespertino *La Tercera* e no canal 11 de televisão. Muitos dos que se solidarizaram foram também punidos, com a perda de empregos e até mesmo com ameaças de prisão. Mas nem por isso a ajuda cessou.

O mesmo, no entanto, não aconteceu a nível de direção de jornais como os da cadeia *Mercurio* ou *La Tercera*, que chegaram a justificar as medidas repressivas. Isso, em grande parte, é entendido quando se sabe que ambos os jornais acumularam dívidas enormes com o governo. O *El Mercurio* é o jornal mais conservador do Chile e pertencente à família Edwards. Ele deve 120 milhões de dólares, enquanto o consórcio *La Tercera*, deve 40 milhões de dólares. Nesses dois grupos, os interesses pessoais predominaram sobre a defesa da liberdade de expressão e informação. ●

# A chantagem dos dólares

A Unesco atravessa, de novo, uma fase difícil. A retirada dos EUA e a ameaça no mesmo sentido por parte da Grã-Bretanha privam a organização de 30% do seu orçamento

*Guiomar Belo Marques*

Os Estados Unidos concretizaram a sua retirada da Unesco, no mês de dezembro do ano passado, suspendendo, simultaneamente, a sua quota no or-

çamento da organização, correspondente a 25%.

A primeira vez que, publicamente, os Estados Unidos anunciaram a sua determinação



A "excessiva" politização da Unesco foi o argumento usado por Reagan para retirar seu apoio. Margaret Thatcher ameaça fazer o mesmo

em avançar para uma solução deste tipo, verificou-se durante a reunião do Conselho Executivo realizada entre 9 e 24 de maio de 1984, em Paris. A argumentação fundamental se baseia em dois fatos: uma excessiva politização da organização e a suposta má gestão econômica da mesma.

Perante a ameaça dos EUA, a Unesco procurou, por um lado, esclarecer a opinião pública mundial da realidade dos seus princípios, objetivos e gestão; e, por outro, avaliar as alternativas econômicas possíveis para sobreviver sem os 25% orçamentais.

Até o momento, os Estados Unidos apenas conseguiram convencer a Grã-Bretanha da justiça da sua posição. Margaret Thatcher ameaça retirar-se da Unesco no final do corrente ano, com a sua quota de 5%, caso nada se modifique na política da organização e na orientação do seu diretor-geral, o senegalês Amadou Mahtar M'Bow, duas vezes eleito por unanimidade para o cargo.

### As críticas econômicas

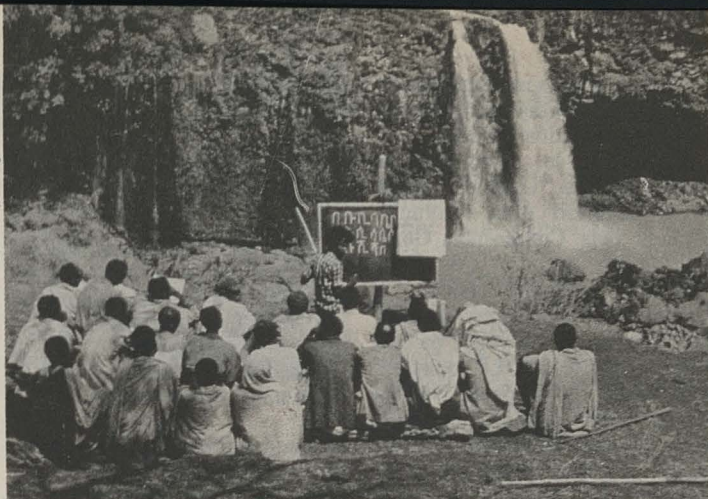
Uma das principais críticas de caráter econômico formuladas pelos Estados Unidos consiste no elevado nível dos salários dos funcionários da organização. Estes correspondem ao índice mais elevado de cada categoria do funcionalismo público do país mais rico, acrescido de 1%. Esse país de referência é, precisamente, os Estados Unidos e, à semelhança do que se passa em todos os organismos e organizações das Nações Unidas, os salários são pagos em dólares. Em meados de 1984, o número global de empregados da organização era de 3.444 contra 3.457 em 1975 e, destes, 62,8% são de origem europeia e norte-

americana; 4,1%, de países socialistas; 8,3%, da América Latina e Caribe; 8,7%, da Ásia e do Pacífico; 8,6%, da África negra e 7,5% dos países árabes. Há ainda a acrescentar que, segundo estatísticas das próprias Nações Unidas, efetuadas em finais de 1982, a Unesco integra a menor percentagem de quadros superiores, em comparação a todas as outras instituições especializadas.

Os Estados Unidos também acusam a Unesco de gerir mal os seus fundos, aumentando desmesuradamente o seu orçamento. Na verdade, como consequência da valorização do dólar e beneficiando-se, desse modo, do câmbio com o franco francês, moeda através da qual a Unesco efetua mais de 60% das suas despesas, o orçamento pôde diminuir 13%: enquanto para os anos de 1982-1983 o orçamento foi de 430 milhões de dólares, para o atual biênio, a Conferência Geral votou um orçamento de 347 milhões de dólares.<sup>1</sup>

Quanto à aplicação dos capitais do orçamento, temos de levar em conta que a Unesco não só não tem fins lucrativos como a sua missão principal consiste precisamente no desenvolvimento da cooperação intelectual entre as nações, área que sempre foi dispendiosa. Entre 1979 e 1983, a Unesco levou a cabo mais de mil "projetos operacionais", desenvolvidos em cerca de cem Estados membros, para os quais a organização mobilizou cerca de 400 milhões de dólares. Durante o citado período, a Unesco associou-se a campanhas que permitiram alfabeti-

Dominique Rogerie/Unesco



De 79 a 83, a Unesco participou de campanhas que alfabetizaram mais de 15 milhões de adultos e jovens



zar mais de 15 milhões de adultos e jovens. Depois de 1978, esta organização empregou mais de 40 milhões de dólares em 29 campanhas internacionais de salvaguarda e defesa do patrimônio cultural, entre as quais se destacam Veneza, a Acrópole de Atenas, a ilha Gorê, no Senegal, o "Triângulo Cultural", do Sri Lanka. Anualmente, a organização destina cerca de 30 milhões de dólares para os seus programas científicos internacionais.

#### O apoio aos movimentos de libertação africanos

"É mais difícil para as delegações que se exprimem no seio da Unesco evitarem controvérsias

ideológicas. Isso, levando em conta que as desigualdades em matéria de educação ou de desenvolvimento tecnológico e científico suscitam maior polémica ou divergência de pontos de vista, que a erradicação da varíola ou da malária. Da mesma forma, a maneira de conceber a paz, os direitos do homem ou a livre circulação da informação, ideais que a Unesco se encarregou de promover no seu ato constitutivo, também não suscitam, todavia, a unanimidade". Essas palavras de M'Bow, que não permitem contestação, pela sua evidência, explicam por que a Unesco é, pela força dos seus objetivos, uma organização política.

"Direitos do homem e direitos dos povos estão organicamente ligados. Sem os direitos dos povos, os direitos do homem correm o risco de se tornarem meramente formais. (...) Sem os direitos do homem, os direitos dos povos deixam de ser um recurso contra a injustiça ou a tirania. Impõe-se a necessidade de aprofundar essa relação tal como o próprio conceito do direito dos povos." Amadou Mah-tar M'Bow procurou explicar desse modo a razão por que, ao abrigo dos seus princípios constitutivos, a Unesco apóia, através de ações de caráter cultural e

<sup>1</sup> Outros organismos das Nações Unidas aprovaram, durante o mesmo período, orçamentos em franca expansão: mais 4% para a OIT (Organização Internacional do Trabalho); mais 12% para a OMS (Organização Mundial da Saúde); mais 15% para a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura).

educativo, alguns movimentos de libertação, atitude agora contestada pelos Estados Unidos.

Encontram-se associados às atividades da Unesco, desde 1972, segundo uma resolução adotada pela Conferência Geral do mesmo ano, o Congresso Nacional Africano (ANC); o Congresso Panafricano (PAC), Sul-Africano; e a Swapo, da Namíbia. Quanto à OLP, considerada desde 1974 pelas Nações Unidas como legítimo representante do povo palestino, foi convidada a enviar observadores às reuniões da Unesco, segundo uma resolução da Conferência Geral de 1974. A integração desses movimentos nas atividades da organização foi, logicamente, acompanhada por diversos tipos de resoluções, no sentido de lhes fornecer ajuda.

#### Um diretor-geral incômodo

É sabido que quem detém o poder econômico detém, simultaneamente e de uma forma ou de outra, o poder de decisão. A falta de controle político inerente ao fato de, na Unesco, cada país ter um voto, tem incomodado os Estados Unidos. Além do mais, Washington deseja a demissão de M'Bow, não porque o diretor-geral se tenha excedido nas suas funções, mas porque ele não agiu no sentido desejado pelos EUA.

Dos antecessores de M'Bow, apenas René Maheu chegou ao fim do mandato. Todos os outros se viram coagidos, por motivos vários, a se demitirem. Mas, quanto a M'Bow, o tiro parece sair pela culatra. "Não me demitirei", afirma o atual diretor geral. E ao afirmar isso, defende, justificando uma por uma, todas as medidas adotadas pela Unesco ao longo do seu mandato.

Se M'Bow se tornou incômodo para os Estados Unidos ao longo do tempo, quando inicialmente, Washington foi um dos mais fervorosos defensores



M'Bow: "Não me demitirei"

da sua candidatura, tendo inclusive votado para continuar durante mais sete anos, o problema não se centra na sua pessoa, individualmente, mas sim naquilo que ele representa.

Em alguns círculos ocidentais, para os quais se coloca a possibilidade da demissão de M'Bow, fala-se em alguns nomes, como é o caso do ex-chanceler alemão federal Helmut Schmidt, os ex-primeiros-ministros Pierre-Elliott Trudeau, do Canadá e Malcolm Frazer, da Austrália ou até o colombiano Pastrana Borrero para sucedê-lo. Mas o atual diretor-geral não parece disposto a ceder às pressões norte-americanas encurtando o seu mandato.

#### A busca de soluções

Os 30% de quotas correspondentes no orçamento à participação dos EUA e da Grã-Bretanha, caso esta, apesar dos vários apelos de diversos países ocidentais, venha a concretizar a ameaça já formulada, colocam a Unesco em sérias dificuldades econômicas e impedem a concretização de alguns projetos a serem desenvolvidos nos próximos dois anos.

Para estudar as implicações da retirada norte-americana da organização e procurar encontrar soluções, esteve reunido no mês de fevereiro passado, em sessão extraordinária, o Conselho Executivo da Unesco, com a presença de diplomatas de mais de 50

países. A França, entretanto, decidiu dar uma contribuição voluntária de dois milhões de dólares, no sentido de minimizar, dentro das suas possibilidades, as dificuldades orçamentais geradas pela diminuição global de 43 milhões de dólares, correspondentes aos 25% norte-americanos. Amadou M'Bow afirmou, durante a reunião, que outros países mostraram estar dispostos a seguir o exemplo francês. A Líbia e a Arábia Saudita são alguns dos que já afirmaram publicamente estarem nessa disposição.

Parece, assim, que, apesar de os países ocidentais não estarem totalmente de acordo, dois caminhos existem no momento para a Unesco: por um lado, reduzir os gastos e, por outro, verificar-se um aumento das contribuições voluntárias dos países.

Sem perda de tempo, os Estados Unidos lançaram uma campanha de pressão, consubstanciada numa denominada "Comissão Especial para o Controle sobre a Reforma da Unesco". Segundo se depreende de uma declaração divulgada recentemente pela diplomacia norte-americana, a comissão foi criada com o objetivo de elaborar e impor à comunidade internacional "recomendações" concretas com vistas à obtenção de transformações radicais nas atividades da Unesco. Aliás, alegando restrições do orçamento interno, os Estados Unidos vão reduzir as suas verbas de participação em mais duas organizações das Nações Unidas: a FAO e a Unicef.

Torna-se cada vez mais clara a rejeição da atual administração norte-americana da atividade dos organismos de ajuda mútua internacionais. A ninguém convence o argumento da necessidade de reduções orçamentais, quando as verbas destinadas para o armamento aumentam a cada ano. O que resta saber é se o poder do dólar irá tão longe quanto a administração Reagan desejaria.

### BANGLADESH: O DESOLADOR PANORAMA DO ENSINO



Nesse país asiático desesperadamente necessitado de pessoal qualificado, 100 mil estudantes universitários não poderão entrar nas faculdades este ano por falta de estruturas adequadas.

Três de cada quatro cidadãos desse país são analfabetos, mas este ano mais de 100 mil estudantes foram aprovados para a escola superior, o que os capacita a entrar em qualquer das seis universidades de Bangladesh, oito faculdades de ciências médicas e outros institutos especializados.

Apenas dez mil desses alunos poderão ingressar nas diversas universidades porque essa é a capacidade atual dessas instituições.

No ano passado, dos 55.096 estudantes que foram aprovados, 45.276 (82%) não foram admitidos em nenhuma faculdade ou instituto especializado. Devido à falta de capacidade de toda a infra-estrutura de estudos superiores, podem ser admitidos um de cada dez estudantes classificados. Muitos deles abandonaram a idéia de continuar estudando depois de reiteradas e frustradas tentativas de ingresso.

Dos 97 milhões de habitantes do país, apenas 20% sabem ler e escrever. Dos nove milhões de alunos que começam a escola primária, apenas 50 mil chegam às universidades.

Para compensar, em parte, essa situação, o governo de Bangladesh se dispõe a criar uma "universidade aberta", com capacidade para quatro mil estudantes, que deverá começar suas atividades no próximo mês de julho.

### SENEGAL: O PANAFRICANISMO EM DEBATE

As dimensões históricas, políticas, culturais, econômicas e sociais do panafricanismo foram os temas de discussão dos três dias de reflexão sobre o assunto organizada em Dacar, Senegal, pela Agência Panafricana de Informação, a Pana.



Primeira manifestação do gênero desde 1960, essa reunião teve como proposta "uma visão retrospectiva e prospectiva" do panafricanismo, suas manifestações no passado, no presente e no futuro, declarou o diretor geral da Pana, xeque Asman Diallo, na abertura dos trabalhos.

Ao considerar que a juventude africana deveria estar armada de um novo sonho e de uma grande idéia que poderia ser a mística da unidade africana,

Diallo apelou aos participantes a realizarem um diagnóstico das razões que motivaram a deterioração do ideal panafricanista e o surgimento do continentalismo e do interestatismo.

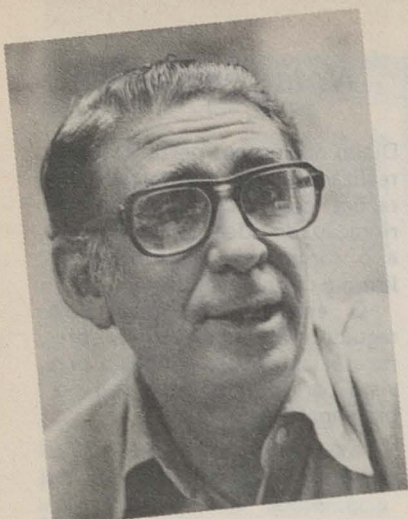
O encontro de Dacar será seguido de outras reuniões, preparatórias de um simpósio previsto para o final deste ano, sobre panafricanismo.

### MUNTU, NOVA REVISTA CULTURAL E CIENTÍFICA

O Centro Internacional de Civilização Bantu (Ciciba), lançou recentemente, em Libreville, a revista "Muntu", dedicada a questões culturais e científicas, com publicação semestral.

"Muntu", editada por *Présence Africaine*, é publicada com o patrocínio dos chefes de estado signatários da convenção que originou o Ciciba e foi concebida sob a forma de manual escolar, centrando-se os números alternadamente sobre cultura e ciência. A redação da revista é composta por peritos das artes, letras e ciências, originários dos países e organizações internacionais associadas ao Ciciba, sob a supervisão e orientação do historiador congolês Theophile Obenga.

O Ciciba foi criado há dois anos por iniciativa do presidente Bongo, do Gabão, sendo constituído por dez Estados da África Bantu: Angola, República Centro Africana, Ilhas Comores, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, S. Tomé e Príncipe, Zaire e Zâmbia, pretendendo funcionar como centro de pesquisa, documentação, difusão e animação cultural e científica, abarcando uma área de aproximadamente 150 milhões de habitantes.



"Barricada"

## Carta a meus amigos

*Um depoimento profundo,  
e fadado a ter ampla repercussão  
do padre Fernando Cardenal  
sobre suas divergências com o Vaticano*

Nos últimos anos de minha vida (1979-1984) principalmente nos últimos meses de 84, um bom número de amigos de diversos países, cristãos ou simpatizantes do cristianismo, cardeais, bispos, sacerdotes, meus irmãos jesuítas, e demais religiosos e religiosas e também amigos leigos me têm escrito, se preocupam comigo. Nestes últimos meses deixei de responder a essas cartas. Fiquei aguardando, num silêncio agradecido, o momento certo de poder contar a verdade.

Várias vezes a imprensa nacional e internacional se referiu a mim, fazendo afirmações verdadeiras e também falsas. É chegado o momento de falar. Quero dar uma resposta singela, fraterna, sem vedetismo que não tem sentido algum na situação que a Nicarágua vive, apresentando ao mesmo tem-

po minha visão do que se passou e ainda ocorre. É a visão limitada e parcial de uma pessoa mas é a minha visão e creio que devo partilhá-la com aqueles que se interessam por mim. Esta é sobretudo uma carta de agradecimento. Nenhum nome será esquecido.

### As pressões eclesiais e minha objeção de consciência

Muito pouco depois do triunfo da Revolução Sandinista, os bispos da Nicarágua começaram a pressionar a nós, os sacerdotes que estávamos na Revolução, para que abandonássemos nosso compromisso com ela. O padre Miguel D'Escoto era o ministro das Relações Exteriores, meu irmão Ernesto, ministro da Cultura, o padre Edgar Parrales, ministro do Bem-Estar Social e eu encarregado da Alfabetização. Após longos meses de tensões, finalmente em junho de 1981, a Conferência Episcopal da Nicarágua concedeu-nos a licença para continuar nosso trabalho em caráter excepcional, dada a emergência em que se encontrava o país; de nosso lado devíamos renunciar "espontaneamente" a qualquer ato sacramental em público ou privadamente. Desde então nunca voltaram a nos receber, embora o tenhamos solicitado várias vezes.

Essa licença não tinha completado um ano, e já os bispos recomeçaram as pressões para que deixássemos definitivamente nossos trabalhos na Revolução. Essas pressões não eram feitas pessoalmente, sempre as faziam através dos meios de comunicação social. Nestes últimos dois anos, o Vaticano vem participando delas, igualmente de forma indireta e impessoal. Depois que aceitei minha nomeação para ministro da Educação, as pressões cresceram ainda mais, a tal ponto que já estou pre-



O padre Miguel D'Escoto, ministro das Relações Exteriores, também é um dos alvos da proibição do Vaticano





“Eu cometeria pecado grave se abandonasse, nas atuais circunstâncias, minha opção sacerdotal pelos pobres”

vendo que no final deste ano de 1984 serei colocado frente à alternativa de romper meu compromisso com a Revolução ou ser expulso da Companhia de Jesus, recebendo ainda por cima as sanções eclesíásticas de interdição e suspensão.

Eu pensava poder alimentar a esperança de que a igreja acabasse por considerar meu trabalho como um serviço apostólico de tipo missionário. Por isso acreditava ser possível manter a esperança de que não ocorreria um conflito entre um desejo ou ordem da igreja e minha consciência.

Ao longo destes últimos meses dediquei muito tempo ao discernimento e à orientação espiritual, em meio a intensa oração. Sempre tratei de meu caso com homens de profunda experiência espiritual, amantes da igreja e conhecedores do espírito da Companhia de Jesus.

Por isso, posso afirmar com responsabilidade que tenho uma objeção de consciência, honesta e séria, que me impede de aceitar as pressões das autoridades eclesíásticas. Sinceramente, considero diante de Deus que cometeria pecado grave se abandonasse nas atuais circunstâncias minha opção sacerdotal pelos pobres, concretizada atualmente na Nicarágua por meu trabalho na Revolução Popular Sandinista.

Minha consciência capta, como numa intuição global, que é de Deus meu compromisso com a causa dos pobres da Nicarágua e que é de Deus meu desejo de não abandonar meu trabalho, e para mim hoje ser fiel ao Evangelho e cumprir o plano de Deus sobre minha vida é continuar com minhas responsabilidades atuais. Não consigo conceber um Deus que exija de mim que abandone meu compromisso com os pobres.

Mas ao fazer uma análise, facilmente encontro muitas razões que reforçam a captação da minha consciência. Relaciono aqui brevemente algumas delas:

a) Este processo revolucionário da Nicarágua, apesar de erros inerentes a toda obra humana, erros esses que eu, por estar dentro, enxergo mais claramente, *é um processo que coloca acima de tudo os interesses dos pobres*. Vem a ser portanto politicamente uma tradução legítima da opção preferencial pelos pobres da igreja latino-americana.



“Tenho uma objeção de consciência, honesta e séria, que me impede de aceitar as pressões das autoridades eclesíásticas”

b) Verifico que esse processo, apesar de seus erros, *tem o cuidado de criar um modelo original de Revolução*, uma de cujas expressões mais características é o respeito pela religião cristã dos nicaraguenses e a participação ativa de dirigentes religiosos na construção da nova sociedade.

c) Sinto que, em meio às tendências à incredulidade, *minha presença cristã, enquanto sacerdote, entre os revolucionários é um testemunho importante do valor e do papel da fé*.

d) Desde o final da Terceira Provação, em 1970, prometi viver meu sacerdócio a serviço dos pobres, deixando-me levar pelos impulsos do Espírito nas condições concretas. Desde então acredito ter cumprido, com a graça de Deus, esta promessa, sempre de acordo com minha comunidade religio-

sa, amplamente entendida, e com meus superiores da Companhia de Jesus.

e) Desde então, tenho estimulado como sacerdote a muitíssimos jovens e muitos adultos, tanto das classes abastadas como das populares, a se entregarem movidos por sua fé, da maneira mais eficaz possível, à causa dos pobres. Na Nicarágua, esta causa estava sendo promovida pela FSLN. Um número apreciável deles seguiu minhas palavras e *se meteu como fermento na massa e em nossa história*; milhares foram assassinados, entre eles meu cunhado e três sobrinhos. Laços de sangue derramado me unem também a esta causa, a este povo.

f) Estou convencido de que *nossa presença* na Revolução Nicaraguense nestes momentos *tem uma grande transcendência*, não só para esse processo, como também *para todos os processos de transformação social que ocorrerão na América Latina*. É preciso ser cego para não ver isso. Não acreditamos em modelos imutáveis, mas as experiências iluminam e, sobretudo, inspiram.

g) Tenho a impressão de que *é tão novo e original* nosso processo revolucionário que *é difícil entendê-lo de fora*. Sinto sinceramente que não é bem compreendido o desafio que a nós se impõe, independentemente de nossos méritos e pretensões, bem como a responsabilidade que nos pesa sobre os ombros, sem falar das repercussões que qualquer decisão nossa acarreta. As centenas de cartas que de toda parte chegaram até nós, são disso uma das provas mais palpáveis.

h) *Nossa pequena Nicarágua encontra-se quase totalmente indefesa ante a avalanche de calúnias e distorções* de toda espécie que pretendem torná-la ilegítima e assim justificar uma agressão militar contra ela. A causa do povo, a verdade desta causa, necessita opor uma barreira a tanta lama e tanta infâmia. A nós, que estamos na luta, cabe fazer alguma coisa. Por isso é que fincamos pé firme junto ao povo, dentro da Revolução.

i) Abandonar a Revolução precisamente agora em hora tão difícil seria interpretado como uma *deserção do compromisso com os pobres* e dificilmente poderia eu livrar-me da sensação de ter não só traído os pobres mas minha própria pátria.

j) Pois é justamente quando o país inteiro se encontra em "alerta geral" e que o exército sandinista espera a agressão militar em atitude de combate, que recebo ordem expressa de abandonar a Revolução. A missão que me foi confiada para o tempo de uma intervenção é de fato perigosa. Bem sei que *minha vida está hoje em maior perigo do que nos tempos de luta contra a ditadura somozista*, mas o que não posso fazer é abandonar meu povo. Jamais o abandonarei. Amo mais sua causa do que minha própria vida, e me mandam abandoná-lo precisamente quando ele se acha em maior perigo, caluniando e atacado pelo país

mais poderoso da terra.

k) A ordem que me é dada obriga-me a tomar decisões de consciência, mas eu percebo que *as pressões que provocam esta ordem não nascem de uma reflexão teológica, nem de uma inspiração evangélica ou de necessidades pastorais*. Em comunhão com a igreja, tenho o direito de dizer *que alguns bispos da Nicarágua têm um projeto político* que ontem e hoje continua a demonstrar que está em contradição aberta com os interesses das maiorias pobres da Nicarágua.

Também a Santa Sé, no caso da Nicarágua, é vista como prisioneira de conceituações políticas que lhe foram legadas por traumas produzidos por conflitos da Europa do Leste e que nada têm a ver com a história do Povo de Deus em nossas terras latino-americanas e muito menos com o processo revolucionário nicaraguense. É aqui que se pode perceber com mais clareza que *a política vaticana em relação à Nicarágua coincide com a do presidente Reagan*. Com a nossa retirada, o que se pretende mesmo é privar de legitimidade todo o processo revolucionário. Na Nicarágua não há porque se imaginar algum problema fundamental entre a igreja e a Revolução. Por aqui não entra em discussão nenhum dogma da fé cristã, nenhuma doutrina católica, nenhum postulado da moral cristã, o que existe é um enfrentamento político. Os bispos têm-se mostrado publicamente unidos aos que atacam a Revolução, aos que desejam a destruição do regime sandinista, para um retorno ao passado. A aplicação rígida do Cânon 285 não pode deixar de aparecer na Nicarágua como um *pretexto para debilitar a Revolução*, vindo tal atitude a alinhar-se com a série de agressões de todo tipo que o governo norte-americano e seus aliados dirigem contra nosso pequeno país. Querem facilitar o trabalho de Golias para destruir Davi.

Além disso, essa nossa questão tem sido tratada pelos bispos de modo bem pouco pastoral. *Seis vezes* solicitei à Conferência Episcopal da Nicarágua que me recebesse para dialogar com eles e *nem sequer acusaram o recebimento de minhas seis cartas*. É doloroso a gente sentir-se repellido de modo permanente pelos pastores.

A 8 de julho do ano passado, antes que se tornasse pública minha nomeação como ministro da Educação, escrevi ao presidente da Conferência Episcopal (com cópia para cada um dos bispos) pedindo-lhes que me dessem a oportunidade de dialogar com eles e terminava a carta com estes dizeres: "Desde já externo aos senhores minha melhor disposição de discutir com toda a Conferência Episcopal qualquer dúvida, problema ou perspectiva que pesem em seus corações no campo da Educação".

Esta carta teve a mesma sorte que as precedentes: não foi respondida.

Todo esse conjunto de razões são alguns dos elementos que me levaram, pela 1ª vez em 32 anos de vida jesuítica, a ter problemas com a obediência religiosa. No caso em apreço, *tenho uma objeção séria de consciência para obedecer*. Não é um sentimento passageiro. Dois anos atrás eu dizia ao padre Teófilo Cabestrero na entrevista que depois figurou no livro "Ministros de Deus, ministros do povo":



***"Seria pecado abandonar o povo agora que ele está sendo agredido militar, econômica, politicamente e pelos meios de comunicação"***

"Sinto profundamente o chamado religioso à obediência a Deus. Nunca em minha vida fiz maiores sacrifícios para obedecer a Deus do que na Revolução. E nunca em meus 30 anos de vida religiosa compreendi mais profundamente a importância da obediência da fé que é a obediência à vontade de Deus. Mas essa obediência a Deus implica escutar as vozes e o clamor de nosso povo pobre e sofrido. Busco acima de tudo obedecer a Deus e sinto que ninguém nem nada pode me afastar do caminho da obediência. E posso dizer sem nenhum exagero nem vaidade alguma (porque tivemos bastante treinamento ao expor a vida muitas vezes) que não temo a morte e estou disposto a tudo para obedecer a minha consciência que me pede que obedeça a Deus, sendo fiel, sem condições, sempre e a todo instante, a meu povo.

"Tenho experiências pessoais muito claras através das quais percebi que trairia Deus, que desobedeceria a seus desígnios se, em nome de uma lei qualquer, abandonasse meu povo, abandonasse os pobres, os estudantes que partiram para a greve de fome por seus companheiros que estavam sofrendo nas mãos da polícia. Várias vezes senti isso mesmo que sinto agora. Mas agora com muito mais profundidade. Porque aquilo era apenas o começo."

Hoje, dois anos depois que expressei esse testemunho, o reafirmo com maior convicção ainda.

#### **Ante o ultimato e as sanções das autoridades eclesásticas**

a) Creio que o Cânon 285 é válido, não estou

contra ele. Creio também que hoje mais do que nunca deveria ser renovada a exceção aos sacerdotes da Nicarágua, porque hoje mais do que nunca a igreja deve dar testemunho de que está do lado dos pobres, quando se pretende atacar e até destruir as esperanças deles.

b) Mantenho minha objeção de consciência. Minha comunidade religiosa garante que ela é sincera e que sua motivação é evangélica. Creio que seria pecado abandonar o povo justamente agora que está sendo agredido militar, econômica, politicamente e até pelos meios de comunicação. Sinto que Deus não pode me pedir que me ponha ao lado dos que querem devorar o povo como pão.



***"Quem se negou a permitir que os sacerdotes nicaraguenses continuassem trabalhando com a FSLN foi o papa João Paulo 2º?"***

c) Em nenhum momento pedirei saída da Companhia de Jesus e considero *injustas e abusivas* tanto uma possível expulsão — *que só se efetuará sob pressão* — como as sanções que os bispos da Nicarágua querem me impor. Reconheço a autoridade na igreja mas sei também que ela não pode ser arbitrária nem ilimitada. Por isso *ergo o meu protesto ante o que me parece um abuso de autoridade*.

d) Continuarei vivendo como religioso, e com a graça de Deus permaneceréi no celibato. *Meu sacerdócio ninguém me pode arrebatá-lo*.

e) Considero-me um pecador. Tenho dessa condição uma profunda consciência. Não quero que

ninguém me idealize, pois seria um erro funesto. Mas estranho muito que não me castiguem por meus pecados, mas por aquilo que constitui para mim um chamado de Deus ao qual não posso deixar de atender.

f) Agradeço o apoio, os conselhos e a profunda amizade de minha comunidade jesuíta de Bosques de Altamira, especialmente ao superior, padre Marchetti sj. Todos esses anos, foram eles meus melhores amigos e irmãos. (. . .)

O padre Provincial da América Central, Valentin Menéndez sj., sempre me acompanhou com sincera simpatia, compreensão e apoio. Quero também agradecer ao padre Peter Hans Kalvenlach sj., superior geral da Companhia, por seu respeito à minha objeção de consciência, sua estima pessoal e interesse que demonstrou em solucionar meu caso.

g) *Quem se negou redondamente a permitir aos sacerdotes da Nicarágua que continuassem trabalhando no governo revolucionário foi o Papa João Paulo 2º.* É doloroso para mim afirmar isso, mas o faço por dever de consciência.

Quando, em 1982, o delegado pontifício junto à Companhia de Jesus, Paolo Dezza sj., mandou dizer-me que eu devia deixar meu trabalho com a Juventude Sandinista, escrevi-lhe que me desse por escrito as razões para que eu assim procedesse, de modo que eu pudesse refletir sobre elas. Ele me respondeu a 12 de janeiro de 1983. *Não havia razões. Era uma ordem do papa.* Transcrevo aqui os principais tópicos dessa carta:

"Muito aprecio o que V. tem podido fazer por seus irmãos nicaraguenses de diversas formas, em particular na Cruzada Nacional de Alfabetização, e como cuidou de apresentar um testemunho claro de identidade sacerdotal e jesuítica, recusando cargos que não pareciam compatíveis com sua vocação religiosa embora pudessem resultar por outro lado em serviço ao país. Em nome da Companhia, quero expressar-lhe profundo reconhecimento e ao mesmo tempo expor-lhe com clareza a presente situação.

"Como V. sabe, comuniquei ao padre Provincial o desejo confirmado do Santo Padre de que se retirem todos os sacerdotes, e não só os jesuítas, desse tipo de colaboração com o Governo. O cargo que V. desempenha, embora não seja diretamente do Governo, está muito estreitamente ligado a ele por se tratar de uma organização política da Frente Sandinista. E embora se possa fazer apostolado autêntico num posto como esse seu, o Santo Padre tem manifestado reiteradamente sua vontade que tais ofícios não sejam exercidos por sacerdotes e espera que nós jesuítas demos o exemplo obedecendo-lhe neste ponto. Precisamos cumprir a vontade do Santo Padre com presteza e espírito de fé. Como V. está vendo, caro Cardenal, trata-se

de uma situação delicada e difícil, mas creio que Deus nos concederá sua luz e graça para podermos responder com toda a confiança posta no Senhor que nos mostrou com seu exemplo uma obediência que aos homens parecia loucura mas que foi amor de redenção para todos os homens de todas as épocas.

"Compreendo que estou lhe pedindo uma obediência difícil, e onde os raciocínios humanos podem parecer insuficientes, mas estou certo de que Deus recompensará sua fé e a tornará fecunda. Conte para isso com minhas orações, minha estima e minha ajuda em tudo o que me for possível."

Para quem tiver lido até aqui esta carta, talvez fique claro que para mim o "amor que se faz redenção" passando pela paixão e morte de Jesus Cristo, é o amor que me leva a seguir minha consciência e continuar a servir esta Revolução caluniada e agredida onde ela se identifica com a causa dos pobres. Sendo como é uma decisão de consciência não pretendo erigi-la em exemplo. Outros poderiam sentir de outra forma a fidelidade e suas exigências igualmente em sã consciência.

Julgo conveniente completar o presente testemunho com uma explicação histórica para que se compreenda melhor por que e como cheguei a me integrar na luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional e as motivações que me têm mantido durante 12 anos dentro da Revolução Nicaraguense.

#### Pontos de partida

Muito se tem escrito sobre a participação dos sacerdotes na política. Penso que minha melhor contribuição é contar minha experiência.

Nosso compromisso tem vários pontos de partida:

1. Parto da base de que o povo de Deus e as massas dos pobres sempre tiveram na América Latina a experiência de líderes da Igreja darem apoio aos poderes opressores ou firmarem alianças não-escritas com tais poderes. Nosso povo simples acostumou-se a ver a cruz abençoando a espada opressora.

2. Em nossos países, nunca houve condições reais para que os pobres fossem autenticamente representados no poder por meios democráticos. Em meu país, tampouco existiram instituições democráticas reais.

3. Meu terceiro ponto de partida é que os movimentos revolucionários que lutam pela justiça em nossos países são apresentados como "terroristas" ou "subversivos" pela propaganda dos países mais poderosos da nossa área, enquanto lutam, e se chegam ao triunfo são logo acusados de se terem desviado para o totalitarismo e o ateísmo militante, pela mesma propaganda.

## O papel dos sacerdotes católicos na luta pela derrubada da ditadura

Há quatro séculos que nosso povo tem vivido na miséria, desnutrição, analfabetismo e abandono (...). Nossa Igreja convivia tranquila e em paz com os opressores. Alguns fatos são significativos. Na Nicarágua jamais será esquecido que durante os funerais do general Somoza García, fundador da dinastia, *o então arcebispo de Manágua deu ao ditador o título de "príncipe da igreja"*.

Em 1967, foram capturados e logo assassinados vários dirigentes da FSLN; nessa ocasião *o bispo-auxiliar de Manágua publicou um artigo no jornal do governo no qual praticamente justificava a repressão pela razão muito simples de que esses jovens eram, segundo ele, comunistas*. Nunca esquecerei que por ocasião do meu regresso à Nicarágua em 1968, já ordenado sacerdote, quando a luta popular e a repressão iam num crescendo cada dia maior, tomei conhecimento da primeira carta pastoral dos bispos da Nicarágua. Não fazia alusão a nenhum elemento teológico para discernir melhor a vontade de Deus naqueles tempos difíceis; unicamente exigia de nós, sacerdotes, que usássemos batina preta. Nem uma palavra sobre a terrível situação de nosso povo. Com honrosas exceções, nossa igreja mantinha aliança com a ditadura.

Tive que sair do país por nove meses para completar minha formação religiosa com aquele último curso que nós, jesuítas, fazemos e que é chamado Terceira Provação. Pedi para fazê-lo na cidade de Medellín, na Colômbia, pelo motivo de que o curso lá fora mudado, de um belo edifício de quatro pavimentos cercado de jardins e quadras esportivas para um bairro periférico do cinturão de miséria de Medellín. Um ano antes, havia se realizado ali a 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Vivi aqueles nove meses em meio àquela gente atormentada pela fome, o desemprego, e as enfermidades consequentes, agravadas pela falta de luz elétrica e de qualquer outra comodidade ou serviços próprios do meio urbano. Cheguei a amar profundamente aquelas pessoas humildes e esmagadas e a convivência com elas marcou para sempre minha vida.

Minha fé cristã, meus sentimentos humanos, tudo o que eu via e ouvia me impelia a uma conclusão que surgiu do mais fundo do meu ser: isso não pode continuar assim! Não é justo que haja tanta miséria! Deus não pode ficar indiferente diante de uma situação como essa!

*Nunca a Bíblia me pareceu mais clara do que quando eu a lia de dentro dos lamaçais e miséria daquele bairro.*

Em meados de 1970, terminei o curso e regresssei à Pátria fazendo antes um juramento aos moradores daquele bairro de Medellín: "Dedicarei mi-



***"Há séculos, nosso povo vive na miséria e no abandono. Nossa igreja convivia tranquilamente e em paz com os opressores"***

nha vida à libertação integral dos pobres da América Latina onde quer que eu seja mais útil". Comecei a trabalhar na Universidade Centro-Americana (UCA) de Manágua como vice-reitor, encarregado dos estudantes. *A igreja católica oficial prosseguia convivendo pacificamente com aquele regime genocida*. Meia dezena de sacerdotes tentam uma nova pastoral extraída dos documentos de Medellín.

A FSLN já era conhecida por todos e já tinha conquistado a simpatia do povo por sua corajosa e limpa luta em favor do povo e contra a ditadura. Inspirados nos documentos de Medellín e buscando a libertação integral do homem, eu e alguns sacerdotes começamos a participar em todas as lutas cívicas do povo por sua libertação.

O momento mais significativo da participação cristã na luta popular foi a primeira ocupação da catedral. Eu e mais dois sacerdotes acompanhamos uma centena de estudantes da Universidade católica (UCA) numa greve de fome na catedral de Manágua em 1970, exigindo que se respeitasse a vida dos estudantes da universidade que tinham sido presos naqueles últimos dias, que pudéssemos falar com eles e que, segundo manda a Lei da Nicarágua, depois de dez dias fossem libertados ou entregues a um juiz com acusações concretas.

O normal na Nicarágua era que os presos políticos passassem semanas de torturas nas dependências da Segurança Nacional. A tomada da catedral abalou o país inteiro. O exército cercou o templo em meio às maiores ameaças; mas nós, lá dentro, tocávamos os sinos cada quinze minutos, dia e noite, e avisamos que continuaríamos tocando até que a justiça se fizesse e a lei fosse cumprida. Das principais paróquias de Manágua chegavam grandes grupos para se sentarem na praça em nosso apoio; chegaram milhares, e milhares passavam saudando os grevistas de dentro dos ônibus e automóveis. Em três dias e meio dobramos o ditador.

Pela primeira vez um grupo cristão tinha assumido uma atuação pública contundente. Publicaram-se declarações de apoio dos Cursilhos de

Cristandade, do Movimento Familiar Cristão, das Comunidades de Base etc. Mas *não demorou nada, a Conferência Episcopal da Nicarágua publicou uma carta pastoral condenando nosso protesto*. Milhares de cristãos assinaram uma carta enviada aos bispos e na qual lhes faziam ver, com todo o respeito, que mais que o templo de pedra, o corpo dos estudantes era o templo do Espírito Santo, e esses templos vivos é que estavam sendo profanados e torturados nas masmorras da ditadura. Mas a parte mais fundamental daquele documento era a que dizia que o povo da Nicarágua tinha escolhido o seu caminho: o da luta pela justiça, e eles os pastores, em vez de se colocarem à frente do seu povo, punham-se de lado e o condenavam. Doravante porém em todos os momentos da luta do povo os cristãos estariam presentes.

Em minhas intervenções junto a grupos cristãos, eu lhes dizia: a América Latina marcha para a sua transformação. A Revolução na Nicarágua vai ocorrer em breve. É importante lembrar sempre que esta Revolução se fará com os cristãos, sem os cristãos, apesar dos cristãos ou contra os cristãos. Anos depois, muitos me recordam esta frase em diversas partes do país.

Eu sabia que era importante que a igreja não ficasse desmoralizada, que os jovens pudessem ver que ela tinha um projeto de justiça para os explorados. *Paradoxalmente, o problema da união entre os cristãos e revolucionários na Nicarágua não provinha destes últimos mas dos cristãos*. Eu conheci pessoalmente o fundador da FSLN, comandante-em-chefe Carlos Fonseca Amador (assassinado em 1976), e conheci sua abertura e seu desejo de unidade com os cristãos. Estudei os estatutos da FSLN escritos por ele em 1969, onde fala da liberdade religiosa e do apoio aos sacerdotes que trabalham pelo povo. No ano de 1970, me entrevistei com o comandante Oscar Turcios, membro da direção nacional da FSLN (assassinado em 1973). Ele me disse nessa ocasião: "O importante não é que você acredite que há outra vida depois desta, e que eu pelo contrário não acredite que há. A questão fundamental é se nós dois acreditamos que é possível trabalharmos juntos para a construção de uma nova sociedade".

Quando, em 1973, o Comandante Eduardo Contreras (assassinado em 1976) me pediu que me integrasse oficialmente no trabalho da FSLN, me veio à mente, num relance, a parábola do Bom Samaritano, e me pareceu óbvio que eu não devia ser como aquele levita que passara ao largo abandonando o ferido. Os samaritanos da Nicarágua me pediam que os ajudasse a curar o nosso povo ferido, e a partir da minha fé cristã só encontrei uma resposta: o compromisso. (...)

Meu trabalho foi se tornando cada dia mais perigoso, visto serem públicas a maior parte de mi-

nhas atividades revolucionárias. As autoridades somozistas me expulsaram em 1970 da Universidade Centro-Americana de Manágua. No ano de 1973 participei ativamente da fundação do Movimento Cristão Revolucionário (MCR) que tantos quadros e dirigentes formou para a FSLN. Em 1976, os dirigentes da Revolução me enviaram a Washington para denunciar os crimes e as violações dos direitos humanos do ditador Somoza, perante o Congresso dos Estados Unidos. Voltando à Pátria, o presidente do Senado da Nicarágua propôs que eu fosse declarado traidor do país. Logo fundamos a Comissão Nicaraguense dos Direitos Humanos etc. (...)

Muitas vezes senti medo, muito medo, sobretudo das torturas. Apesar da ordem de prisão emitida contra nós, entramos na Nicarágua no dia 4 de julho de 1978. Dois meses depois, tivemos que passar para a clandestinidade, mas logo veio a Insurreição de setembro e a ofensiva final do ano seguinte. E no dia 19 de julho de 1979 chegamos ao triunfo final, mas com o sacrifício heróico de 50 mil compatriotas. (...) Só uma semana antes da ofensiva final é que os bispos se decidiram a justificar a insurreição popular.

Faço questão de deixar claro que em nenhum momento tomei decisões em virtude de uma crise de meu sacerdócio, antes pelo contrário este é que adquiriu para mim uma dimensão profética, bem possível de ser encontrada num país como o nosso. É tenho a dizer também que, para todos os passos que dei em todos esses anos, sempre consultei antes meus superiores e sempre obtive deles plena aprovação. Confesso que em tudo foi sempre o meu povo o motor que me fez avançar. Meu único mérito consistiu em situar-me bem dentro dele e deixar-me impelir.

### O papel após o triunfo

a) Uma vez alcançado o triunfo revolucionário, *o certo seria retirar-nos do ativismo político*. Não o fizemos porque prevíamos a dureza da luta. Além disso, nosso novo projeto *não consistia em participar do poder, porém em reforçar a possibilidade de os pobres ascenderem a ele*.

b) Sentimos que os olhos da América Latina estavam fixados em nós, que éramos dentro da igreja um símbolo da ruptura com o poder. Não podíamos faltar com eles. (...)

c) Por outro lado, as tarefas que nos encomendaram *coincidem perfeitamente com as tarefas próprias de nossa vocação sacerdotal*. Os dirigentes da Revolução, logo no decorrer dos quinze primeiros dias do triunfo, me encarregaram da alfabetização; o povo todo foi mobilizado e a maior parte de nossos estudantes foi para as montanhas e ali conseguiu reduzir o índice de analfabetismo de

51 a 12,9%, em cinco meses de dedicação total. Foi nossa segunda Insurreição. Senti-me mais realizado como sacerdote ensinando meu povo a ler do que lecionando Platão e Aristóteles na universidade.

Os cristãos tiveram nessa epopéia uma participação importante. No encerramento do Segundo Congresso de Alfabetização, ao apresentar as conclusões finais, o companheiro Carlos Carrion Cruz, dizia a esse respeito: "É também indispensável salientar que nestes dias estão se gastando toneladas de papel e tinta para tentar convencer os cristãos que é possível ser cristão e revolucionário ao mesmo tempo. Não obstante, os verdadeiros cristãos, tanto religiosos como leigos, não perderam tempo com essas elocubrações teóricas, mas através de sua destacada participação na Cruzada de Alfabetização demonstraram na prática que não só é possível ser cristão e revolucionário, mas que é indispensável".



Ramón Zamora

"Nossos estudantes foram para as montanhas e, em cinco meses, conseguiram reduzir o analfabetismo de 51 para 12,9%"

Ao terminar a alfabetização, a FSLN atendeu à minha petição de trabalhar com a "Juventude Sandinista 19 de Julho". Bem sei que esse trabalho podia facilmente ser desautorizado eclesiasticamente rotulando-o de "trabalho político", mas a realidade é que a *Revolução Sandinista colocou um sacerdote num posto de direção para formar o que ela tem de mais precioso: a sua juventude, quer dizer, o seu futuro*. Como sacerdote e como educador sinto-me profundamente realizado por ter trabalhado com uma organização que envolve mais de 60% dos estudantes nicaraguenses.

No mês de julho de 1984 me nomearam ministro da Educação. Miguel e Ernesto continuam realizando em seus ministérios um trabalho extraordi-

nário em favor do povo, reconhecido em todas as partes do mundo. O padre Edgard Parrales passou a defender a justiça da Revolução como embaixador junto à Sede da OEA em Washington.

### Reflexões finais

Estamos conscientes de sermos casos excepcionais no limite da prática legalmente admitida pela igreja. Não pretendemos que nosso caso seja um prelúdio de generalização nem esperamos que em todas as revoluções que se acham em gestação na América Latina os sacerdotes tenham que ocupar postos de ministros de Estado. A licença de permanecer em nossos cargos que a Conferência Episcopal nos concedeu em junho de 1981 firma-se na consideração de que é uma "exceção devida à emergência" em que se encontravam os nicaraguenses depois da guerra de libertação.



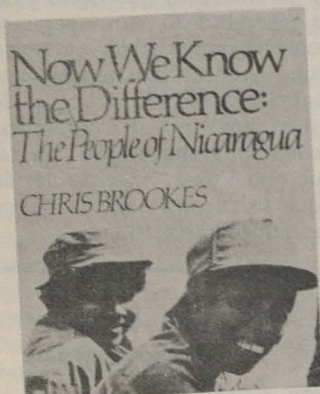
*"Os patriotas e revolucionários cristãos, há muitos anos, sempre foram parte integrante da Revolução Popular Sandinista"*

A ninguém é lícito ignorar a transcendência que tem para o futuro de uma nação o fato dos dirigentes de sua Revolução reconhecerem publicamente a importância da participação cristã. Num comunicado oficial do Diretório Nacional da FSLN sobre a religião, do dia 7 de outubro de 1980, pode-se ler tópicos como estes: "Os patriotas e revolucionários cristãos são parte integrante da Revolução Popular Sandinista, e não é de hoje mas de há muitos anos" (...) "Uma grande quantidade de militantes e combatentes da FSLN encontrou na interpretação de sua fé as motivações para se incorporar à luta revolucionária e por conseguinte à FSLN" (...) "Todos eles foram homens humildes que souberam cumprir seu dever de patriotas e revolucionários sem se enredarem em discussões filosóficas" (...) "Os cristãos têm sido, portanto, parte integrante de nossa história revolucionária num grau sem precedentes em nenhum outro movimento revolucionário da América Latina e possivelmente do mundo". (Fernando Cardenal, *Manágua, Nicarágua*)

## Livros do 3.º Mundo

**NOW WE KNOW THE DIFFERENCE: THE PEOPLE OF NICARAGUA** (Agora sabemos a diferença: o povo da Nicarágua)

Chris Brooks, *New Canadian Publications, Toronto, Canadá, 1984. 140 pp.*



“Vista do palco, a Nicarágua pode parecer a última grande revolução romântica. Vista de perto, é muito mais complicado.”

Métaphoras teatrais são abundantes em *Now we know the difference: the people of Nicaragua*, para refletir os interesses do autor, o diretor de teatro e escritor canadense Chris Brooks. Ele viajou por todo o país durante seis meses, em 1983, trabalhando com grupos teatrais nicaraguenses. Assim, pôde observar, em primeira mão, o povo nicaraguense e sua revolução e captar as características de uma sociedade em transição, suas variedades e contradições, a justaposição do velho com o novo, o pluralismo e a economia.

No livro, a Nicarágua é revivida em fragmentos de conversas, programas de rádio e televisão, anúncios, entrevistas, músicas, poesia e cenas da vida cotidiana, tecidas com informação histórica, política e econômica. Entre as suas entrevistas, há algumas com os fundadores do grupo de teatro *Cantimplora*, formado an-

tes da revolução, e uma reportagem de uma viagem com a companhia de teatro *Teoyachi* nas montanhas, próximo à fronteira hondurenha.

O livro, de 140 páginas, ultrapassa os assuntos de teatro e cultura. É uma obra bem escrita, que atrai o leitor e inclui temas variados de arte, de religião, economia e da guerra desatada contra a revolução sandinista pelos contra-revolucionários apoiados pelos Estados Unidos. E, ainda mais importante, trata do povo nicaraguense, que nunca mais voltará ao somozismo, como disse um camponês: “Agora, somos a diferença”.

(*New Canadian Publications, Box 4010, Station A, Toronto, Ontario, N5W, 1H8, Canada*)

### CARNAVAIS DE GUERRA – O NACIONALISMO NO SAMBA

Dulce Tupy. *ASB – Artes Gráficas e Editora, Rio de Janeiro, 1985. 132 pp.*



O nacionalismo no samba-enredo, a origem das escolas de samba e o gigantismo dos desfiles carnavalescos — eis o tema/enredo do livro “Carnavais de guerra”, da jornalista Dulce Tupy. Paulista criada no Rio de Ja-

neiro, Dulce estudou na antiga Escola Nacional de Belas Artes, no Rio, na Faculdade de Ciências e Letras e na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Como pesquisadora, viajou em 1981 a Angola para observar o chamado *Carnaval da Vitória*. De volta, fez uma exposição de fotos e textos no Museu da Imagem e do Som (MIS-RJ).

Este livro, que começou como pesquisa para a Fundação Nacional de Arte (Funarte) sobre os carnavais de 1930/1940, acabou crescendo como um samba-enredo cantado na avenida. Em 84, Dulce queimou uma cópia dos originais em praça pública, durante um ato poético-dramático que ela chamou de “Projeto Phoenix”, em protesto pelas dificuldades encontradas para a edição do livro.

Instigante e revelador, “Carnavais de guerra” não é uma tese antropológica. É, antes de tudo, a vivência crítica, teórica e prática da autora. Empolgante mergulho na cultura popular brasileira.

### THE IMPENDING CRISIS IN KENYA: THE CASE FOR LAND REFORM (A crise no Quênia: a luta pela reforma agrária)

Diana Hunt Gower Books, Inglaterra, 1984.

Oito milhões de seres humanos vão ingressar no mercado de trabalho no Quênia até o ano 2000, num país que já registra um índice de desemprego da ordem de 22% da população economicamente ativa. Foi esse número que serviu de ponto de partida para a análise desenvolvida pela pesquisadora inglesa sobre a urgência de uma reforma agrária radical nessa ex-colônia britânica, que tem um dos mais altos índices de natalidade da África.



No final da década de 70, cerca de 45% da população do Quênia já viviam num estado de pobreza crônica, de acordo com as estatísticas da ONU. O crescimento demográfico e o êxodo rural tornaram assim inadiável a necessidade de redistribuir terras com o objetivo de absorver o excedente de mão-de-obra.

Diana Hunt afirma que se forem criadas mini-fazendas familiares com um hectare de superfície será possível absorver 30% da população desempregada. Apesar da autora fazer um estudo em profundidade da situação agrária do Quênia e de propor soluções de certa forma revolucionárias, o livro peca pela ausência de referências ao debate já em curso entre políticos e economistas do país sobre o mesmo tema. Essa falta de vinculação com a realidade política local enfraquece o conteúdo do livro, que, no entanto, tem dados valiosos para entender o drama dos camponeses, a exemplo do que acontece com outros países africanos.

### MOZAMBIQUE: THE REVOLUTION UNDER FIRE (Moçambique: a revolução ameaçada)

*Joseph Hanlon. Zed Press, Londres, 1984.*

É um dos primeiros trabalhos publicados na Europa, analisando os dez primeiros anos da independência de Moçambique, notadamente sob o ponto de vista econômico. Hanlon é um jornalista que viveu cinco anos em Maputo, durante os quais escreveu artigos e trabalhos para várias publicações europeias e norte-americanas. Ele foi a Moçambique para estudar o funcionamento da coordenação econômica entre os países negros independentes da África Austral, mas

durante a sua permanência, acabou testemunhando não apenas as dificuldades para romper com o colonialismo no setor agrícola e industrial, como também a guerra contra as agressões estrangeiras. A maior parte do livro se concentra, no entanto, nas enormes dificuldades encontradas pela Frelimo para reconstruir o país após a fuga em massa dos colonos portugueses. Hanlon se detém na análise dos insucessos registrados na política agrícola e na consequente queda da produção de alimentos. O autor chega a algumas conclusões controversas, que nem sempre podem ser aceitas integralmente, mas não há dúvida nenhuma de que ele apresenta os fatos com honestidade e baseados numa pesquisa séria. É uma contribuição valiosa para quem quer estudar o complicado fenômeno de transição para o socialismo em nações independentes na África.

### ENVIRONMENTAL WARFARE (A guerra ecológica)

*Arthur Appraisal. Instituto de Pesquisas da Paz de Estocolmo, Suécia, 1984.*

Este livro trata de um dos componentes menos conhecidos dentro do complexo campo do que já se convencionou chamar de "guerra fria". É o uso do meio-ambiente como arma, um desdobramento das teorias do apocalipse, tão em voga no Departamento de Estado, no Pentágono e na CIA. Em outras palavras, os estrategistas militares norte-americanos estão estudando o uso de fenômenos naturais como arma de combate.

Os dados foram recolhidos por pesquisadores do Instituto da Paz de Estocolmo, um dos mais importantes organismos envolvidos no esforço pacifista em escala universal. Entre todas as

denúncias feitas pelo autor, encontram-se os estudos sobre inundações provocadas por chuvas artificiais com o objetivo de impedir o movimento de tropas inimigas em regiões alagadas. Também são dados detalhes sobre nevoeiros causados por agentes químicos na atmosfera e a poluição do ar por gases venenosos com o objetivo de deslocar populações em áreas de combate.

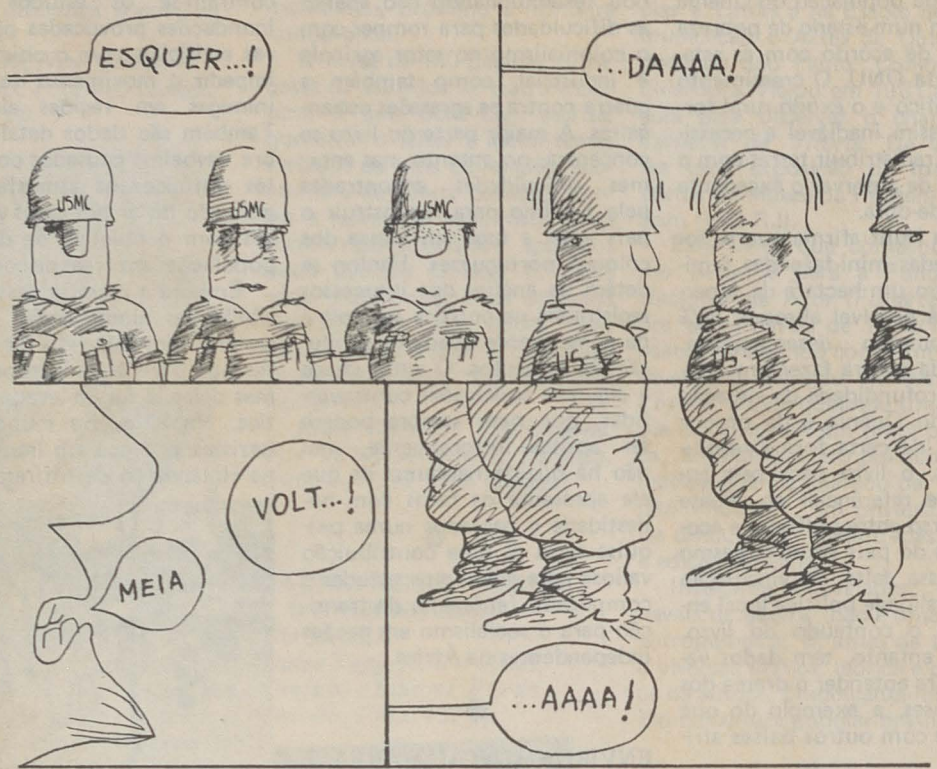
Embora a maioria dessas possibilidades ainda esteja sendo testada em laboratórios militares nos EUA e na Europa, algumas delas já foram levadas à prática. Na 2ª guerra mundial, os nazistas provocaram inundações na Holanda ao destruírem os di-



ques marítimos. E no Vietnã, os norte-americanos tentaram destruir a famosa trilha "Ho Chi Minh", provocando enchentes com chuva artificial. O estudo menciona ainda experiências que estão sendo feitas com terremotos artificiais, maremotos provocados e o degelo da calota polar, com o uso de explosões atômicas para causar o aumento das marés em até cinco metros.

O livro é um alerta para toda a humanidade que ainda desconhece os estudos secretos que estão sendo feitos em laboratórios sobre formas de destruição tão ou mais intensas do que as bombas nucleares ou a bomba de nêutrons, nos Estados Unidos.

Humor



1984

Roger

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



**Diamantes de Angola**  
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se  
pensa em banco  
no Estado do  
Rio de Janeiro,  
tem um que está  
na cabeça de  
todo mundo.**



**BANERJ  
NA CABECA**

**BANERJ**

**As coisas estão mudando.**